

**UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA – UNOESC
CAMPUS JOAÇABA – SC
VICE-REITORIA DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
ÁREA DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

O MAL-ESTAR DOCENTE: TRABALHO, SAÚDE E EDUCAÇÃO

JANETE APARECIDA RODRIGUES

Joaçaba (SC), julho 2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA – UNOESC
CAMPUS JOAÇABA – SC
VICE-REITORIA DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
ÁREA DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

O MAL-ESTAR DOCENTE: TRABALHO, SAÚDE E EDUCAÇÃO

JANETE APARECIDA RODRIGUES

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc, Campus de Joaçaba, para obtenção do grau de Mestre em Educação, sob orientação da professora Dr^a Maria Teresa Ceron Trevisol.

Joaçaba (SC), julho de 2009

DEDICATÓRIA

Para meu amado marido Vilamir, por me incentivar em todos os momentos, ao meu filho Marcelo, fruto do nosso amor.

AGRADECIMENTOS

Durante este processo de construção de conhecimento foram várias pessoas que deixaram suas contribuições significativas, por isso, gostaria de expressar minha profunda gratidão pela ajuda e apoio durante este período de estudos. Seria impossível mencionar todos, entretanto, estou especialmente grata a:

- A Deus, por me proporcionar mais uma vida para poder regozijar este momento especial nesta caminhada.

- A minha família, que sempre esteve presente com palavras de apoio e incentivo neste árduo percurso.

- A prof. Dra. Maria Teresa Ceron Trevisol, que apostou nas minhas potencialidades, sempre incentivando e respeitando a minha posição teórica, bem como, pela troca constante de ideias e pelo auxílio em inúmeras atividades com eficácia, oferecendo apoio e encorajamento nos momentos de dificuldades e fragilidades;

- Ao prof. Dr. Joviles Vitório Trevisol, por estimulantes discussões sobre as relações entre sociologia, educação, psicologia; e pela sugestão de pesquisa sobre o mal-estar docente ;

- A Gerência Regional de Educação pela abertura para realização da pesquisa documental.

RESUMO

A temática abordada neste estudo evidencia o mal-estar docente decorrente do exercício da profissão do magistério. Enfatiza o contexto das políticas públicas que determinam as condições do trabalho docente e implicam na saúde do professor. Apresenta, também, os encaminhamentos para se evitar o mal-estar docente na formação inicial e permanente. A base teórica foi fundamentada com os autores Esteve (1999), Codo (1999), Jesus (2007). O presente estudo tem como objetivo analisar os fatores relacionados ao contexto pedagógico que implicam no trabalho e na saúde dos professores. A investigação realizada caracterizou-se como um estudo exploratório de natureza qualitativa e quantitativa. A base empírica desse estudo contou com uma amostra composta por trezentos e cinquenta e sete professores que atuam na Rede Estadual de Ensino de Curitibanos (SC) e que se afastaram de suas atividades, no período compreendido entre 2003/2007. A coleta dos dados ocorreu através da análise documental dos laudos de afastamento para tratamento de saúde dos professores. Foram analisados 384 laudos. Os dados coletados por meio da análise documental foram organizados visando identificar os dados sócio-demográficos e ocupacionais que caracterizam o perfil do docente acometido por algum mal-estar. A análise desses dados possibilitou caracterizar os professores que padecem de algum tipo de mal-estar, sendo, em sua maioria, (81,19%) do sexo feminino; idade média entre vinte e cinquenta e quatro anos; possuem pós-graduação (49,91%); tempo de serviço médio de 17 anos; trabalham uma carga horária de quarenta horas (82,70%); (43,14%) leciona no Ensino Fundamental, sendo profissionais contratados em caráter efetivo, o que representa (85,35%). As doenças psiquiátricas foram as diagnosticadas com maior frequência, seguidas das traumatológicas e recuperação após tratamento cirúrgico, quimioterápico, radioterápico, fratura, convalescença, entre outros. Verificou-se a prevalência de fatores que implicam na saúde dos docentes e associados com as condições de trabalho favorecem as manifestações de mal estar. O estudo evidenciou que o mal estar docente constitui um tipo de manifestação que demanda alerta por parte das instituições educativas, dos gestores escolares e da legislação vigente que organiza e regulamenta a educação. Apontou a necessidade de reformulação de aspectos referentes ao processo e organização do trabalho, bem como a necessidade de continuidade das investigações sobre esta temática objetivando colaborar na construção de alternativas para melhoria do quadro problema identificado na região foco desta pesquisa, além de outras regiões do Estado de Santa Catarina e do Brasil.

Palavras-chave: Trabalho docente. Mal-estar docente. Contexto Escolar. Educação e Saúde.

ABSTRACT

The topics addressed in this study highlights the uneasiness arising from the teaching practice of the profession of teaching. Emphasizes the context of public policies that determine the conditions of teaching and involve the health of the teacher. It also presents the routing to avoid the malaise in teacher training and ongoing. The theoretical basis has been justified by the authors (1999), Codo (1999), Jesus (2007). This study aims to analyze the factors related to the context involving educational and health at work of teachers. The research was characterized as an exploratory study of qualitative and quantitative nature. The empirical basis of this study involved a sample consisting of three hundred and fifty-seven teachers who work in the State of Network Teaching Curitibanos (SC) and is away from its activities in the period 2003/2007. Data collection occurred through documentary analysis of reports of removal for the treatment of health of teachers. We analyzed 384 reports. Data collected through documentary analysis were organized to identify the socio-demographic data and to characterize the occupational profile of the teacher affected by a malaise. The analysis of these data allowed to characterize the teachers suffering from some kind of malaise, and, in most cases (81.19%) females, average age between twenty and fifty-four years, have post-graduate (49 , 91%), average length of service of 17 years, a working hours of forty hours (82.70%) (43.14%) teaches in elementary school, and professionals engaged in an effective, which is (85 , 35%). The psychiatric disorders were diagnosed most frequently, followed by trauma and recovery after surgery, chemotherapy, radiation, fracture, repair, among others. It was the prevalence of factors involving the health of teachers and related to working conditions favoring the expression of malaise. The study showed that the malaise is a type of educational event that demand warning from education institutions, school managers and the law that regulates the organization and education. Highlighted the need for reform of aspects concerning the conduct and organization of work and the need for continuity of research on this subject aiming to collaborate in construction of alternatives to improve the problem identified in the framework of this research focus, and other regions of the State of Santa Catarina and Brazil.

Keywords: Teaching. Queasiness teacher. Background School. Education and Health

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMARP – Associação dos Municípios do Vale do Rio do Peixe

ANFOPE – Associação Nacional pela Formação dos Professores da Educação

BESC – Banco do Estado de Santa Catarina

GERED – Gerência Regional de Educação

OIT – Organização Internacional do Trabalho

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

PUC – RS - Pontifícia Universidade Católica – Rio Grande do Sul

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

CID – Código Internacional das Doenças

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

OMS - Organização Mundial da Saúde

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, período letivo de 2003 61
Gráfico 2	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico e total de dias no período letivo de 200362
Gráfico 3	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por número de patologia no período letivo de 200363
Gráfico 4	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por nível de ensino no período letivo de 2003. 64
Gráfico 5	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por sexo no período letivo de 2003 65
Gráfico 6	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por formação no período letivo de 2003 66
Gráfico 7	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por carga horária no período letivo de 2003 66
Gráfico 8	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por contrato de trabalho no período letivo de 2003 67
Gráfico 9	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico da idade média dos docentes no período letivo de 2003..... 68
Gráfico 10	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por duração média das afastamentos no período letivo de 2003 68

Gráfico 11	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por tempo médio de serviço docente no período letivo de 2003	69
Gráfico 12	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, frequências e porcentagens das ausências dos docentes no período letivo de 2003.....	70
Gráfico 13	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, período letivo de 2004	72
Gráfico 14	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico e total de dias no período letivo de 2004	73
Gráfico 15	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por número de patologia no período letivo de 2004	74
Gráfico 16	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por nível de ensino no período letivo de 2004 letivo de 2004.....	75
Gráfico 17	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por sexo no período letivo de 2004	75
Gráfico 18	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por formação no período letivo de 2004	76
Gráfico 19	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por carga horária no período letivo de 2004.....	77
Gráfico 20	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por contrato de trabalho no período letivo de 2004.....	77
Gráfico 21	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico da idade média dos docentes no período letivo de 2004.....	78

Gráfico 22	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por duração média das afastamentos no período letivo de 2004.	79
Gráfico 23	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por tempo médio de serviço docente no período letivo de 2004.	80
Gráfico 24	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, frequências e porcentagens das ausências dos docentes no período letivo de 2004.....	80
Gráfico 25	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, período letivo de 2005.	83
Gráfico 26	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico e total de dias no período letivo de 2005.	83
Gráfico 27	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por número de patologia no período letivo de 2005	84
Gráfico 28	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por nível de ensino no período letivo de 2005.....	85
Gráfico 29	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por sexo no período letivo de 2005	86
Gráfico 30	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por formação no período letivo de 2005.	86
Gráfico 31	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por carga horária no período letivo de 2005	87
Gráfico 32	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por contrato de trabalho no período letivo de 2005	88

Gráfico 33	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico da idade média dos docentes no período letivo de 2005.....	88
Gráfico 34	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por duração média das afastamentos no período letivo de 2005.	89
Gráfico 35	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por tempo médio de serviço docente no período letivo de 2005	89
Gráfico 36	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, frequências e porcentagens das ausências dos docentes no período letivo de 2005.....	90
Gráfico 37	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, período letivo de 2006	93
Gráfico 38	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico e total de dias no período letivo de 2006.....	93
Gráfico 39	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por número de patologia no período letivo de 2006	94
Gráfico 40	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por nível de ensino no período letivo de 2006.....	95
Gráfico 41	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por sexo no período letivo de 2006	95
Gráfico 42	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por formação no período letivo de 2006	96
Gráfico 43	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por carga horária no período letivo de 2006	97

Gráfico 44	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por contrato de trabalho no período letivo de 2006	97
Gráfico 45	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico da idade média dos docentes no período letivo de 2006.....	98
Gráfico 46	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por duração média dos afastamentos no período letivo de 2006.....	99
Gráfico 47	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por tempo médio de serviço docente no período letivo de 2006	99
Gráfico 48	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, frequência e porcentagens das ausências dos docentes no período letivo de 2006	100
Gráfico 49	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, período letivo de 2007	102
Gráfico 50	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico e total de dias no período letivo de 2007	103
Gráfico 51	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por número de patologia no período letivo de 2007	103
Gráfico 52	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por nível de ensino no período letivo de 2007.....	104
Gráfico 53	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por sexo no período letivo de 2007	105
Gráfico 54	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por formação no período letivo de 2007	105

Gráfico 55	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por carga horária no período letivo de 2007.....	106
Gráfico 56	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por contrato de trabalho no período letivo de 2007	107
Gráfico 57	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico da idade média dos docentes no período letivo de 2007.....	107
Gráfico 58	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico da duração média dos afastamentos de ensino no período letivo de 2007	108
Gráfico 59	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental, Médio e administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico do tempo médio de serviço docente no período letivo de 2007.....	108
Gráfico 60	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental, Médio e Administrativo da GERED de Curitiba, frequência das ausências dos docentes no período letivo de 2007.....	109
Gráfico 61	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, número total de professores afastados nos períodos de 2003 a 2007.....	111
Gráfico 62	Licenças oficiais dos professores dos Ensinos Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, evolução dos dias das licenças de cada período letivo.....	113
Gráfico 63	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, evolução do mal-estar por nível de ensino ou função.....	129
Gráfico 64	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, nível de formação e absenteísmo.....	130
Gráfico 65	Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, idade, tempo na função e patologias.....	131

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Estatística anual de licenças dos docentes no período 2003.....	71
Tabela 2	Estatística anual de licenças dos docentes no período 2004.....	81
Tabela 3	Estatística anual de licenças dos docentes no período 2005.....	91
Tabela 4	Estatística anual de licenças dos docentes no período 2006.....	101
Tabela 5	Estatística anual de licenças dos docentes no período 2007.....	110
Tabela 6	Evolução das licenças do período letivo entre 2003 a 2007.....	114
Tabela 7	Resumo estatístico dos dados mais significativos.....	115
Tabela 8	Prevalências de licenças por sexo	118

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Ciclo degenerativo do mal-estar Professor.....	49
Quadro 02: Distribuição do universo da pesquisa	56

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	19
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE	22
2.1 ASPECTOS DA SAÚDE E TRABALHO DOCENTE NA AMÉRICA LATINA	25
2.2 SAÚDE E CONDIÇÕES DE TRABALHO NAS ESCOLAS PÚBLICAS	29
2.2.1 Investigações das Condições de Trabalho e Saúde Docente	32
2.3 REFORMAS EDUCACIONAIS.....	34
2.4 O MAL-ESTAR DOCENTE.....	37
2.4.1 Indicadores do Mal-Estar Docente	39
2.4.2 Esgotamento Docente	46
2.4.3 Consequências do mal-estar docente	47
2.4.4 Modelo Compreensivo do Mal-Estar Docente	48
2.5 ESTRESSE E ANSIEDADE DOS DOCENTES	50
2.6 CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE DOS PROFESSORES/AS	51
2.7 CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA – QUESTÃO DA SAÚDE DOS DOCENTES.	53
3 MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO	55
3.2.1 Tipo de Pesquisa	55
3.2 AMOSTRA.....	56
3.3 CONTEXTO DE PESQUISA	57
3.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	58
3.4.1 Instrumento de Coleta de Dados	58
3.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS	59
4 EVOLUÇÃO DA SAÚDE DOS DOCENTES DE 2003 A 2007:.....	61
4.1 DADOS ESTATÍSTICOS DO ANO DE 2003	61
4.1.1 Licenças por nível de ensino	64
4.1.2 Licenças por sexo	65
4.1.3 Licenças por formação	65
4.1.4 Licenças por carga horária.....	66
4.1.5 Licenças por contrato de trabalho	67
4.1.6 Idade média dos professores em licença	67
4.1.7 Duração Média das licenças.....	68
4.1.8 Licenças por tempo médio de serviço	69
4.1.9 Licenças Distribuídas por Frequência e Ausência	70

4.2 DADOS ESTATÍSTICOS DO ANO DE 2004	72
4.2.1 Licenças por nível de ensino	74
4.2.2 Licenças por sexo	75
4.2.3 Licenças por formação	76
4.2.4 Licenças por carga horária	76
4.2.5 Licenças por contrato de trabalho	77
4.2.6 Idade média dos professores em licença	78
4.2.7 Duração Média das licenças.....	78
4.2.8 Licenças por tempo médio de serviço	79
4.2.9 Licenças Distribuídas por Frequência e Ausência	80
4.3 DADOS ESTATÍSTICOS DO ANO DE 2005	82
4.3.1 Licenças por nível de ensino	85
4.3.2 Licenças por sexo	85
4.3.3 Licenças por formação	86
4.3.4 Licenças por carga horária.....	87
4.3.5 Licenças por contrato de trabalho	87
4.3.6 Idade média dos professores em licença	88
4.3.7 Duração Média das licenças.....	88
4.3.8 Licenças por tempo médio de serviço	89
4.3.9 Licenças Distribuídas por Frequência e Ausências.....	90
4.4 DADOS ESTATÍSTICOS DO ANO DE 2006	92
4.4.1 Licenças por nível de ensino	94
4.4.2 Licenças por sexo	95
4.4.3 Licenças por formação	96
4.4.4 Licenças por carga horária.....	96
4.4.5 Licenças por contrato de trabalho	97
4.4.6 Idade média dos professores em licença	98
4.4.7 Duração Média das licenças.....	98
4.4.8 Licenças por tempo médio de serviço	99
4.4.9 Licenças Distribuídas por Frequência e Ausência	100
4.5 DADOS ESTATÍSTICOS DO ANO DE 2007	102
4.5.1 Licenças por nível de ensino	104
4.5.2 Licenças por sexo	105
4.5.3 Licenças por carga horária.....	105

4.5.4 Licenças por formação	106
4.5.5 Licenças por contrato de trabalho	106
4.5.6 Idade média dos professores em licença	107
4.5.7 Duração Média das licenças.....	108
4.5.8 Licenças por tempo médio de serviço	108
4.5.9 Licenças Distribuídas por Frequência e Ausência	109
4.6 ANÁLISE DO MAL-ESTAR DOS DOCENTES DO PERÍODO LETIVO DE 2003 A 2007	111
4.6.1 Evolução dos dias de licenças dos professores do período letivo de 2003 a 2007...	112
4.6.2 Licenças por nível de ensino	115
4.6.3 Licenças por sexo	117
4.6.4 A formação dos docentes em licenças	119
4.6.5 O contrato de trabalho dos professores em licença	122
4.6.6 A carga horária dos professores em licença.....	122
4.6.7 A idade média dos professores em licença.....	124
4.6.8 A duração média utilizadas pelos professores	125
4.6.9 Tempo Médio de trabalho dos professores em licença.....	126
4.6.10 Diagnósticos mais frequentes das licenças dos professores	127
4.6.11 Os ciclos de estresse e a relação com as licenças dos docentes	128
4.6.12 Evolução dos indicadores do nível de ensino, formação e absenteísmo dos períodos letivos de 2003 a 2007.	128
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
5.1 ENCAMINHAMENTOS PARA EVITAR O MAL-ESTAR DOCENTE	136
5.1.1 Estratégias para evitar o Mal-Estar docente no processo de formação inicial.....	137
5.1.2 Estratégias para evitar o Mal-Estar Docente no Processo de Formação Continuada..	139
5.2 PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO À SAÚDE MENTAL DOS DOCENTES	140
5.3 LIMITAÇÕES DO ESTUDO	141
5.4 DIRECIONAMENTO PARA NOVAS PESQUISAS	142
REFERÊNCIAS	144
ANEXOS	150

1 INTRODUÇÃO

O interesse pela problemática relacionada ao mundo do trabalho e a relação com a saúde aconteceu no decorrer da graduação no curso de Psicologia, com a participação do primeiro trabalho sobre o “*O estresse resultante do trabalho dos Bancários do BESC – Catanduvas – SC*”. Através deste estudo houve um contato com a temática do trabalho e as condições laborais. Como profissional da área da Psicologia, atuando no campo da Psicologia Clínica e Escolar, acrescido da observação e da grande frequência de queixas de sintomas psicossomáticos relacionados ao trabalho docente despertou o interesse pelo desenvolvimento dessa investigação.

Em especial, a motivação para a realização deste trabalho de investigação está embasada também num interesse pessoal, aliado ao interesse científico pelas áreas de educação e psicologia do trabalho. Através de uma revisão de literatura nas revistas e artigos científicos observou-se a pouca investigação na região de realização da pesquisa sobre o assunto escolhido.

A relação entre a saúde e o trabalho docente são pontos chave neste estudo. Aborda-se uma análise do trabalho, visando à compreensão da psicodinâmica do mal-estar e suas implicações no processo saúde/doença na atividade pedagógica, focalizando as transformações da sociedade e do trabalho docente. Para dar conta desse objetivo, buscou-se uma interlocução das perspectivas teóricas da Educação, Psicologia do Trabalho e Saúde que, conforme Capra (2003), considera o ser humano como um todo integrado, que envolve padrões físicos e psicossociais interdependentes. Sendo uma condição essencial para se iniciar um exame mais aprofundado do mal-estar docente nas funções que ele ocupa.

Quanto ao trabalho docente aqui enfocado, caracteriza-se como uma profissão exercida através de uma relação intersubjetiva e social, sendo uma atividade permeada por situações ambivalentes, conflituosas e de alta exigência em seu desempenho. Tais situações vivenciadas proporcionam tensões na sua prática cotidiana, somados a outras dificuldades podem favorecer o desencadeamento do mal-estar dos professores. A função docente tem suas especificidades que se diferenciam dos demais trabalhadores por implicar em diversas variáveis que as outras categorias não contemplam. Daí a necessidade de saber quais são os fatores na relação do trabalho que podem produzir o desenvolvimento de patologias relacionadas com o professor e levando-o ao afastamento de suas atividades laborativas.

A presente pesquisa examina o mal-estar relacionado com o contexto escolar enquanto local de trabalho, mediante um arranjo teórico específico, focalizando a interface da

dinâmica pedagógica, as relações com o sistema educacional e os seus efeitos mais significativos sobre a saúde dos professores.

O mal-estar correlacionado com o contexto escolar enquanto local de trabalho, tem sido objeto de estudos contemporâneos. A preocupação em analisar o mal-estar não se restringe apenas ao terceiro mundo, mas mobiliza membros da comunidade científica internacional, pois, os docentes sentem-se tomados por este mal-estar complexo, difícil de ser compreendido e explicado (ESTEVE, 1999).

O fenômeno do mal-estar docente pode ser definido como uma doença social, reflexo das transformações sociais e econômicas, que afetam determinadas profissões ou condições de trabalho. No âmbito educacional é causada, entre outros fatores, pela falta de apoio da sociedade à categoria dos docentes, tanto na esfera do ensino como nas recompensas materiais e o não reconhecimento do papel do professor pela sociedade. O mal-estar tem maior prevalência em profissionais que desempenham atividades assistenciais, as quais exigem uma relação interpessoal caracterizada pelo cuidado e dedicação (ESTEVE, 1999; TARDIFF, 2005).

A manifestação desta doença social tem atingindo, direta e indiretamente, o contexto educacional, com níveis de intensidade diferentes, acarretando diversas consequências ao estado de saúde dos docentes. Como aponta Esteve (1999), o desajustamento e insatisfação diante da prática de ensino, fuga das situações de conflito, desejo de abandonar a carreira docente, absenteísmo laboral, esgotamento, estresse, ansiedade, depreciação do eu, problemas psicossomáticos, entre outros, podem constituir-se indicadores desse mal-estar sentido pelos professores.

Para Esteve (1999, p.44), o termo mal-estar docente descreve “[...] os efeitos de caráter negativo que afetam a personalidade do professor, como condições psicológicas e sociais em que exercem a docência”. Considera-se uma dinâmica que pode comprometer a qualidade do trabalho docente e manifestar no professor um notório desgaste físico e psicológico.

Contudo, perfaz-se um grande desafio ao longo deste estudo, onde se volta para a soma e construção de novos saberes, propondo novas soluções, intervenções, propostas e ideias, acreditando ser apenas o início de outros momentos de estudo e reflexão. Nesse sentido, definimos como problema dessa investigação, a seguinte formulação: Quais os fatores que implicam na saúde dos docentes da GERED de Curitiba e que determinam seu afastamento das funções educacionais?

Além do problema de pesquisa algumas questões são necessárias para nortear esta investigação:

- a) Há prevalência do fenômeno mal-estar nos professores da GERED - Curitiba?
- b) Quais as principais aspectos patológicos que acometem a saúde do professor da GERED - Curitiba e as relações com as características ocupacionais e sócio-demográficas?
- c) As práticas, o cotidiano e as relações no contexto escolar contribuem para o afastamento do professor para tratamento de saúde?

Com esse estudo, objetiva-se: a) analisar os fatores relacionados ao contexto pedagógico que implicam na saúde dos docentes da GERED – Curitiba e que os afastam de suas atividades laborais. b) Identificar as principais patologias que afastam os docentes de seu trabalho e relacionar com as variáveis sócio-demográficas e ocupacionais.

Visando dar conta do problema de pesquisa elencado e de seus objetivos, estruturou-se esta investigação em capítulos, sendo que o primeiro apresenta a parte de introdução e objetivos.

No segundo capítulo, apresentam-se um breve histórico e conceituação do mal-estar docente, apresentando a relação deste fenômeno com o trabalho, reformas educativas, formação e estratégias preventivas do mal-estar docente.

No terceiro capítulo, apresentam-se o método de investigação com pontos norteadores que sustentaram os caminhos percorridos durante o desenvolvimento da pesquisa. A metodologia deste estudo procede a uma sequência quanto ao método de investigação, tipo de pesquisa, grupo de amostra, contexto da pesquisa, procedimentos de coleta de dados, instrumentos de pesquisa e os procedimentos de análise de dados

No quarto capítulo, relatam-se e discutem-se os resultados das análises realizadas a partir do protocolo.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

O objetivo deste capítulo tem como meta relatar alguns pontos considerados interessantes no processo histórico do trabalho docente. No entanto, utiliza-se uma demarcação dos estudos contemporâneos, quando ocorreu uma eminência de elementos que fundamentaram posteriormente o olhar sobre mal-estar docente no contexto mundial e nacional.

O olhar sobre a problemática do trabalho docente no século XX e XXI tem se modificado em virtude de uma sociedade marcada pelo avanço do desenvolvimento tecnológico e pela transição de uma época pós-industrial. Da mesma forma, vivencia-se o surgimento e desenvolvimento de linhas de investigação que focam em analisar e interpretar o trabalho no ensino com diferentes posturas e inúmeros referenciais conceituais e valorativos, principalmente, nos países da Inglaterra e Estados Unidos (COSTA, 1995).

Em relação ao Brasil, a investigação acompanha e busca este avanço interpretativo sobre o trabalho docente. No entanto, os resultados são incipientes mediante a amplitude do campo de pesquisa. As primeiras linhas de investigação sobre esta temática desenvolveram-se em meados da metade do século XX, pois, o período pós-guerra requereu uma análise profunda da educação (COSTA, 1995).

Na metade do século XX, ocorreu o avanço do modelo econômico capitalista orientado pelas concepções liberais, onde a escola e a educação são direcionadas a manter uma relação positiva com a sociedade, ou seja, a escola prepara o indivíduo de acordo com o modelo requerido. Com isso, surgiram estudos que abordam o trabalho docente como aspecto meramente prescrito, sem considerar o trabalho real do contexto escolar.

A função da escola neste contexto foi ser portadora de confiança e tinha como meta preparar os sujeitos para as demandas sociais; cabia ao professor contribuir para o desenvolvimento e construção do indivíduo para exercer um projeto em sociedade, entretanto, esta tese foi sendo enfraquecida e a confiança no ideal da escola e no status docente ficou fragilizada.

Divergindo da concepção liberal, nos anos 1970, registrou-se o surgimento das concepções da teoria crítica na educação, sob influência dos pensadores neomarxistas. Esta postura teórica vem divergindo do pensamento educacional constituído pela ideologia liberal, representando a emergência de um referencial que determinou uma perspectiva diferenciada nas abordagens da educação desta época em diante (COSTA, 1995).

Nesta ideologia dominante, o Estado realiza o controle administrativo e, principalmente, o controle ideológico, onde os professores são os agentes do projeto, mas ao mesmo tempo, estes profissionais sinalizam uma resistência nas organizações escolares das sociedades capitalistas. Tal postura de divergência nas instituições dos docentes pode proporcionar elementos que implicam na saúde dos mesmos.

O trabalho docente foi marcado pelas batalhas que promoveram mudanças fundamentais no cenário da educação, a partir da construção e disseminação de novas posturas teóricas permeada pela historicidade dos fatos que caracterizavam uma abordagem diferenciada no ensino, no tempo e espaço do contexto social.

O processo de profissionalização caracterizou-se como um percurso repleto de lutas e de contradições. O âmbito educativo foi permeado por inúmeros atores (Estado, Igreja, famílias, entre outros) que perceberam a estruturação docente como uma ameaça aos seus interesses. Mediante as diferentes perspectivas propiciaram a desprofissionalização e proletarização, as quais os docentes estão expostos. (NÓVOA, 1995).

Ainda Nóvoa (1995) compreende a crise atual docente oriunda de muitos anos e não verifica a superação desse quadro em curto prazo. Em virtude disto, as manifestações do mal-estar são notáveis nos professores como: desmotivação pessoal, absenteísmo, abandono e insatisfação profissional, desinvestimento, ausência de reflexão crítica sobre a prática profissional, juntamente com o questionamento da sociedade em relação às competências e ao trabalho docente.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) (1984) definiu o trabalho docente como ocupando um lugar central e determinante na sociedade, pois, consideram os professores responsáveis pelo preparo do cidadão para a vida, considerando que enfrentam as condições mínimas de trabalho (horário adequado, recursos materiais e físicos) para atingir os objetivos de um ensino eficiente.

O trabalho docente é considerado uma das mais antigas profissões e a função do professor já existia antes mesmo das escolas propriamente ditas. O professor, o processo ensino-aprendizagem e a instituição educacional vêm se modificando ao longo dos anos, principalmente, a formação profissional da docência, devido às transformações e mudanças ocorridas no mundo do trabalho, cultura, tecnologia, que canalizam sobre as condições de vida e trabalho dos professores.

Segundo Esteve (1999), os professores tiveram que assumir novas funções e demandas sociais no trabalho educacional. No entanto, não ocorreu na mesma velocidade de transformação e exigência, a melhoria das condições do exercício da atividade pedagógica.

Para Tardiff e Lessard (2005,p.8), o contexto relacional do trabalho docente é “... uma forma particular de trabalho sobre o humano, ou seja, uma atividade em que o trabalhador se dedica ao seu “objeto” de trabalho, que é justamente outro ser humano, no mundo fundamentalmente da interação humana”. O referido autor caracteriza esta relação como complexa e multidimensional, por comportar dilemas importantes, determinados pelas variáveis ambientais, que despertam nos professores sentimentos ambivalentes.

Segundo Arroyo (2000), o trabalho docente perpassou por várias expressões/codínomes como mestre-escola, preceptores, professores, docentes e mestres de ofício, sofrendo alterações a cada época, No entanto, a ocupação persiste ao longo do tempo. Especificamente, a função do professor é de ensinar, educar, socializar, humanizar, transmitir valores, crenças, culturas, bem como, inserir o sujeito num ambiente de significações.

A função docente atravessa na contemporaneidade uma de suas piores situações. O professor é visto como profissional fundamental para a sociedade, atualmente luta pela valorização e reconhecimento de seu trabalho. Muitos que ficaram nesta profissão, apresentam adoecimento físico e psíquico com patologias conhecidas e etiologia desconhecida (CRUZ, 2005).

Para Cruz (2005) e Tardiff (2005), os professores ocupam um lugar fundamental no processo social produtivo. Exercem atividades de assistência interpessoal e de dedicação ao processo ensino-aprendizagem dos alunos, ficando predispostos aos chamados riscos psicossociais no trabalho, somados aos agravos na condição física, que proporcionam os desgastes profissionais.

Ainda, Cruz (2005) caracteriza a prática docente como parte integrante do processo de ensino/aprendizagem, que apresenta condições peculiares e que podem ser geradoras de doenças físicas e psíquicas. Neste quadro de condições de trabalho, o ensino, considerado o exercício da prática cotidiana dos professores, apresenta aspectos particulares, considerados geradores de fatores que determinam problemas físicos e psíquicos. Dentre inúmeras situações que implicam na saúde do docente pode-se citar: o contato com o pó de giz, o qual provoca processos alérgicos; as implicações com voz, ocasionada pela alteração do tom da voz e necessidade de falar o tempo de duração da aula. Ainda, tem-se a longa duração de permanência em pé, a qual causa sobrecargas musculares e sistema circulatório, provocando dor, levando o professor a retirar licenças para tratamento de saúde e, em casos extremos, alguns pedem a aposentadoria precocemente ou abandonam a profissão.

Vale ressaltar que para (ESTEVE,1999; DELCOR,2004; GASPARINI,2005; ARAÚJO,2005), as pesquisas sobre o trabalho docente, suas condições e saúde no trabalho

permitem caracterizar os processos laborativos e constituir o perfil dos professores buscando avaliar as possíveis associações entre ocupação e problemas de saúde. Por outro lado, o campo de estudos sobre o trabalho docente é uma área em desenvolvimento, permeada por complexidade e diversidade, regulamentada por inúmeras situações políticas que são fontes de reclamações docentes por condições mínimas de trabalho no contexto das reformas da educação e sua implicação na mudança relacionada ao trabalho docente.

2.1 ASPECTOS DA SAÚDE E DO TRABALHO DOCENTE NA AMÉRICA LATINA

A questão das investigações sobre a saúde no trabalho docente na América Latina inicia-se no período entre 1970-1980, demandados de alguns centros universitários. Os países como Canadá, Argentina, Equador, México e Brasil, universidades e sindicatos investigam estudos sobre condições de trabalho e saúde dos professores, especificamente, o sofrimento psíquico que acometem os docentes. Assim sendo, os estudos do trabalho docente ingressaram através da demanda:

[...] porta de entrada ao conhecimento do trabalho docente pelos pesquisadores e o sujeito que o realiza: A dor e os limites da loucura...agora chamada “burnout” pelos ingleses, algo como professor fundido (como um motor), ou “sem fogo”, na desistência...a falta de desejo ou mal-estar docente [...]. (MARTINEZ, 2003, p. 80).

Estes estudos relacionaram investigações sobre as patologias físicas e psicossomáticas, no entanto, ainda faltam investigações específicas sobre o trabalho que realiza o professor e a relação com as regulações inseridas no contexto político-social vigente.

Historicamente, a economia ingressa nas investigações educativas antes das ciências da saúde. No século XIX, a higiene escolar era voltada para o aluno, a figura do professor não era dotada de corporeidade. Sendo assim, seu corpo não adoecia e sua subjetividade não sofria de acepções, tudo era naturalidade pura (MARTINEZ, 2003).

A caminhada investigativa sobre o trabalho e a saúde docente favoreceu o surgimento da Rede de Estudos sobre Trabalho Docente (REDE ESTRADO), no final de 1999, estruturado primeiramente na Argentina através dos esforços das professoras Deolídia Martinez e Alexandra Birgin. No Brasil, a Rede surgiu a partir da organização da Reunião do GT “Educação, Trabalho e Exclusão Social” realizada em novembro de 2001, na cidade de Guadalajara, no México, onde foram indicados os professores: Dalila Andrade Oliveira e Miguel G. Arroyo, ambos da UFMG, sendo estes os representantes no Brasil desta organização. A partir de sua existência, a Rede, aos poucos, foi se consolidando, recebendo

importantes adesões de pesquisadores latino-americanos em diferentes países e atualmente se encontra presente no Chile, em Cuba, na Venezuela, Colômbia e Peru (OLIVEIRA, 2002; MARTINEZ, 2003).

A demanda pela criação da Rede Estrado veio através da percepção e constatação da grande dispersão da produção acadêmica sobre o tema “trabalho docente”, principalmente na América Latina. A Rede nasceu também da necessidade de aumentar a comunicação entre os pesquisadores da América Latina. Nesse sentido, um dos propósitos de criação da Rede foi constituir um espaço de diálogo e debate interdisciplinar sobre a temática Trabalho Docente, nas inúmeras áreas, enquanto objeto de pesquisa, como: educação, sociologia, administração escolar, saúde e trabalho, mal-estar docente, didática, pedagogia, antropologia social, dentre outros (OLIVEIRA 2002; MARTINEZ, 2003).

O trabalho docente faz parte do contexto histórico da educação pública e da construção dessas instituições, as quais auxiliam na constituição dos indivíduos e suas respectivas cidadanias. O local de trabalho do professor é considerado um espaço de mandatos sociais que desenvolve a construção de identidades culturais repassadas de geração a geração.

Para Martinez (2003), a partir da década de 1970, a investigação psicossocial do trabalho e saúde do trabalhador era centrada no operário industrial, considerado o trabalhador daquele momento. Outros setores não chamavam a atenção e interesse dos estudos, principalmente, as mulheres trabalhadoras, as quais representavam uma parte significativa no setor de serviços da época.

Igualmente, neste momento, a globalização ajusta o mundo em um período de acumulação capitalista, sem brechas para Estado de bem-estar, modificando de forma substantiva a relação do trabalho e seu valor/salário, organização e regulação. A partir deste momento os docentes evidenciam sua condição de trabalhadores assalariados enquanto identidade na sua caminhada histórica profissional.

O trabalhador educacional acumula em sua identidade enquanto profissional, uma construção histórica, pouco analisada em sua coletividade. Foi um dos motivos que a relação docente valor de trabalho não estava na consciência do setor de trabalho até boa parte do século XX. A explicação sobre a ausência de estudos sobre o trabalho focado na docência acabou não constituindo uma identidade profissional conclusa, mas, influenciou na tomada de consciência de condição de assalariado, desvalorizada e desqualificada como trabalhador que serve aos modos de produção, (MARTINEZ, 2003).

Neste sentido, o mercado de trabalho globalizado assume o trabalhador educacional como servidor público e o destina para atividades de manutenção da matrícula escolar e controlador do conflito social entre escola e comunidade, ou seja, o professor não apenas como responsável pelo processo de ensino/aprendizagem, mas por tarefas administrativas e mediador na instituição. A partir deste momento, o professor começa a perceber e manifestar o sofrimento psíquico, de tal maneira que houve um aumento dos atendimentos psiquiátricos e psicológicos. Por volta da metade do século XX, entre as décadas de 1960 a 1970, na França, Inglaterra e Alemanha, surgiram os primeiros registros de manifestações e sentimentos do sofrimento psíquico. Na América Latina, a atenção a esse aspecto é mais recente. Vale ressaltar que os primeiros dados estatísticos situam-se, em 1980, considerando que as consultas psicológicas são de forma particular, não sendo registrada nestes levantamentos. Sendo assim, é deste jeito, que os estudos do trabalho docente, enquanto patologia relacionada ao sofrimento psíquico surge como análise dos primeiros estudos e investigações (MARTINEZ, 2003).

A evolução dos estudos sobre o trabalho docente perpassa por três etapas, conforme Martinez (2003), sendo *a primeira sobre a saúde no trabalho*, que se refere ao padecimento do professor, o qual chama sobre ele mesmo a dor onde muitas vezes beira a loucura. Esta demanda do adoecimento docente surgiu mediante os dados epidemiológicos psiquiátricos dos setores de saúde, e no enfoque de outras áreas como sociologia e psicologia do trabalho evidenciaram-se uma maior atenção nesta área esquecida pelas pesquisas.

Nos enfoques sobre pedagogia e a didática não havia uma relação com o trabalho docente e nem questionamentos sobre o que acontece no interior das escolas para justificar a intensidade dos sofrimentos, das patologias relacionadas ao exercício da função docente. As pesquisas na educação eram focadas na escola, no processo ensino-aprendizagem, na relação professor/aluno. A escola pública passou a ser objeto de pesquisas após forte crítica de empresas empregadoras, pela ineficiência desta instituição na precária formação dos jovens trabalhadores. (MARTINEZ, 2003).

A atenção direcionada para a saúde do trabalho docente é um enfoque tardio no setor docente e suas patologias profissionais, riscos e acidentes laborais. O interesse dos governantes dos países da América Latina, nas primeiras pesquisas da educação, foi voltado no disciplinamento do trabalho e absenteísmo.

Na América Latina, por volta de 1990, os governantes de cada país integrante desenvolveram reformas educativas voltadas para um mercado de trabalho desvalorizado e dual, resultando num aumento das diferenças e das desigualdades. Nas escolas públicas, a

relação do trabalhador da educação com seus alunos, futuros profissionais, a relação de educação e trabalho apresentava um novo significado.

Neste sentido, em vários países da América Latina, não houve um enfoque nas investigações do trabalho, dos riscos e danos que desencadeiam as reformas educacionais, ou seja, não houve interesse na saúde dos trabalhadores da educação, tampouco dos alunos. A saúde do trabalho docente e da escola está relacionado com o cotidiano da instituição e suas exigências e regulações, no entanto, não existe vontade dos governos no âmbito da educação e saúde pública para investigações sobre o tema. O interesse dos governos situa-se nas análises econômicas e relação custo/benefício são constantemente verificadas nos estudos formais do sistema federal de ensino (MARTINEZ, 2003).

A *segunda etapa* dos estudos do trabalho docente refere-se à análise do processo de trabalho conforme perspectiva de Bravermaan (*apud* MARTINEZ, 2003, p.80).

[...] a obra deste e seus críticos integram a subjetividade do trabalhador e a variável de gênero, é possível identificar o lugar do produto no processo de trabalho docente e a qualificação como força de trabalho na produção cultural e na construção de conhecimentos sobre a escola e o público.

O processo de construção coletiva do conhecimento constitui aspecto genuíno, histórico, social, através da apropriação pública, transmitida como cadeia de significantes, socializada de geração a geração, imbricada com afeto e o sentido político que cada grupo considera importante. Este conteúdo afetivo constitui ponto central e ético do trabalho docente, conforme Martinez (2003, p.81) “[...] o docente adocece os sentimentos, o desejo, a sensação do inacabado, do desamparo ao qual se vê isolado na sala de aula e despojado de valor na sociedade do consumo e do lucro a qualquer preço”

A *terceira etapa* do estudo sobre o trabalho docente refere-se à contradição existente entre sistema e escola. A escola enquanto local de trabalho demanda investigação sobre o “desconhecimentos” do professor enquanto trabalhador no desempenho de sua função. Diante desta falta de conhecimento, emerge a necessidade de investigações sobre novas normas do trabalho e que se ajustem a uma organização do trabalho e da escola mais sadia, quer seja para os alunos, professores, agentes, entre outros; pois, muitos consideram a escola, ainda, um lugar confiável, público e igualitário, um local de ato político, apesar de o sistema hegemônico ter cristalizado desigualdades e injustiças na distribuição do saber (MARTINEZ, 2003; OLIVEIRA, 2003).

A escola como objeto de investigação ainda encontra-se não suficientemente desvelado, apesar das diversas intervenções no sistema educativo, essa instituição sócio-cultural permanece viva, apesar dos abandonos, a escola é núcleo significante na história dos povos e identidades.

Em meados do século XX, diversos estudos focalizaram a vida cotidiana da escola. No entanto, urge a necessidade de investigar o que é a escola? Como esta instituição está estruturada? Como permanece resistente ao sistema ?

A descontextualização entre sistema e escola é nítida. Pode-se aferir que a instituição escola não tem imbricação com o sistema, exceto pela imposição do poder burocrático de uma hegemonia. Martinez (2003, p. 84) relata a verdadeira função do sistema:

O sistema alimenta seus órgãos parasitários nacionais e internacionais com abundantes orçamentos e empréstimos, enquanto as magras atribuições salariais e de recursos de funcionamento para as escolas ainda não conseguiram desvanecer sua presença nas comunidades.

Diante deste cenário, os inúmeros modos de resistência da população mediante o avanço galopante mercantil e ameaça concreta de exclusão e desigualdade social, busca uma democracia mais justa que respeite identidades culturais e históricas. Observa-se atualmente, que as escolas e docentes enfrentam uma situação difícil, entretanto, o questionamento e a força social para resistir e para criar novos caminhos mais justos são fundamentais.

2.2 SAÚDE E CONDIÇÕES DE TRABALHO NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Pretende-se com esta subdivisão abordar a saúde e as condições de trabalho nas escolas públicas para fundamentar a constituição da amostra deste estudo, a qual foi realizada numa instituição pública estadual.

As investigações sobre as condições do trabalho e as implicações destas no desencadeamento dos processos de saúde nas escolas públicas são fundamentais para o entendimento de como e por que os docentes acabam adoecendo e retirando licenças para tratamento de saúde, bem como, compreender as implicações políticas e ergonômicas, neste processo educacional, no qual o professor é figura em destaque.

Assunção (2003) enfatiza a problemática da fundamentação teórico-metodológica baseada nos pressupostos da ergonomia e sua prática configurada no sistema de ensino, ao mesmo tempo, questiona a garantia de objetivos globais de igualdade de acesso e desenvolvimento nas escolas públicas, tendo como mecanismo de ajuste dos trabalhadores a

elaboração de estratégias para minimizar os efeitos provocados pela inadequação entre condições de escassez e recursos materiais e as demandas dos alunos carentes e algumas vezes agressivos e violentos.

Mediante o perfil dos alunos que frequentam as escolas, questiona-se como é possível atingir o sucesso do processo de ensino com salas de aula superlotadas. Percebe-se diante das pesquisas sobre trabalho docente, que há uma indignação e incompatibilidade entre as mudanças propostas e concretizadas e a realidade cotidiana encontrada nas escolas. Estas contradições são pertinentes e podem ser escutadas através das queixas de cansaço e adoecimento da classe dos trabalhadores da educação.

Neste contexto do sistema de ensino, os professores compensam a ausência de adequação das metas educacionais do sistema de ensino, na organização real do trabalho, através da sobrecarga de esforços individuais, isto pode justificar as queixas de cansaço, os transtornos psíquicos menores e recorrentes e o absenteísmo por patologias mentais moderadas e severas. Nesta dinâmica, o único elemento de modificação é o professor, a custa de seus esforços físicos, ajuda pessoal aos alunos, redução de seu tempo livre para preparar atividades que compensem a ausência de laboratórios, salas de informática e bibliotecas adequadas (ASSUNÇÃO, 2003).

O conhecimento produzido nas investigações no campo de estudo das relações saúde e trabalho permitem inferir associações entre problemas de saúde dos docentes e as condições ergonômicas laborais. As evidências de adoecimento são comprovadas pelas pesquisas neste âmbito da educação. Entre estes, pode-se citar: o estudo em Vitória da Conquista, Bahia – com um conjunto de professores da rede municipal, totalizando 808 profissionais pesquisados por Araújo. A pesquisa de ordem epidemiológica descritivo apresentou respostas afirmativas dos entrevistados sobre cansaço mental 70%, dor nos membros superiores 67% e inferiores 63% e os distúrbios psíquicos menores com 55% dos docentes, (ARAÚJO, 2005)

Na rede pública de ensino do citado município, foi pesquisado uma amostra de 250 professores, os quais apresentavam queixas de saúde como: cansaço mental 59%; dor em membros superiores 52%; dor em membros inferiores 47% e distúrbios psíquicos menores em 55% dos entrevistados.

Os resultados desta pesquisa evidenciaram que 67% dos professores da rede do sistema de ensino municipal de Vitória da Conquista – Bahia considerou como aspectos que promovem o “mal-estar” o ritmo frenético 45%, repetitivo 62%, responderam a necessidade de esforço físico para realizar a função pedagógica. Diante disto, evidenciou-se a falta de

previsão das políticas públicas educacionais em mudar a situação encontrada nestas pesquisas; a fim de ajeitar as suas metas (ARAÚJO, 2005).

Outro estudo da Gerência de Saúde do Servidor e perícia Médica realizado em Belo Horizonte, evidenciou que, em 2002, o corpo administrativo das escolas públicas municipais procurou mais vezes o serviço de perícias para afastamento médico, seguido dos vice-diretores, auxiliares, agentes administrativos e professores. No total, 30% dos funcionários tiraram um pedido de afastamento por motivo de saúde. Os principais diagnósticos foram os relacionados a transtornos e episódios depressivos.

Os dados desta pesquisa permitem inferir hipóteses sobre os resultados dos estudos de Araújo (2002) evidenciam relevantes registros sobre o ritmo de trabalho frenético de 70% cansaço mental e, 55% distúrbios psíquicos menores. Estes resultados, quando analisados conjuntamente, demonstraram uma coerência entre os achados e permitem elaborar hipóteses objetivando identificar associações do adoecimento com as características das escolas e suas condições de trabalho.

Para Assunção (2003), as condições de trabalho nas escolas públicas encontram-se no centro de análise dos processos de saúde das pesquisas nesta área, sendo um local que caracteriza as circunstâncias em que professor desempenha suas funções para chegar aos resultados almejados. Estas condições de trabalho evidenciam o modo de sociedade em que os trabalhadores da educação estão inseridos, quer seja no acesso de informações, escolha de bons instrumentos e participação negada na divisão dos ganhos ou conquistas.

Algumas pesquisas demonstraram alguns resultados nas ações e observações na dinâmica de sala de aula, as quais foram mostradas nas pesquisas recentes de Mariano; Muniz (2006) que relataram os processos psíquicos pela confrontação dos professores em sua relação às condições adversas do trabalho.

Outra pesquisa dos autores acima citados, buscou por meio do trabalho de um grupo de professoras da 2ª fase da rede pública do município de João Pessoa- PB, evidenciar a situação de trabalho vinculada à saúde mental dos professores. As hipóteses dos autores sobre a dinâmica escolar, conforme se apresenta, têm afetado a execução da atividade docente e proporcionado tensões e sofrimento em sua prática cotidiana. Os resultados encontrados sugerem a existência de sofrimento no exercício do trabalho pedagógico. O grupo de professoras investigado apresentava como queixa a desvalorização do magistério, considerado reflexo da baixa remuneração salarial para atender as suas necessidades (MARIANO; MUNIZ, 2006).

Os autores ainda discutem, no estudo, o sentimento de desesperança e angústia quanto às mudanças nas políticas educacionais e poucas expectativas quanto à melhoria das condições de trabalho. Outro fator presente na dinâmica do sofrimento se refere à sobrecarga de trabalho, caracterizado por um excesso de jornada de trabalho e a exigência de se realizar inúmeras tarefas ao mesmo tempo.

As investigações de Araújo (2005); Codo (2002); Lemos (2001); Gomes (2002); Mariano; Muniz (2006) enfocam que as reformas educacionais e seus objetivos de atingir metas estabelecidas centralmente, a qual configura a avaliação como instrumento de controle da organização e administração do trabalho pedagógico, acarreta em consequências perversas, e injustas políticas educacionais que recaem diretamente sobre as atividades docentes e as possíveis associações com as queixas de saúde frente à sobrecarga de trabalho.

2.2.1 Investigação das Condições de Trabalho e Saúde Docente

De acordo com Assunção (2003), as investigações relacionadas às condições de trabalho e saúde do docente, analisam a evolução do sistema produtivo, numa tentativa de compreender a lógica que origina a precarização do trabalho docente, com intuito de desvendar as implicações desses elementos nos professores que sofrem as consequências deste processo.

No espaço do trabalho docente, as exigências são contraditórias e os professores desenvolvem uma prática rica em conhecimentos, objetivando responder os contratempus no curso do trabalho, na manutenção dos sistemas, bem como, administrar os riscos diante da exposição de situações adversas à saúde.

A relação saúde e trabalho não se limita apenas ao adoecimento, aos acidentes e ao sofrimento psíquico e físico, mas a condição de saúde dos professores é construída nas relações do trabalho, ou seja, quando o professor consegue atingir às metas impostas pela hierarquia, sem levar em conta as condições laborais adequadas para responder as demandas complexas e quando não planejadas podem desencadear sintomas e patologias.

Para os trabalhadores educacionais, a construção da saúde e bem-estar situa-se em dar conta, ou não, das reais adaptações do ser humano, em estabelecer um mecanismo para lutar contra o sofrimento, as diferenças e doenças no âmbito e relação do trabalho. De acordo com Dejours (1994), uma das fontes de agentes ameaçadores à saúde são a própria organização do trabalho, o conjunto de atividades, a responsabilidade e as relações de autoridade no contexto laboral.

O ser humano diferencia-se claramente da dimensão técnica do mundo do trabalho, pois, são organismos constituídos por um desejo e um ser em constante transformação. Ou seja, ele é um ser em constante aprendizagem e marcado pelas experiências vividas, o qual vai ajustando suas tarefas a diversas situações dentro de certos parâmetros, integradas as estruturas de funcionamento biológico, psicológico e social.

Atualmente, novos modelos conceituais da psicologia e sociologia consideram o organismo humano como um todo integrado que envolve padrões físicos, psíquicos e interpessoais.

O trabalho de natureza manual ou intelectual executado pelo professor tem repercussões sobre a estrutura deste sujeito e implica em sintomas psicofisiológicos laborais, os quais podem desencadear de inúmeras maneiras, a curto e médio prazo, desde uma simples fadiga ou até doenças mais severas e acidentes de trabalho (DEJOURS, 1994).

No entanto, a questão subjetiva de cada sujeito pode variar os custos psicofisiológicos, pois, depende de como cada um desenvolve suas tarefas, considerando que um mesmo indivíduo não as cumpre sempre igualmente. Neste quadro laboral pedagógico, os professores desenvolvem estratégias defensivas para evitar o sofrimento e o adoecimento. Porém, ressalta-se a importância de considerar alguns fatores da constituição deste profissional, a saber: sexo e idade; nos fatores ambientais são relevantes a formação, tradições sócio-culturais e os outros fatores como: alimentação inadequada, todos estes interferem na relação do trabalho e no âmbito de fazer e reagir aos agentes nocivos deste ambiente (ASSUNÇÃO, 2003).

Na organização escolar, os professores e os gestores tentam controlar os fatores intervenientes da produção pedagógica, entretanto, é comum ocorrer variáveis que alteram a situação laboral, ou seja, a falta de material didático, iluminação inadequada na sala de aula, ausência de laboratórios e biblioteca decente, calendário apertado; afastamento de colegas, agressividade dos alunos, entre outros. Quando todos estes aspectos são controlados de uma maneira aceitável para o bom desempenho do trabalho, assim mesmo haveria algo que muda o próprio professor (ASSUNÇÃO, 2003; OLIVEIRA, 2003).

Neste contexto do trabalho docente, não há um conjunto de receitas prontas para aplicá-las, todas as atividades do magistério integram-se a uma série de regulações centralizadas, na qual se leva em conta os indicadores implicantes no ambiente escolar e do próprio professor. Diante disso, para compreender o que consiste o trabalho do docente, urge observar, analisar, interpretar, compreender o desenvolvimento desta função em situações

reais e na sua contextualidade, bem como, perceber as mudanças e as tomadas de decisões e a resolução de problemas do cotidiano da dinâmica escolar.

2.3 REFORMAS EDUCACIONAIS

A formação docente e as reformas educacionais são fundamentais para compreensão da relação entre a historicidade dos fatos e a real intenção destas propostas. As concepções discutidas por diversos autores têm as raízes fincadas no percurso do movimento dos educadores em luta pela formação e profissionalização do magistério, representado pela ANFOPE (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação).

Na ótica de Freitas (2003), as políticas públicas da educação, particularmente, no âmbito da formação docente no Brasil, vêm ocorrendo desde 1990 – com intuito de aumentar o nível de satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Estas reformas são marcas educativas desenvolvidas na América Latina, desde final de 1970, como resposta da crise de acumulação capitalista, objetivando adequar a educação aos processos e modos de produção para novos rumos do Estado. Sob esta dimensão, a qualidade de formação docente é um fator mobilizador para o desenvolvimento destas reformas.

As políticas de formação, no campo da educação, estão fundamentadas num retorno às abordagens tecnicistas, pragmatistas e significa um projeto de profissionalização para o docente com base na lógica das competências comportamentais, a qual ressalta a qualificação do indivíduo (narcisista) e não como profissional inserido no coletivo.

As reformas vêm sendo estruturadas e implementadas visando desenvolver um professor com as competências para solucionar problemas da prática, retirando a capacidade de reflexão teórica sobre a historicidade dos fatos políticos e sociais dos docentes e do ensino.

Para Oliveira (2003), as implicações da reforma educacional na profissionalização docente demonstram novas formas de regulação que repercutem na composição, na estrutura e na gestão das redes públicas de ensino e buscam adequação ao novo contexto a partir de critérios de produtividade, eficácia, excelência e eficiência de acordo com organismos internacionais.

Nos anos de 1980, os debates sobre a natureza da organização do trabalho na escola, tiveram grandes repercussões com relação à identidade do professor onde girou em torno da tensão entre trabalho e reconhecimento profissional, com mérito de estatuto próprio e caracterização do magistério.

As consequências destas políticas significam o aprofundamento da concepção técnico instrumental na formação, a diversificação das instituições de formação, a expansão e privatização do ensino superior e o “aligeiramento¹” da graduação. Neste sentido, Freitas (2003) considera um aspecto nocivo dessa política, a possibilidade de fixação da formação fora do ambiente universitário, ou seja, formação que se desenvolva num espaço diferente daquele da produção do conhecimento nas áreas de ensino e pesquisa.

A reforma educacional retorna a fragmentação das habilitações e a divisão da formação de professores dos demais profissionais da educação, ainda, evidenciam o retorno sob manto de pesquisador e cientista da educação o “especialista”, sob nova roupagem, com alegação de condições teóricas e práticas para surgimento dos novos “capatazes da educação”, aqueles formados com base sólida num campo específico julgam-se aptos a orientar os “professores tarefeiros” (FREITAS, 2003).

Nos anos de 1980, os debates sobre a natureza da organização do trabalho na escola, tiveram grandes repercussões com relação à identidade do professor, onde provocou uma discussão em torno da tensão entre trabalho e reconhecimento profissional, as quais eram pautadas no mérito de estatuto próprio e caracterização do magistério.

Oliveira (2003) enfoca a ambiguidade da docência entre o profissionalismo e a proletarização, ou seja, na profissionalização os professores buscam uma autoproteção através da luta por uma identidade profissional através de um estatuto próprio de reconhecimento dos direitos e deveres da profissão; por outro lado, o processo de proletarização é caracterizado pela perda de controle do professor do seu processo de trabalho, contraponha-se a profissionalização como condição de preservação e garantia de um estatuto profissional. Assim como, outro aspecto pertinente na discussão que emerge como pano de fundo inserido na concepção do trabalho docente situa-se na autonomia e no controle sobre o trabalho, pois, a perda da autonomia significa a desqualificação mediante condicionamento imposto pelos procedimentos de controle técnico sobre os currículos, com base reducionista, comportamental e tecnicista que levam à perda de controle e uma separação entre fazer e conceber o trabalho docente.

Através da reforma educacional, em 1990, são exigidas a formação em nível superior e novas competências do docente. Surgem as pesquisas voltadas para formação docente, questionamentos sobre o trabalho docente e a definição se o professor é um profissional ou não.

¹ Neste caso, aligeiramento significa formas simplificadas na definição do processo de formação do professor.

No contexto desta reforma, os professores situam-se no centro destas mudanças educacionais, como agentes responsáveis pelas mesmas. Ainda, de uma forma geral, são responsabilizados pelo desempenho dos alunos, escola e do sistema. Mediante tais demandas que a escola pública assume, pelo desempenho de inúmeras funções além de suas atribuições, acabam contribuindo para um sentimento que interfere na profissionalização e na perda de identidade profissional. Neste âmbito, as desqualificações sofridas pelos docentes nos processos da reforma, retiram a autonomia, desvalorizam, negam e desprezam o saber profissional, o qual contribui para sentimentos de mal-estar docente (OLIVEIRA; 2004).

O modelo educativo proposto pelo Banco Mundial representa um modelo basicamente escolar que evidencia duas ausências fundamentais, os professores e a pedagogia. Os professores aparecem como obstáculos, a serem retirados, para concretização das reformas requeridas pelo governo em integração com recomendação dos organismos internacionais. Estes organismos têm objetivo de enfraquecer a categoria e seus representantes e desqualificar a imagem do professor, no entanto, não bastariam somente estas atitudes, seria necessário estabelecer um controle sob o político ideológico da formação e de sua atuação profissional. (OLIVEIRA, 2003).

Estes controles impostos pelo governo e organismos internacionais evidenciam a intensificação do uso da força do trabalho por meio de uma suposta revolução tecnológica. A incorporação das novas tecnologias nos processos educativos evidencia a ausência dos indivíduos e aligeiramento dos processos, mesmo que seja modernizadora, denota uma divisão digital.

A reconfiguração nos modos de produtividade introduz neste processo a informatização que aos poucos foi substituindo a capacidade intelectual do trabalhador, apresentando um impacto relevante sobre o conteúdo, a divisão e a quantidade do trabalho.

A partir das décadas de 1995 a 1999, sob a direção da hegemonia neoliberal ocorreram mudanças significativas, sendo dois eixos principais destas políticas, a saber: “a adequação da educação escolar em todos os níveis conforme as necessidades do mercado, a focalização das ações estatais no ensino fundamental, a privatização do ensino superior e a criação de um sistema nacional de avaliação” (DURLI, 2007, p. 126).

Durli (2007, p.151) enfatiza os princípios orientadores da reforma educacional – o primeiro seria a justificativa que a ótica das competências como foco norteador no curso de formação docente; o segundo refere-se a “[...] a coerência entre a formação oferecida e a prática do futuro professor, configura a “simetria invertida” [...] Ou seja, o professor aprende a profissão no lugar similar aquele que vai atuar”; o terceiro enfoca a pesquisa como elemento

fundamental na formação profissional do docente, onde enfatiza a prática e secundariza a teoria.

2.4 O MAL-ESTAR DOCENTE

Nas últimas décadas, o termo mal-estar tem sido objeto destacado de pesquisa e análise no campo da educação, entretanto, as investigações que tem sido realizadas, não contemplam os diferentes elementos que produzem essas manifestações no campo educativo. O conceito “mal-estar” é oriundo de outros países, mas existe certa convergência com a realidade educacional brasileira em curso. A situação de sofrimento dos professores é um foco que preocupa os pesquisadores do mundo inteiro, não sendo caracterizado um sintoma isolado, mas sim de uma coletividade que acontece em todas as sociedades.

O pioneiro a inserir o conceito mal-estar foi Freud, no início de 1930. Nesta obra, este enfoca a relação do mal-estar na civilização e o sofrimento dos sujeitos, a busca e conquista do gozo do indivíduo, no qual trocou uma parcela de felicidade pela segurança que esta cultura lhe oferecia para construção da subjetividade social, porém existe um ressentimento do sujeito contra essa mesma cultura, por causa das renúncias pulsionais diante da escolha, enquanto sujeito social desejante. Na sua investigação do sofrimento humano e as formas que o sujeito lida com esse sofrimento, percebe-se o motivo primário da insatisfação humana e a busca constante do bem-estar ou felicidade. O ser humano é movido pela pulsão, mas no decorrer da constituição histórico-social, a cultura delimita essa pulsão e muito cedo conhece a frustração dessa relação. Com isso, a análise de Freud reafirma a relação conflitiva do sujeito com a cultura e o desencadeamento dos sintomas psicossomáticos, dizendo que a vida pode proporcionar vários sofrimentos, fracassos, decepções e que alguns ofícios são impossíveis de realizar como governar, ensinar e psicanalisar (FREUD, 1930/1998).

Atualmente, o legado freudiano passa por constantes releituras das suas obras do entendimento do ser humano, quanto aos seus anseios, desejos e sofrimentos na maneira de relação com a civilização ou cultura. Quanto a esta releitura, o novo paradigma dos escritos de Freud, Baumann (1998) fez referência ao mal-estar na época vigente, porque é marcado pela insegurança, fragmentação, desregulamentação e mudanças constantes. Esta condição propicia ao ser humano uma situação diferenciada do enunciado por Freud, está em busca de certos rumos, deixando a segurança para ganhar liberdade. Entretanto, esta liberdade já está integrada com angústia, devido à perda de estrutura, diante das incertezas e do novo, oriundos

das transformações econômicas, sociais e políticas, acontecidos no mundo globalizado, e que têm como sintoma à fragmentação da coletividade e da segurança estabelecida a priori.

Estes estudos corroboram com os anseios no sentido de aprofundar as ideias de Dejours (1992), o qual propõe um entendimento de que o início do sofrimento mental ocorre quando a relação homem/organização do trabalho torna-se bloqueada. Pode-se relacionar esta organização com a instituição escolar que oferece vários meios para frustração do professor, sendo assim, aquele profissional que não apresentar uma relativa capacidade de resistência, pode oferecer certo grau de intensidade deste sofrimento.

Esta frustração na dinâmica do trabalho docente pode estar relacionada à negação pela instituição escolar, em não atender às necessidades básicas dos trabalhadores aqui enfocados, como professor. Esta necessidade pode ser tanto de preservação da integridade física, químicas, biológicas e psicossociais na dinâmica do trabalho docente.

Neste sentido, ressalta-se que quando estas necessidades são atendidas o sujeito pode apresentar certo equilíbrio, ou situação de bem-estar, de acordo a Organização Mundial da Saúde (OMS):

A definição de saúde varia de acordo com algumas implicações legais, sociais e econômicas dos estados de saúde e doença; sem dúvida, a definição mais difundida é a encontrada no preâmbulo da Constituição da Organização Mundial da Saúde: Saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença (OMS, 2007, p.12).

Contudo, quando não acontece o atendimento à demanda das necessidades, tanto fisiológicas como psicossociais na dinâmica homem/trabalho pode implicar em algum tipo de patologia aqui enfocado como mal-estar docente.

Destas acepções, pode-se salientar que a dinâmica escolar implica num desencadeamento de doenças, pois o relação trabalho-saúde não é neutra e pode contribuir para adoecimento do professores. Disso decorre o aparecimento de sintomas que vai depender da estrutura de personalidade, adquirida muito antes da relação homem/trabalho. Porém, não se sabe em que momento o indivíduo pode descompensar. No entanto, o autor coloca três componentes importantes que interferem na relação, homem/organização, a saber: a frustração-agressividade reativa, a organização do trabalho e um defeito crônico, onde o sujeito não encontra uma saída mantida pela organização do trabalho, isto é, o sujeito não consegue desvencilhar da situação problema na qual se encontra na organização, esta relação tem probabilidade de descompensações psiconeuróticas, como: surtos, estresse, depressão entre outros (DEJOURS,1992).

Nesta relação homem/ organização/ trabalho se pode transcrever docente/ escola/ trabalho, constitui uma contra angústia e insatisfação do trabalho, o professor/trabalhador elabora estratégias defensivas, não sendo identificadas num primeiro momento, ficando disfarçadas ou ocultas, revelando-se através de uma capa própria para cada profissão, constituindo uma sintomatologia de cada profissão; neste caso descrito perfeitamente por vários autores, entre eles, destacamos Codo (2002); Esteve, (1999); Jesus, (2007) nas investigações sobre o mal-estar docente.

A primeira referência do mal-estar docente como consequência da relação trabalho e saúde do professor foi Esteve (1999), contudo, o autor ressalta que o termo “mal-estar” docente vem sendo utilizado desde 1957. Vale ressaltar que esta expressão tem sido usada para designar “os efeitos permanentes de caráter negativo que afetam a personalidade do professor como resultado das condições psicológicas e sociais em que exerce a docência (...)” (ESTEVE, 1999, p.25). O autor ainda complementa essa integração de fatores nas esferas sociais e psicológicas, que o trabalho docente produz “um ciclo degenerativo da eficácia docente”.

Para Jesus (2007), o mal-estar é um fenômeno da atualidade, demonstrado pelo aumento significativo da percentagem de professores com sintomas de “mal-estar” nas últimas décadas, com implicações no comportamento dos alunos no contexto escolar.

2.4.1 Indicadores do Mal-Estar Docente

Na investigação de Esteve (1999), ao classificar possíveis aspectos que desencadeiam o mal-estar do professor, incluem-se dois fatores indicadores dessas manifestações, como sendo fatores contextuais e principais. Os contextuais são considerados de primeira ordem, porque interferem na ação direta do professor em sala de aula, enquanto os fatores de segunda ordem estão relacionados ao contexto em que se exerce o magistério, tendo uma ação indireta sobre o desempenho do professor. Estes dois fatores integrados implicam na motivação, crise existencial e depreciação do ego. Os fatores principais podem ocasionar uma tensão e um sentimento de negatividade do professor no seu trabalho cotidiano.

Deste fator principal, pode-se citar a falta de recursos gerais como material didático e num segundo nível, a preocupação com situações referentes à conservação de estrutura física do prédio escolar, escassez de móveis e locais não adequados para o exercício da docência. No prolongamento desta situação, a tendência dos professores é aceitar este quadro e perder as esperanças de melhorias. Com isso, o sentimento de desesperança acumula-se

mediante as cobranças de novas metodologias de ensino, onde pode ocorrer a cristalização dos sintomas.

Na perspectiva de Lopes (2007), para se compreender este fenômeno que acomete inúmeros profissionais, principalmente, o trabalhador da educação há necessidade de se entender e identificar as fontes do mal-estar docente, dentro de uma perspectiva sociológica e psicológica. A autora diferencia essas fontes em contexto vinculado ao meio sócio-educativo, motivações pessoais, formação inicial docente e as do contexto escolar.

As fontes vinculadas ao contexto sócio/educativo dizem respeito à relação da escola com a sociedade, onde a sociedade, atualmente, caracteriza-se mais pelo conflito que pelo consenso social; a escola busca novos significados para justificar as razões de sua existência através da subjetividade conformista com elementos de rendimento e de comportamento. As fontes ligadas às motivações pessoais e a formação inicial, está voltada ao indivíduo e sua escolha na carreira do magistério, especificamente, a contribuição da formação inicial que permita motivar e aceder à escolha. Em relação a fontes do “mal-estar” vinculadas ao contexto escolar, consiste na rotina da ação docente, considerado o núcleo do mal-estar docente (LOPES, 2007).

Em um trabalho de sistematização das principais mudanças ocorridas decorrentes da massificação de ensino, da exigência política colocada sobre o trabalho do professor, das alterações ocorridas na estrutura e dinâmica familiar, do avanço tecnológico e dos conteúdos transmitidos pela mídia, com implicações diretas e indiretas no trabalho do professor. Mediante esse quadro, estas mudanças proporcionaram um contexto pouco positivo ao exercício do magistério, ficando difícil alcançar o grande objetivo da educação escolar que é a qualidade do processo ensino aprendizagem, Esteve (1999) e Jesus (2007) destacam os indicadores implicados neste contexto:

1. o aumento das exigências em relação ao professor;
2. a inibição educativa de outros agentes de socialização;
3. o desenvolvimento de fontes de informação alternativas à escola;
4. a ruptura do consenso social sobre a educação;
5. o aumento das contradições no exercício da docência;
6. a mudança de expectativas em relação ao sistema educativo;
7. a modificação do apoio da sociedade ao sistema educativo;
8. a menor valorização social do trabalho do professor;
9. as mudanças nos conteúdos curriculares;

10. as mudanças nas relações entre professor e o aluno;
11. a fragmentação do trabalho do professor;
12. as deficientes condições de trabalho;
13. e a escassez de recursos materiais.

Ainda, Esteve (1999) considera os três últimos fatores apontados de primeira ordem, por implicarem diretamente sobre a ação do professor na sala de aula, alterando as condições laborais e desencadeando sentimento e emoção negativa, enquanto os dez primeiros indicadores de segunda ordem estão relacionados ao contexto do exercício da docência, abrangendo situações de ação indireta sobre o desempenho do professor. Este grupo refere-se aos fenômenos sociais que influenciam a imagem que o professor tem de si mesmo e de seu trabalho.

O aumento das exigências em relação ao professor é o processo resultante das mudanças sociais, os quais recaem sobre os docentes, sendo uma concepção que diversos autores pesquisam Codo (1999), Esteve (1999), Jesus (2007) convergem que o trabalho docente nas últimas décadas requer mais responsabilidades e exigências, as quais sobrecarregam os educadores, coincidindo com a evolução do processo histórico e sua rápida transformação do cenário social, que produz uma modificação no papel deste profissional.

Neste sentido, Merazzi (*apud* ESTEVE, 1999) descreve que a conjectura social vigente, requer dos docentes uma competência social que permita a vivência e encaminhamento de situações-problema no contexto educativo.

Mediante as exigências das novas tarefas do professor, reflete-se sobre a formação docente, e a necessidade de mudanças significativas. As exigências do trabalho docente produziram um aumento da confusão (termo utilizado pelo autor) a respeito das funções desempenhadas pelo professor e aquelas atribuídas a sua profissionalidade.

Destas acepções, Sacristán (1995) comenta que a evolução da sociedade e suas exigências sociais afetam as funções da escola e as aspirações educativas do docente, conduzindo a uma ambiguidade do papel do professor.

Na discussão, proposta por Contreras (2002), sobre o profissionalismo dos professores, encontra-se pautada em todos os sentidos pelas ambiguidades que o próprio termo profissional acarreta e pelo interesse na utilização dessa denominação. O termo ambiguidade passa a ser conflitivo e contraditório quando utilizado pelos professores na fuga da proletarização, passando a ser ambíguo porque a fuga evidencia uma resistência, a perda de

qualidade da função docente, como resistência a perder um status, prestígio ou remuneração que os identifique com os outros profissionais.

A inibição educativa de outros agentes de socialização também contribui para desencadeamento do mal-estar docente. À medida que se exige mais responsabilidades educativas do professor, observa-se, nas duas últimas décadas, que os outros agentes socializantes (família, ambiente cotidiano e grupos sociais organizados) não se responsabilizam pelos processos educativos. Neste âmbito, a transformação da família apresenta o caso mais notável, devido o ingresso da mulher no mundo do trabalho e também a redução do convívio social familiar. Os valores sociais eram transmitidos por estes agentes tradicionais socializantes, entretanto, no momento passam, em parte, a responsabilidade da escola (ESTEVE 1999, p.29).

O desenvolvimento de fontes alternativas à escola incentivada principalmente pelos meios de comunicação de massas, que possuem como fonte de entretenimento rotineiro, a televisão e o rádio, são exemplos de fonte de informação. Na contemporaneidade, a internet, indiscutivelmente, é uma fonte muito rica de informações, embora não atingindo boa parte da população, trata-se de um novo estilo de tecnologia, de comunicação interativa que modificou o comportamento das pessoas. Deste processo de transmissão de informações, obriga o professor a alterar o seu papel de transmissão de conhecimento e a enfrentar a necessidade de integrar no seu trabalho cotidiano.

A mudança dos conteúdos a serem transmitidos considera-se mais um aspecto aventado na questão do mal-estar docente. O avanço das ciências e a transformação das exigências sociais exigem constantemente alterações curriculares. A tarefa do professor em transmitir os conhecimentos atualizados, já não é mais suficiente; a busca em adquirir e dominar novos saberes pode afetar a confiança do professor, mesmo considerando que nunca temos certeza que o conhecimento ensinado, nem sempre, representa do mais recente da área.

Em consequência desta situação nas instituições escolares, pode-se instaurar um conflito, quando se pretende definir a função e valores vigentes da sociedade que o docente deve ensinar, deve criticar ou questionar pelo bom aprendizado de seus alunos. Para Merazzi (*apud* ESTEVE, 1999), há alguns anos existia uma convergência entre a escola e as instituições sociais que colaboravam na socialização dos alunos, situação que trazia certa segurança na função do professor. No entanto, no momento atual, os docentes encontram-se expostos a uma nova fonte de mal-estar, na tentativa de pretensão da definição do ato pedagógico e os valores que vão defender; porque neste momento vigente perdeu-se o consenso anterior que sucedeu no processo de socialização conflitiva e divergente, ou seja,

referem-se à ruptura do consenso social sobre a educação. Neste sentido, a OIT (1981 *apud* ESTEVE 1999, p.31) comenta sobre o emprego e condições de trabalho dos educadores:

[...] Em um época em que se cobra cada mais que a escola cumpra funções que tradicionalmente competiam a outras instituições sociais como a família, os educadores consideram que é injustificável acusá-los de que não estejam à altura de todos os desafios que propõe um mundo em rápida transformação, especialmente se eles não dispõem dos recursos que desejariam para enfrentar esses desafios.

Outro fator contribuinte, nesta ótica da ausência de amparo do consenso social, seria *o aumento das contradições do exercício da docência*, ou seja, o docente encontra-se constantemente confrontado com a necessidade de desempenhar funções contraditórias ou ambíguas, os quais exigem a manutenção de um equilíbrio instável em diversos campos. Pode-se exemplificar a incompatibilidade da exigência de integração social e o desenvolvimento da autonomia do aluno.

De acordo com a conjectura da acelerada mudança do contexto social que acumulou as contradições do sistema de ensino. O docente, considerado sujeito inserido neste sistema de ensino, queixa-se de sintomas do mal-estar. Conforme o trabalho de Faure (*apud* ESTEVE, 1999) evidencia-se que a mudança do contexto social, implicou pela primeira vez em sua história, numa educação voltada na preparação de indivíduos para um tipo de sociedade inexistente.

A mudança de expectativas em relação ao sistema educativo é mais um indicador a contribuir com o mal-estar docente. A expansão do sistema de ensino evidenciou mudança radical, objetivando ser mais flexível, integrador, eficaz, eficiente, na busca de uma adequação de ensino as massas, o qual era anteriormente direcionado ao ensino da elite pautado na seleção e competência, no entanto, foi incapaz de assegurar, um trabalho adequado ao nível do aluno. Assim como, neste contexto, a titulação acadêmica não assegura a entrada e bom desempenho no mercado de trabalho.

A evolução no contexto social e suas transformações influenciam na valorização social da educação, evidenciando seus efeitos num aspecto geral. Neste sentido, o papel do professor se alterou mediante a pressão *da mudança do contexto social em que ele exerce sua profissão*, mas igualmente modificaram-se as expectativas, o apoio e o julgamento desse contexto social sobre os educadores, vindo a contribuir para o mal-estar, pois, a realidade apresentou que a extensão e a massificação não garantiram uma promoção social e econômica.

Quanto à *menor valorização social do professor* emerge nas diversas formas de precarização que se encontram os profissionais da educação. A principal desvalorização se refere à situação da remuneração salarial que produziu uma desvalorização social que apresenta implicações de ordem direta com diminuição do poder de compra dos professores na vida prática e, por outro lado, traz consequências indiretas relacionadas à desvalorização e desqualificação profissional. Esta situação é uma relação circular na qual o status de professor condiciona seu salário, e ao mesmo tempo, este condiciona um nível baixo do papel de docente na sociedade. Neste contexto, além da formação profissional defasada e falta de reconhecimento da profissão de educador, paralelamente, acontece um aumento significativo das exigências e da responsabilidade com uma inaceitável contradição – a diminuição salarial (KIENEN; BOTOMÉ, 2003).

Codo (2002) descreve na pesquisa desenvolvida sobre saúde mental dos professores, dois problemas no que se refere à questão salarial, o primeiro trata-se dos baixos salários e a dispersão brutal entre salários dos professores; o segundo, considerado o pior, a grande injustiça e a desconsideração aos profissionais da educação em relação à questão salarial vista como uma gravidade para educação.

As mudanças e transformações do contexto social oriundas do modelo político econômico neoliberal desencadearam inúmeras consequências para o trabalho docente, dentre eles, *a escassez de recursos materiais* e a massificação do ensino, e aumento da responsabilidade do professor não evoluíram numa verdadeira condição laboral adequada para o exercício da função docente. No entanto, as faltas constantes de recursos materiais, independente das tensões geradas no contexto social, podem implicar diretamente sobre a prática cotidiana que limita a eficácia da ação do professor, as quais acabam contribuindo para desencadear sintomas do mal-estar docente a médio e longo prazo.

Em diversos estudos sobre a falta de recursos generalizados, a OIT (1981) menciona que os professores são pressionados pela sociedade e as instituições superiores da educação a buscar uma formação adequada para exercício do magistério, entretanto, não disponibilizam condições laborais e de recursos de materiais para desenvolver o trabalho de fato. Quando esta situação de contradição, se estende, costuma-se produzir reação de inibição no professor, rotinização da prática escolar, evidenciando uma sensação de desilusão de mudanças em sua prática docente, a qual exige um esforço e dedicação e requer a utilização de novos recursos não disponíveis neste contexto. (ESTEVE, 1999).

De acordo com OIT (2008); UNESCO (2008); IBGE (2007), a ausência de recursos não se relaciona apenas ao material didático, mas aos aspectos de conservação dos edifícios,

escassez de móveis, falta de locais adequados para o desenvolvimento do trabalho docente. A pesquisa do Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico mostra a realidade triste das escolas brasileiras, onde uma em cada seis escolas públicas de Ensino Fundamental não possui energia elétrica e que cinco em cada seis não tem bibliotecas ou quadra de esportes. Os dados indicam que no norte do País a situação agrava-se significativamente, demonstrando que aproximadamente 50% do total das escolas há apenas uma sala de aula.

A escassez destes recursos e de estrutura das instituições escolares não prejudica somente os aspectos anteriormente citados, mas interfere na aprendizagem dos alunos, pois, para que ocorra o processo de ensino-aprendizagem é necessário ter um padrão mínimo de qualidade nas escolas. Igualmente importantes estão as condições relacionadas à formação dos docentes que irão atuar nestas instituições.

A fragmentação do trabalho do professor é outro fator do mal-estar do docente registrado nas últimas duas décadas, a qual aumenta a responsabilidade do professor em relação à escassez de recursos que se encontra inserida, com isso, além das aulas, o trabalho multifacetado amplia-se cada vez mais. São tantas funções ambíguas a serem administradas, desempenhadas que fica complicado assimilar todas com eficiência. Esteve (1999, p.108) diz que os docentes:

[...] devem desempenhar tarefas administrativas, reservar tempo para programar, avaliar, reciclar-se, orientar os alunos e atender os pais, organizar atividades várias, assistir seminários e reuniões de coordenação, de disciplina [...] por ventura mesmo vigiar edifícios e materiais, recreios e cantinas.

A mudança nas relações entre professor e aluno também soma negativamente neste contexto. Atualmente, o professor tem outro status e valor social de algumas décadas atrás, o qual era considerado o dono do saber e com autoridade idônea, atualmente encontra-se numa situação bem distinta, onde o aluno apresenta, com certa impunidade, diversas atitudes de agressões verbais, físicas e psicológicas aos professores e demais colegas, evidenciando que na prática os mecanismos de contenção não funcionam realmente. Mediante contexto de transformação social, ocorreram também as mudanças nas relações interpessoais e sociais nas escolas, ficando mais complexas e conflitivas, demonstrando que a instituição e docentes não encontraram modelos ou consenso entre posições, regras a serem assumidas, emergindo um questionamento do papel da escola em auxiliar no desenvolvimento de regras e valores.

A violência nas instituições escolares também determina o mal-estar docente. Os aumentos significativos da violência escolar são de ordem social, as quais desencadeiam consequências no âmbito escolar. Podem-se exemplificar os roubos de materiais ou

depredações das instalações que afetam seriamente as atividades pedagógicas. Em outras ocasiões os roubos sem fins lucrativos e o assaltos ocorrem, apenas, com intuito de destruir o mobiliário ou estrutura física, realizado por alunos vândalos com objetivo vingativo à instituição.

Segundo o informe da OIT (1981 *apud* ESTEVE 1999, p.55):

[...] as agressões aos professores acontecem com maior frequência na escola secundária do que na primária, em uma proporção de cinco para um; são geralmente protagonizadas por alunos do sexo masculino e, com mais frequência, dirigidas contra professores do sexo masculino. [...]

2.4.2 Esgotamento Docente

Na literatura de língua francesa, apresentou-se o conceito de *malaise enseignant*, em espanhol tem sido abordado como *mal-estar docente* e na bibliografia anglo-saxã surge o termo *burnout*, algumas vezes associado ao conceito de estresse, um tópico que chamou a atenção de grande parte de pesquisadores no início da década de 1980 (ESTEVE, 1999, p.56).

O termo *burnout* também é utilizado para definir o ciclo degenerativo da eficácia docente, citado por Blase (1982 *apud* Esteve 1999). O esgotamento aparece como consequência do mal-estar docente, sendo considerado este último termo o conjunto de consequências negativas que afetam o exercício do trabalho docente, numa combinação de condições psicológicas e sociais (ESTEVE, 1999).

Neste sentido, o informe da OIT (1981, p.123) conclui:

Um grande número de estudos realizados em países desenvolvidos mostra que os educadores correm o risco de esgotamento físico ou mental sob o efeito de dificuldades materiais e psicológicas associadas a seu trabalho. Essas dificuldades, além de chegarem a afetar a saúde do pessoal, parecem constituir uma razão essencial para os abandonos observados nessa profissão.

O esgotamento físico e mental é devido também às múltiplas tarefas fragmentadas pelas quais o professor realiza no cotidiano de seu trabalho, que engloba desde sua postura agradável e simpática, cuidados com ambiente da sala, ritmo de aprendizagem dos alunos, avaliar, atender aos pais e até outros atributos burocráticos, realizados extraclasse. Mediante, essa responsabilidade desproporcional, surge à ansiedade de expectativa que pode emergir a depressão.

Ainda Esteve (1999) mensura que o esgotamento dos professores se manifesta com frequência associado ao conceito de estresse, caracterizando um tópico de investigação nos

últimos anos. A associação ao estresse é às vezes confundida com ele, manifesta-se pela ansiedade, depressão e neuroses.

2.4.3 Consequências do Mal-Estar Docente

Para Esteve (1999), as consequências do mal-estar docente são: absenteísmo trabalhista e o abandono da profissão docente; as repercussões negativas da prática docente sobre a saúde dos profissionais e as doenças dos docentes. Esteve (1999, p.78) enumera as principais consequências do mal-estar que afetam a saúde física e psíquica do professor:

1. Sentimentos de desconcerto do magistério e insatisfação ante os problemas reais da prática do magistério, em franca contradição com a imagem ideal do mesmo que os professores gostariam de realizar;
2. Desenvolvimento de esquemas de inibição, como forma de cortar a implicação pessoal no trabalho realizado;
3. Pedidos de transferência como forma de fugir de situações conflituosas;
4. Desejo manifesto de abandonar a docência;
5. Absenteísmo trabalhista como mecanismo para cortar a tensão acumulada;
6. Esgotamento, Cansaço físico permanente;
7. Ansiedade como traço ou ansiedade de expectativa;
8. Estresse;
9. Depreciação do ego. Autoculpabilização ante a incapacidade para melhorar o ensino;
10. Ansiedade como estado permanente, associada como causa-efeito a diversos diagnósticos de doença mental;
11. Neuroses reativas;
12. Depressões.

A partir destas consequências, pode-se dizer que tais sintomas estão relacionados intimamente às condições de trabalho, ou seja, a dinâmica laboral interfere nas capacidades físicas e emocionais do docente, para atingir as metas de produção do processo educativo, e diante disso, gera um esforço além das possibilidades reais do docente, exigindo e comprometendo as funções psicofisiológicas.

Neste sentido, Nóvoa (1991, p.20) descreve que “[...] as consequências da situação de mal-estar que atinge o professorado estão à vista de todos: desmotivação pessoal e elevados índices de absenteísmo e de abandono”.

Quando se aborda a condição de trabalho, é necessário conhecer primeiramente o ambiente físico, químico, biológico, as condições de higiene e de segurança; neste item pode-se relacionar o exercício do trabalho docente que está propício a desencadear doenças respiratórias pela inalação do giz, a falta de ventilação na sala de aula, exposição ao contato com vírus, bactérias, entre outros.

Na pesquisa realizada por Araújo *et al* (2005), na avaliação das condições de trabalho e saúde, evidenciou-se quanto às condições de trabalho docente e a comprovação da queixa do uso intensivo da voz, postura corporal adotada, exposição às cargas químicas

(poeira e giz) e às cargas psíquicas. Os autores destacaram que tais queixas revelam o intenso desgaste biopsíquico e salientam a importância da reorganização das questões de infraestrutura e da organização do trabalho docente.

Nesta perspectiva de entender a saúde do professor, Codo (2002) através da pesquisa com a saúde mental e o trabalho docente no Brasil, agrega o conceito de *burnout* como um sintoma relacionado ao trabalho docente e refere-se ao significado desse termo em português, algo como “perder fogo” “perda energia”. Segundo este autor:

[...] É uma síndrome através da qual o trabalhador perde o sentido de sua relação com o trabalho, de forma que as coisas já não o importam mais e qualquer esforço lhe parece ser inútil. Essa síndrome afeta, principalmente, profissionais da área de serviços quando em contato direto com seus usuários (CODO, 2002, p.159).

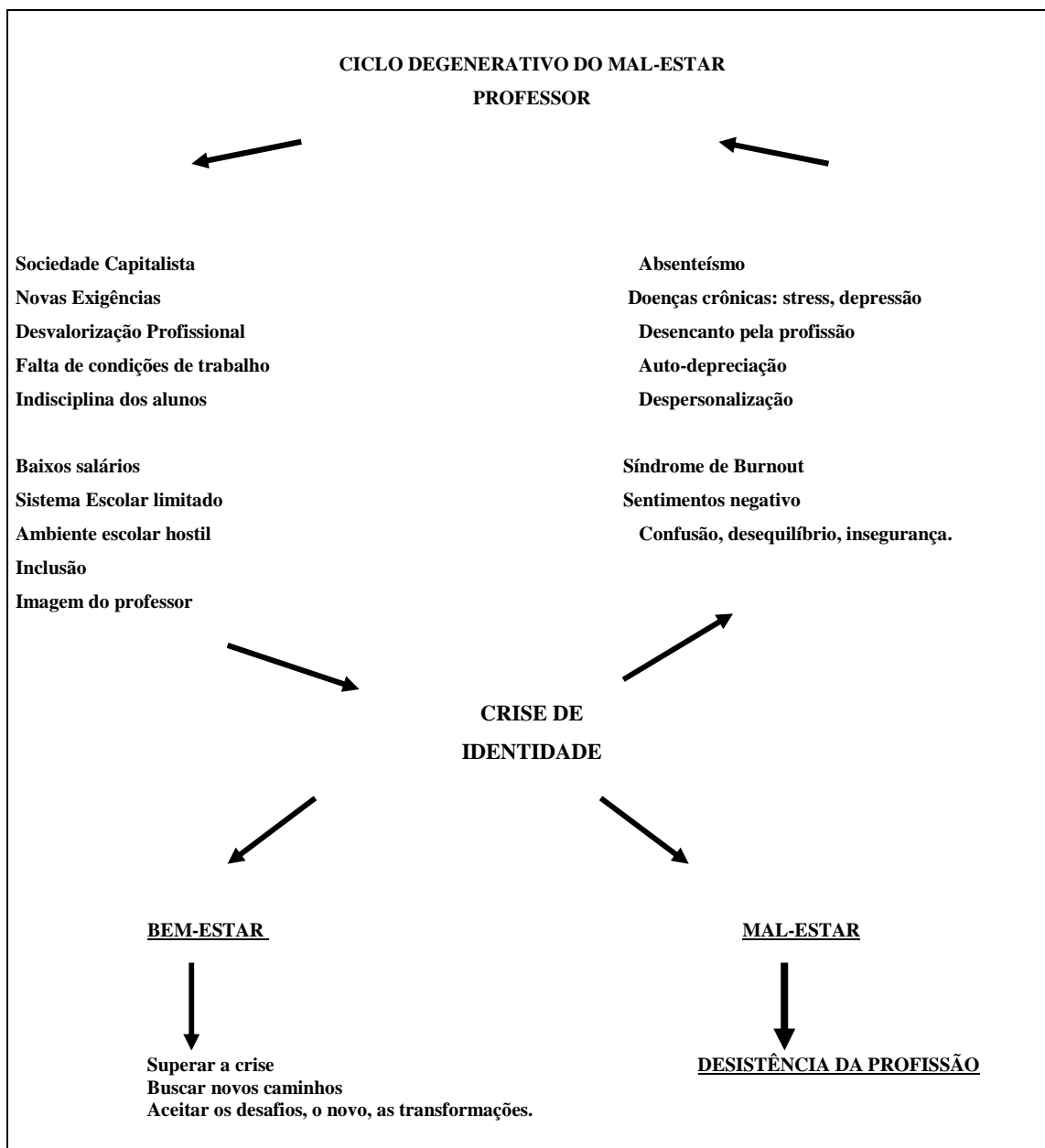
Esta síndrome implica no sofrimento mental e destruição da afetividade do sujeito, influencia a sua relação com o trabalho e com outras pessoas do meio social e pessoal. Para Codo, essa situação demonstra que “O trabalhador se envolve afetivamente com seus clientes, se desgasta e, num extremo, desiste, não aguenta mais, entra em *burnout*” (CODO, 2002, p.170).

O *burnout* significa o nome da dor do profissional profundamente encarcerada entre estabelecer objetivos e a concretização real dos mesmos. Quando consegue fazer, há possibilidades de vitória, mas quando não acontece, há possibilidades de frustração. O profissional que não possui um determinado equilíbrio emocional pode sofrer desde a angústia, ao desenvolvimento de síndromes mais severas relacionadas às psiconeuroses.

2.4.4 Modelo Compreensivo do Mal-Estar Docente

O modelo proposto por Esteve (1999, p.102) tem como função explicar as relações existentes entre os inúmeros fatores do mal-estar docente que vai além da prevalência das dificuldades objetivas como, por exemplo: ausência de formação, falta de reconhecimento social, baixos salários, entre outros. Neste sentido, propõe o modelo que explica o “o ciclo degenerativo da eficácia docente”.

O esquema apresentado no Quadro 01, recriado por Noal (2005) demonstra a “interpretação de mal-estar como “[...] a conjunção de vários fatores sociais e psicológicos, presentes na situação em que se exerce a docência atualmente, está sendo produzido o ciclo degenerativo da eficácia docente” (ESTEVE, 1999, p.104).



Quadro 1: Ciclo degenerativo do mal-estar Professor
 Fonte: (NOAL, 2005, p.27)

Quanto à interação entre professor aluno e sobre a atuação do professor, Esteve (1999) considera essencialmente duas possibilidades para o docente: 1) a prática do magistério fundamentada num processo de aprendizagem por tentativa e erro, e 2) “[...] esse processo de aprendizagem por tentativa e erro é o que pretendem todos os professores que se consideram inadequadamente preparados após o processo de formação inicial. O problema é que muitos fracassam.”

Ainda, Esteve (1999, p.112) comenta sobre o professor que reduz sua produtividade, compromisso e responsabilidade, possibilita a diminuição da eficácia e pode resultar em

consequências em conflitos com os alunos ou a escola. Neste sentido, pode aumentar as chances de que “o professor ‘saia queimado’ apesar de ter diminuído a implicação”.

Nesta ótica, o modelo proposto pelo referido autor aponta a inibição e o recurso à rotina como sendo as reações globais respondidas pelos professores frente às dificuldades acumuladas no contexto da sala de aula, como no contexto social em que realiza a função docente.

2.5 ESTRESSE E ANSIEDADE DOS DOCENTES

A diferenciação entre tensão, estresse e ansiedade dos professores torna-se fundamental para entender os processos de saúde na dinâmica pedagógica. O conceito de estresse apresenta uma dimensão biológica que segundo Polaino (*apud* Esteve 1999, p.148) “[...] o estresse designa o que acontece em nosso organismo frente a determinadas situações”.

Há distinção entre os termos tensão e estresse; comumente em diversos estudos, surgem como sinônimos, equivocadamente. A tensão refere-se à manutenção da intensidade e da presença de um estímulo estressante até o esgotamento, potencialmente patogênico.

O conceito de estresse caracteriza-se como consequência do mal-estar docente, referenciando o estresse prejudicial que conduz o indivíduo a uma situação de esgotamento que tende a desenvolver efeitos patogênicos. O termo utilizado pelo informe da OIT (1981) afirma que “[...] os sintomas mais frequentes entre os educadores são um sentimento de esgotamento e de frustração ou de extrema tensão [...]” (ESTEVE, 1999, p.151).

O conceito de ansiedade relaciona-se a uma reação emocional complexa, com três componentes: fisiológico, subjetivo-cognitivo e comportamental-motor. Neste último componente pode ser base para distinção entre estresse e ansiedade. O estresse se manifesta quando o mecanismo adaptativo é forçado, desencadeando a potencialidade patogênica. Para Esteve (1999, p.153) define a ansiedade como estado que inclui três tipos de respostas:

1. Respostas somáticas (tais como aumento da aceleração cardíaca, sudoreses nas palmas das mãos, etc.).
2. Pensamentos relativos à incapacidade de enfrentar a ameaça;
3. Mecanismos de enfrentamento para reduzir a situação ameaçadora.

Jesus (2007) considera o estresse e mal-estar dos professores, um problema atual. Concebe que a sociedade de estresse vive uma crise de motivações e relacionam as situações de stress, implicados ao contexto profissional.

- ritmo diário acelerado, quase delirante, devido às respostas rápidas a novas demandas;
- ambientes altamente competitivos;
- instabilidade profissional e ausência de garantia de permanência no trabalho;
- sentimento de falta de controle ou incerteza face aos resultados almejados, ou seja, atingir estes objetivos depende de alguns fatores que não são controlados;

Consoante Esteve (1999), o estresse é considerado um dos indicadores do mal-estar docente. Este autor relatou que os professores apresentam uma frequência maior nos quadros psiquiátricos dos que outros profissionais. Mediante comparação com a população em geral, os professores apresentam, em grande número, uma menor satisfação no trabalho (JESUS, 2007).

A perspectiva da continuidade do estresse para o desencadeamento do mal-estar se encontra presente na concepção de Codo (2002), evidenciando que o mal-estar pode provocar uma situação de estresse emocional crônico, fazendo com que indivíduo perceba sua incapacidade diante das exigências profissionais. Quando este profissional tenta corresponder a tais situações de estresse, pode desencadear um esgotamento físico, emocional, perda de identidade e ausência de realização pessoal.

2.6 CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE DOS PROFESSORES

Neste segmento serão abordadas as relações entre condições de trabalho e saúde do professor devido aos resultados encontrados nos estudos Mendes (2006), Mariano e Muniz (2006), Esteve (1999) e Araújo *et al* (2004) sobre as patologias que afastam estes profissionais da educação para tratamento de saúde, principalmente, nas doenças ocupacionais oriundas do exercício do magistério, supostamente originadas neste ambiente e condições de trabalho.

As condições de trabalho docente implicam as doenças decorrentes do exercício do magistério. As doenças estão relacionadas à ausência das condições de trabalho, as quais interferem e compromete todo o processo ensino aprendizagem, considerado o núcleo central do sistema educativo (MENDES, 2006).

Dentre as inúmeras ausências no espaço de trabalho, o fator salarial apresenta um aspecto significativo na vida social do professor. Conforme UNESCO (2002), o salário médio do professor em início de carreira é o terceiro mais baixo dentre os trinta e oito países integrantes. Diante desta ausência de melhor remuneração, surge a necessidade dos professores lecionarem em mais de uma escola como garantia de sobrevivência e atendimento de suas necessidades básicas. Ainda, os dados divulgados pela UNESCO (2002), esclarecem

que as condições de trabalho dos professores quando adequadas interferem na qualidade da educação.

No que diz respeito aos salários dos professores, vale ressaltar a aprovação da Lei 11.738 de julho de 2008, que cria a base salarial dos professores para todos da Rede Pública de Ensino, no valor de R\$ 850,00 reais. Todos os professores deverão estar enquadrados nesta definição salarial até o ano de 2010. A legislação não está vinculada a formação profissional, ou seja, o professor de nível médio e superior terá como base, inicialmente, a mesma remuneração.

No contexto das condições de trabalho e saúde dos docentes, as sobrecargas de trabalho são caracterizadas por uma jornada intensa que pode chegar a três turnos; o trabalho docente não se limita apenas à sala de aula, mas sim, envolve um conjunto de tarefas paralelas a esta atividade; ritmo intenso de trabalho e as exigências de concentração para dar conta das tarefas; período pequeno para as pausas reservadas ao descanso e alimentação rápida em locais inadequados. Além disso, no contexto escolar a ausência de material de recursos didáticos que dificulta o trabalho e compromete o processo de ensino-aprendizagem (MENDES, 2006; MARIANO; MUNIZ, 2006).

Quanto às condições físicas, as escolas públicas apresentam salas de aula com instalações insuficientes e acomodações inadequadas ao exercício da atividade, sendo apontadas como principais fatores referentes à sobrecarga físico: sem aclimatação, iluminação inadequada, o número extenso de alunos em sala, espaço físico, interno e externo da sala de aula. (MELEIRO, 2002; MARIANO; MUNIZ, 2006).

De acordo com Araújo *et al* (2004, p.13), em seu estudo sobre o Mal- Estar Docente e as Condições de Trabalho na rede particular de ensino em Salvador – Bahia, classificaram-se as cargas de materialidade externa, como sendo: físicas, químicas, biológicas e ergonômicas; e internas as psíquicas ao corpo do professor. Entre as cargas presentes no ambiente de trabalho mais relatadas, destacaram-se:

[...] aspectos que dificultam o bom desempenho das atividades acadêmicas, como inadequação das salas de aula, manutenção de posição inadequada do corpo, ficar por longos períodos em pé, carregarem material didático, exposição constante ao pó de giz e poeira, ventilação inadequada das salas de aula e ausência de espaço para descanso/repouso.

Para as autoras da pesquisa, os dados coletados são representativos das condições inadequadas de trabalho. Coaduna-se com os dados desta pesquisa, os identificados por Mendes (2006) que inclui o ruído, considerado, atualmente, um fator significativamente

estressor e que acaba afetando a saúde dos professores. Salienta também a utilização do aparelho fonador e dos membros superiores e inferiores, que pode favorecer desgastes e doenças no decorrer do tempo.

2.7 A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA

A contribuição teórica da Psicologia da Saúde e Social torna-se essencial mediante os achados deste estudo em relação aos processos psicossociais que se encontram inseridos os docentes. Neste sentido, a saúde mental situa-se como proposta para desenvolver as práticas de saúde e bem-estar, juntamente com ambiente psicossocial dos professores, buscando a promoção na qualidade de vida dos mesmos. Ou seja, a saúde mental não tem como objetivo central curar as doenças, mas, principalmente, estabelecer recursos que resultem em melhores condições de saúde a todos.

Para Jesus (2007,p.128), a “Psicologia da Saúde enquadra-se nos pressupostos da denominada Psicologia Positiva, mas com uma perspectiva de investigação-ação e de intervenção psicológica, visando à promoção da saúde e ao bem-estar dos sujeitos”.

O referido autor argumenta que a Psicologia da Saúde deve valorizar o conceito de saúde e sua intervenção como promoção da mesma, divergindo da remediação em situações de doença.

De acordo com Lane e Codo (1998), o enfoque da Psicologia Social não se encontra restrito a áreas específicas, mas assume dentro de sua especificidade a natureza histórico-social do ser humano. Onde abrange o desenvolvimento do indivíduo até as patologias e as técnicas de intervenção, sendo compreendido e analisado qualquer comportamento humano dentro deste contexto social e não isolado e fragmentado.

Através destes pressupostos buscamos conhecer o professor no seu conjunto de relações sociais e no seu contexto educacional, ou seja, quer seja naquilo que é específico de cada sujeito ou em sua manifestação grupal ou social. No entanto, não podemos considerar o professor como centro possível de análise dos processos psicossociais, mas, levar em conta que as enfermidades decorrem de fatores biológicos, psicológicos e sociais. (LANE; CODO,1998).

A Psicologia da Saúde deve ser atuada na proposta de mudanças para promover o bem-estar psíquico, físico e social, comprometendo não apenas com a integridade individual de bem-estar, mas deve, envolver todos os inseridos em uma determinada comunidade . Nesta proposta de intervenção requer uma participação de todos os profissionais da saúde, ou seja,

uma equipe interdisciplinar para o enfrentamento dos problemas de saúde buscando inserir noções de promoção, prevenção, recuperação, proteção reabilitação dos seu membros, neste caso, a conscientização dos profissionais da educação.(CRUZ, *et al*, 2004).

Na proposta de Jesus (2007) sobre os indicadores de mal e bem-estar docente aborda as estratégias de *coping*, ou seja, as formas do docente lidar com as situações de dano, ameaça, estresse e desafio, consideradas situações onde o professor procura resolver os problemas do seu cotidiano pedagógico.

O conceito de *coping* tem sido descrito como conjunto das estratégias utilizadas pelas pessoas para adaptarem-se a circunstâncias adversas e estressantes (ANTONIAZZI *et al*, 1998).

As estratégias de *coping* implicam em uma elaboração antecipada da atividade do professor no sentido de gerir e ultrapassar a situação adversa. Pode-se compreender como elaboração, a formação inicial bem fundamentada e fortalecida mediante prática das técnicas do cotidiano do magistério e formação continuada conforme Esteve (1999) tem um peso menor do que a prevenção durante o processo de forma inicial, considerando a superação do “choque com a realidade”, as tensões reduzem, possibilitando a auto-realização profissional. Neste sentido, a formação continuada de acordo com Jesus (2007) poderá compreender e auxiliar os docentes a responder as reais necessidades dos professores na escola.

Consoante Jesus (2007), a formação pode proporcionar a aquisição constante de conhecimentos, auxilia o professor a desenvolver competências, qualidade e estratégias (*coping*) para saber lidar com as principais fontes de mal-estar, contribuindo para a sua realização e bem-estar profissional.

3 MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO

De acordo com Gatti (2002, p.43,) o “Método não é algo abstrato. Método é ato vivo, concreto, que se revela nas nossas ações, na nossa organização do trabalho investigativo, na maneira como olhamos as coisas do mundo.”

Gatti (2002) enfatiza que devido à confusão no método, em virtude do pouco incentivo em pesquisas nas áreas das Ciências Humanas e Sociais nas instituições do país, por conseguinte, não se possui representatividade significativa de massa crítica de investigadores. Ressalta, ainda, a importância das formas e condições de produção das pesquisas em educação, as quais devem pautar a contextualização no tempo e integrado as conjunturas histórico-sociais, evidenciando o papel da consistência metodológica no impacto das pesquisas que podem determinar em políticas e ações educacionais.

Este capítulo possui como objetivo apresentar a metodologia utilizada para o desenvolvimento dessa pesquisa. Franco (1988, p.77) estabelece três requisitos básicos para o desenvolvimento de uma pesquisa onde envolve “[...] a existência de pergunta que se deseja responder; a elaboração e descrição de um conjunto de passos que permitam obter informações necessárias para respondê-la, e a indicação do grau de confiabilidade na resposta obtida”.

3.1 TIPO DE PESQUISA

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa descritiva, com objetivo exploratório e de natureza quantitativa e qualitativa. Conforme Cervo e Bervian (1996), a pesquisa descritiva objetiva observar, registrar, analisar, correlacionar fatos e fenômenos (variáveis de estudo) sem manipulação experimental, objetivando descobrir com máxima precisão possível, a frequência que acontece o fenômeno, e sua relação e conexão com outros fenômenos de sua natureza.

Define-se a pesquisa com objetivos exploratórios porque culmina com a familiarização com o fenômeno (o mal-estar docente) visando o entendimento sobre o mesmo e descobrir novas relações entre os fatores que o produzem (CERVO; BERVIAN,1996).

A presente pesquisa caracteriza-se também pelo emprego do método quantitativo, de acordo com Gatti (2004, p. 82) a pesquisa quantitativa se alicerça em dois aspectos fundamentais:

1) número, frequência, medidas também tem propriedade que delimitam as operações que se podem fazer com eles, e que deixem claro seu alcance; 2) [...] qualidade teórica e da perspectiva epistêmica na abordagem do problema, as quais guiam as análises e interpretações.

A opção por uma pesquisa de base qualitativa está relacionada ao foco de interesse que inclui, entre outros aspectos relevantes, a obtenção e análise dos dados descritivos mediante contato do pesquisador com a situação de estudo e o levantamento de opiniões através do questionário e registro de dados (ANDRÉ, 1986).

Para atender aos objetivos estabelecidos neste estudo foram organizadas estratégias operacionais para a pesquisa objetivando a sistematização e análise dos dados e adequação estatística.

3.2 AMOSTRA

O universo desta pesquisa foi composta por professores que estão vinculados à Gerência Regional de Educação – GERED – Curitiba. Estes profissionais atuam no ensino fundamental, médio e pessoal técnico administrativo da GERED. O universo da investigação, foram (356) professores que retiraram licenças médicas para tratamento de saúde no período letivo de 2003 a 2007, conforme laudo pericial anexado na pasta funcional de cada professor, de acordo com os dados que compõem o Quadro 02. O número total de profissionais afastados foi de 356.

SEXO	
Feminino	81,19%
Masculino	18,81%
IDADE MÉDIA	
	42 anos
FORMAÇÃO	
Ensino-médio	11,29%
Ensino-Superior	38,89%
Ensino Pós-Graduação	49,91%
TEMPO DE SERVIÇO MÉDIO	
	17 anos
CARGA HORÁRIA	
10 horas	3,39%
20horas	11,38%
30horas	2,53%
40 horas	82,70%
NÍVEL DE ATUAÇÃO:	
Ensino Médio	2,15%
Ensino Fundamental	43,14%
Ensino Fund./Médio	41,05%
Pessoal Administrativo	13,66%
CONTRATO DE TRABALHO	
ACT	14,65%
Efetivo	85,35%

Quadro 02: Distribuição do universo da pesquisa

Fonte: Pesquisa realizada por Janete Rodrigues na elaboração de dissertação para obtenção do título de Mestre em Educação pela UNOESC – Joaçaba, 2008.

O quadro 2 descreve os dados mais significativos do universo da pesquisa e demonstra o perfil dos professores mais acometidos pelo mal-estar docente, os quais são do sexo feminino com representação de (81,19%) e apresentam uma idade média de 42 anos. Estes profissionais (49,91%) possuem pós-graduação e desenvolvem suas atividades pedagógicas nos ensinos fundamental/médio (41,05%), com carga horária de 40 horas semanais (82,70%), vinculados ao contrato de trabalho de forma efetivo e apresentam um tempo de serviço no magistério de 17 anos.

Para a realização da pesquisa o Diretor da Secretaria Regional de Educação foi contato e autorizou o procedimento de coleta de dados. Recebeu o Termo de Consentimento Livre Esclarecido, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNOESC. O Termo de consentimento utilizado e o parecer consubstanciado do CEP/UNOESC encontram-se no Anexo 02.

3.3 CONTEXTO DA PESQUISA

O município da amostra desta pesquisa está localizado no Planalto Serrano, na entrada do meio oeste, integra a microrregião da AMARP – Associação dos Municípios do Vale do Rio do Peixe e vinculado a Secretaria de Desenvolvimento Regional de Curitiba.

O município de Curitiba foi fundado em 11 junho de 1869, foi colonizado por tropeiros gaúchos, tendo como as principais etnias italiana, alemã, japonesa e cabocla.

Com economia de base na agricultura, com destaque na produção de alho, sendo o maior produtor nacional. Também são fortes no comércio e no turismo.

No que se refere ao aspecto demográfico, o município conta atualmente com uma população de 36.000 mil habitantes, conforme dados da secretaria regional.

A Gerência Regional de Educação localizada neste município faz parte da estrutura da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional. A GERED atende os municípios de Curitiba, Frei Rogério, Ponte Alta do Norte, Santa Cecília e São Cristóvão do Sul.

Conforme dados da GERED, instalada no referido município, conta atualmente, Secretaria Desenvolvimento Regional de Curitiba (2008), com 16 escolas da Rede Estadual para atender a população. Atualmente, a GERED possui 12.356 alunos atendidos e cerca de 451 professores exercendo suas atividades na Rede Estadual de Ensino.

3.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Como procedimentos para coleta de dados utilizou-se a pesquisa documental, onde em um primeiro momento, foi contatado com o diretor da GERED – Curitiba, para explicar sobre os objetivos e importância do estudo. Posteriormente, foi liberado um horário para realização do levantamento dos dados pesquisa nos documentos oficiais do setor de Recursos Humanos.

Para constituir os dados sobre os professores acometidos por patologias e que acabaram se afastando de suas atividades laborais, foi realizada uma pesquisa documental nos arquivos do setor de Recursos Humanos da referida Gerência Regional de Educação, e cada um dos dados coletados foi anotado em um modelo de protocolo (Anexo 01) com alguns dados para constituir no período de 2003-2007 o perfil dos professores que recorram às licenças para tratamento de saúde. De acordo com o instrumento protocolo buscou-se caracterizar o perfil sócio-demográfico e ocupacional utilizado na pesquisa documental. Ainda, por meio deste protocolo, foi preenchido com algumas variáveis como: tipo de doenças, número total de licenças, nível de ensino, sexo, idade média, duração média, carga horária, nível de instrução, tempo de serviço na função, contratação, total de dias de licenças. Posteriormente foi realizado os cruzamentos de dados estatísticos necessários para compreendermos a situação do mal-estar docente dos profissionais investigados.

O referido protocolo foi construído com base nos estudos de Esteve (1999), porém, adaptado e complementado de acordo com a realidade e necessidade deste estudo. Por meio deste protocolo adotamos os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento do número total de professores do quadro da GERED; identificação e levantamento do número de professores pertencentes ao quadro GERED – que utilizaram licenças médicas para tratamento de saúde, de acordo com dados obtidos junto ao setor de Recursos Humanos da associação; levantamento dos códigos das patologias, pelos quais os professores se afastam para tratamento de saúde que são registrados nos laudos e anexados as fichas funcionais de cada docente desta instituição; pesquisar na literatura e site do CID-10, para identificar as doenças pelas quais os docentes se licenciaram para tratamento de saúde.

3.4.1 Instrumentos de Coleta de Dados

De acordo com o instrumento protocolo (quadro demonstrativo), buscou-se caracterizar o perfil sócio-demográfico e ocupacional utilizado na pesquisa documental. Por

meio deste protocolo adotamos os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento do número total de professores do quadro da GERED; identificação e levantamento do número de professores pertencentes ao quadro GERED – que utilizaram licenças médicas para tratamento de saúde, de acordo com dados obtidos junto ao setor de Recursos Humanos da associação; levantamento dos códigos das patologias, pelos quais os professores se afastam para tratamento de saúde que são registrados nos laudos e anexados as fichas funcionais de cada docente desta instituição; pesquisar na literatura e site do CID-10, para identificar as doenças pelas quais os docentes se licenciam para tratamento de saúde.

3.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

A análise de dados necessita ultrapassar a mera descrição dos elementos pesquisados, requer acrescentar algo à discussão já existente ao tema estudado, estabelecendo conexões e relações que possibilitem novas explicações e interpretações (ANDRÉ; LUDKE, 1986).

Após a coleta de dados, de organização dos protocolos, buscou-se identificar informações contextualizadas e relevantes nos documentos a partir das hipóteses deste estudo. Na sequência, procedeu-se uma categorização, contabilização e análise dos dados através de resumos estatísticos organizados em gráficos e tabelas com exposição dos dados de cada período letivo desde 2003 a 2007.

Para análise e discussão do tema abordado na pesquisa buscou-se alguns autores clássicos como as referências sobre Psicodinâmica do Trabalho e sofrimento produzido nas organizações (espaço escolar), o embasamento teórico de Dejours (1994) sobre os processos psicossociais que interferem nos indivíduos e na psicodinâmica do trabalho, as patologias e estratégias de enfrentamento utilizadas pelos trabalhadores diante de situações adversas.

Dentre os autores que estudaram o trabalho docente e a relação com a saúde, focalizou-se abordagens, principalmente, das pesquisas realizadas por Zaragoza (1999) e Codo (1999). O primeiro autor, José Manuel Esteve Zaragoza e obra publicada em (1999), da Universidade de Málaga da Espanha, professor catedrático em teoria da Educação desenvolveu suas pesquisas sobre mal-estar docente como reflexos das mudanças sociais, doença que acarreta vários sintomas e até o abandono da profissão.

O segundo texto, produzido por Wanderley Codo em (1999), Universidade de Brasília, organizou o maior estudo nesta área no País, trata-se de resultados da primeira investigação sistemática de grande porte sobre burnout entre os trabalhadores em educação e a relação com as condições de trabalho e saúde dos professores.

Destacaram-se, ainda, outros autores que estudaram sobre o trabalho docente e relacionaram com o exercício da função pedagógica, a natureza do trabalho docente, formação inicial e continuada, desencantamento com o magistério e patologias que acometem os professores e determinam o afastamento de suas funções laborativas.

O autor Antonio Nóvoa e as obras publicadas em (1995, 1992), Vice-Reitor da Universidade de Lisboa em Portugal, apresentam uma obra clássica sobre o estudo do trabalho docente, acerca da profissionalização contextualizada no processo histórico-social. Discutiu sobre a formação de professores centrados nas práticas e na análise dessas práticas e o desenvolvimento da carreira. Abordou ainda o fenômeno do mal-estar docente e apontou doze fatores para seu desencadeamento, mediante as mudanças sociais e as implicações no trabalho docente.

Com merecido destaque, as obras de Saul Neves de Jesus, publicadas em (1986, 2000), Professor Catedrático da Universidade de Algarve – Portugal - Departamento de Psicologia, enfatiza em suas obras a motivação docente e mal-estar docente, explicitando o conceito de mal-estar docente e analisando os principais fatores que nele intervém, bem como as metodologias usadas para avaliar as estratégias como prevenção e intervenção. Ainda apresentou um enfoque do desenvolvimento profissional e formação de professores.

4 EVOLUÇÃO DA SAÚDE DOS DOCENTES DE 2003 A 2007

O presente capítulo apresenta o levantamento e a análise das licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Médio e pessoal técnico administrativo da Rede Estadual de Ensino, vinculados à GERED – Gerência Regional de Educação, Curitiba. Esta coleta se deu juntamente ao setor de Recursos Humanos dessa gerência. Com estes dados, buscou-se caracterizar a situação de saúde e/ou mal-estar dos docentes. Para realização deste estudo, trabalhou-se com o total do universo de 356 professores. Identificaram-se 384 licenças oficiais para tratamento de saúde, as quais representam 10% da população universal de 3.048 no período de 2003 a 2007.

As principais variáveis selecionadas e analisadas permitiram a construção de um perfil do docente acometido de mal-estar, os quais utilizam licenças médicas acima de 15 dias de ausência para tratamento de saúde. Os profissionais pesquisados foram: professores do Ensino Fundamental e Médio e administrativo (diretores, secretarias e orientadores pedagógicos) que constitui o quadro funcional da GERED. Para a coleta dos dados foi utilizado o instrumento de pesquisa Protocolo (em anexo 01), adaptado a pesquisa de Esteve (1999), considerando os objetivos do presente estudo e a realidade educacional selecionada.

4.1 DADOS ESTATÍSTICOS DO ANO LETIVO DO ANO DE 2003

No ano de 2003, a GERED comportava em seu quadro administrativo 749 professores, sendo 627 (83,71%) professoras e 122 (16,29%) professores, dos quais 79 (10,55%) destes utilizaram afastamentos para tratamento de saúde, perfazendo 79 licenças oficiais. Os dados que foram coletados e analisados: a) o número de professores em licenças nos meses do ano letivo de 2003; b) os meses com maior prevalência de licenças;

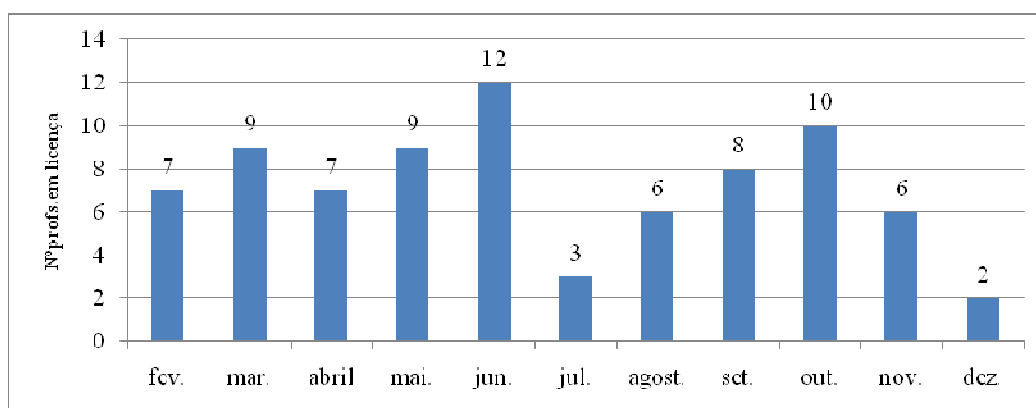


Gráfico 1: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, período letivo de 2003.

Fonte: Dados coletados pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

O Gráfico 1 demonstra a distribuição das licenças médicas durante o ano letivo de 2003. Observou-se que os meses de junho e outubro foram os que evidenciaram uma maior prevalência de atestados pelos professores para tratamento de saúde, no mês de junho 12 afastamentos e no mês de outubro 10; perfazendo um total de 22 licenças, em um universo de 79 licenças do ano todo. Este aspecto pode ter uma relação com o fato de que no mês de junho coincide com o final do primeiro semestre letivo, e outubro caracteriza-se por ser meados do segundo semestre e na reta final do ano escolar. O absenteísmo por licenças para tratamento de saúde representa 16,42% dos professores pesquisados neste período letivo de 2003.

O estudo de Zaragoza (*apud* ESTEVE, 1999) analisou as implicações dos ciclos de estresse dos professores de duas instituições de Málaga, na Espanha, ao longo do período escolar, os quais eram frequentes nos finais de semestre, principalmente, nos primeiros semestres e no final do curso, onde o número de licenças aumentava significativamente. No início do primeiro trimestre, o número de licenças médicas aumentava, diminuindo somente após feriados e sendo insignificante nas férias de verão.

O gráfico 2, apresentado na sequência complementa os dados do perfil dos docentes e enfoca as patologias e o total de dias de afastamentos.

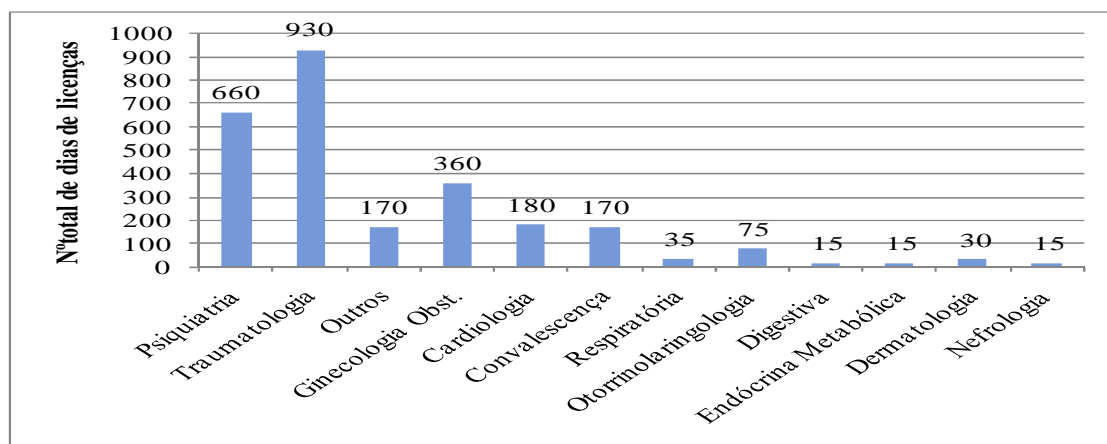


Gráfico 2: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, por diagnóstico e total de dias no período letivo de 2003.

Fonte: Dados coletados pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

O Gráfico 2 apresentou o total de dias de afastamento para tratamento das respectivas patologias, considerando as mais significativas as relacionadas à traumatologia com 930 dias, psiquiatria 660 dias e ginecológica 360 dias, perfazendo um total de 2.655 dias utilizados com estas licenças médicas que representam (73,44%) do ano de 2003. Os afastamentos que demandaram um maior número de dias de licença estão relacionados aos casos de recuperação de doenças da traumatologia, vinculadas a recuperação de patologias utilizadas pelos docentes como instrumento ocupacional de trabalho, ou seja, a de recuperação de lesões no ombro,

mãos, artrose, artrite, dor lombar, entre outras, as quais exigem um período longo de recuperação e que envolve várias terapias de intervenção para uma melhora do quadro das doenças.

O afastamento para tratamento de neoplasias malignas apresentou-se como uma das patologias que demanda um afastamento com um maior número de dias, os quais exigem um período de tratamento rigoroso e de recuperação longa.

Segundo pesquisa realizada por Esteve (1999), o absenteísmo situa-se como uma consequência do mal-estar docente. O autor indica que o absenteísmo do ponto de vista estatístico é mais comum que a alteração mental.

No gráfico 3, encontra-se disponibilizado a distribuição dos diagnósticos e as prevalências por patologias no referido ano.

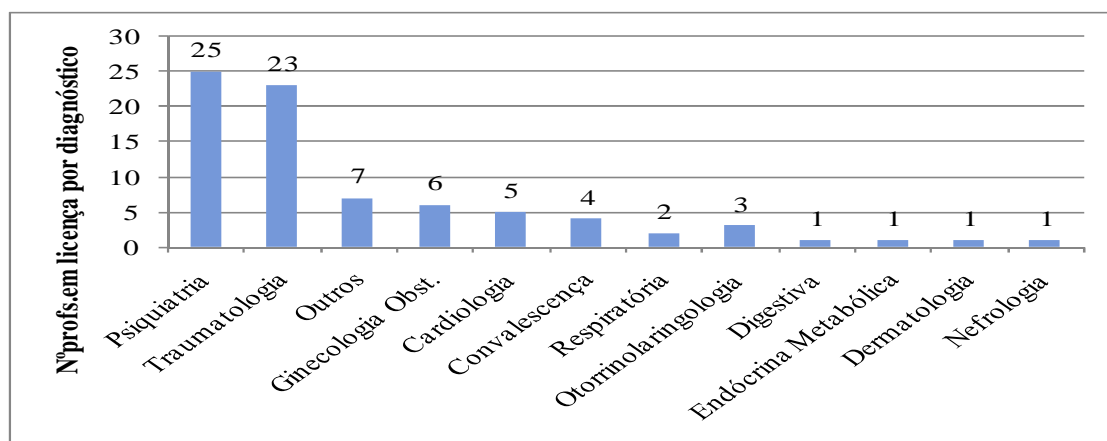


Gráfico 3: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, por diagnóstico e o número de patologia no período letivo de 2003.
Fonte: Dados coletados pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

O Gráfico 3 demonstra as patologias mais frequentes nos diagnósticos dos docentes. Com maior prevalência estão as patologias psiquiátricas, com vinte e cinco (25) casos, as da traumatologia, vinte e três (23) casos e as outras patologias, sete (07). Os dados apontados no gráfico como “outros”, são compreendidos no CID (Z-76), como pessoas em contato com os serviços de saúde em outras circunstâncias. O grande número de dias de licença deste código pressupõe que os professores retiraram estas licenças para acompanhar familiares, especialmente, filhos para tratamento de saúde, considerando o grande índice de mulheres que exercem o trabalho educacional nesta GERED. Há três principais patologias que afastam os docentes de suas atividades laborativas educacionais identificamos: a) doenças psiquiátricas patologias como: episódio depressivo, depressão atípica, transtorno depressivo recorrente, reações ao stress grave e transtorno de adaptação; b) traumatológica: fraturas, lesões no

ombro, artrite, traumatismo musculares, dor articular e lombar; c) outros: ausências para cuidados com terceiros.

Contudo, outras patologias, mesmo que em menor prevalência, merecem atenção, pois contribuem para o afastamento laboral. Entre elas foram destacadas as relacionadas aos instrumentos de trabalho do professor, como as doenças nas cordas vocais, infecções na vias respiratórias e doenças alérgicas. Vale ressaltar que a patologia com menor frequência, mas com prevalências de doenças graves são as relacionadas à ginecologia, com quadros de casos de neoplasia maligna.

4.1.1 Licenças por Nível de Ensino

O gráfico 4 apresenta a prevalência das licenças por diagnóstico e nível de ensino no ano letivo de 2003.

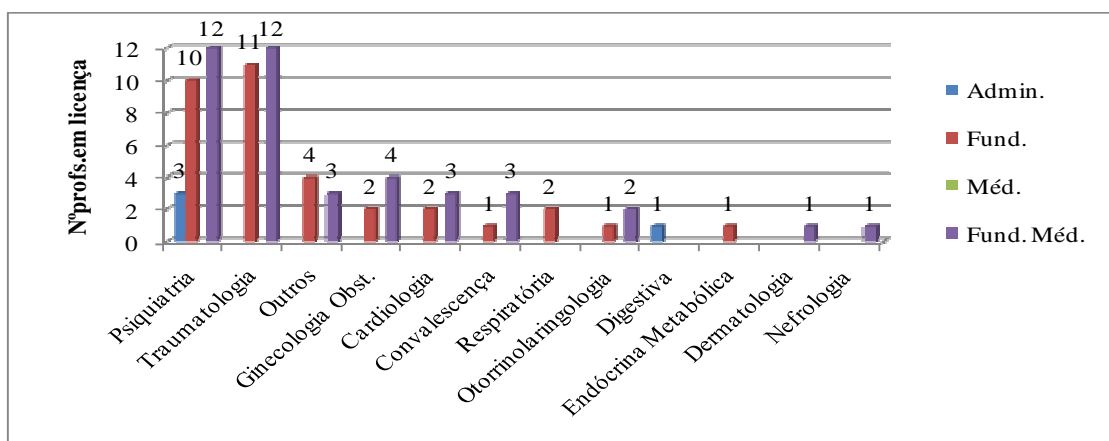


Gráfico 4: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por nível de ensino no período letivo de 2003.

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

O Gráfico 4 corrobora com os dados relacionados à atuação exercida e os afastamentos para tratamento de saúde, nos ensinos Fundamental e Médio, sendo distribuídas 41 licenças no Ensino Fundamental e, no Ensino Médio, 34 licenças no Ensino Fundamental e apenas 4 com pessoal administrativo. A prevalência de patologias que foram identificadas mais expressivas foram as psiquiátricas, as ginecológicas e as traumatológicas.

O nível de ensino exposto no Gráfico 4 está distribuído conforme a atuação do docente, o qual desenvolve as suas atividades laborativas em mais de um turno, perfazendo um total de 40 horas semanais, onde o mesmo professor ministra aulas no Ensino Médio num período e, num outro, no Fundamental.

Vale ressaltar que as ausências de licenças no Ensino Médio podem estar mascaradas no ensinos Fundamental/Médio, entretanto, durante a pesquisa documental nos prontuários não houve uma maneira de separar estes dados.

4.1.2 Licenças por Sexo

O gráfico 5 demonstra as licenças distribuídas por sexo no referido ano letivo.

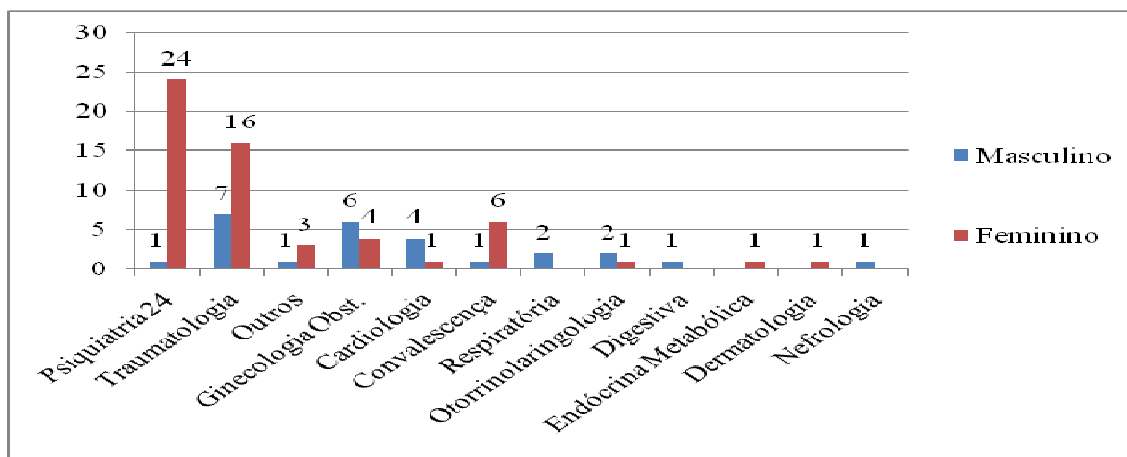


Gráfico 5: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por sexo no período letivo de 2003.

Fonte: Dados coletados pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

O Gráfico 5 evidencia a prevalência de licenças por sexo, onde as mulheres aparecem significativamente mais afetadas por mal estares pelas licenças médicas neste período letivo. O sexo masculino registrou, no ano de 2003, um pequeno aumento nas licenças relacionadas às patologias cardiovasculares e traumatologia. Entretanto, as mulheres apareceram com maior superioridade entre todas as patologias, evidenciando a maior expressividade na psiquiatria, vinte e quatro (24) casos e traumatologia, doze (12) das licenças utilizadas pelas docentes. Vale considerar que o número total de professores vinculados a GERED-Curitiba, neste ano letivo, contabilizava 749, destes, 627 (83,71%) mulheres e 122 (16,29%) homens, dos quais 79 (10,55%) utilizaram licenças para tratamento de saúde, deste total foram 18 homens e 61 mulheres.

4.1.3 Licenças por Formação

No gráfico 6, encontra-se disponibilizado a relação das licenças para tratamento de saúde e sua prevalência de acordo com a formação dos professores.

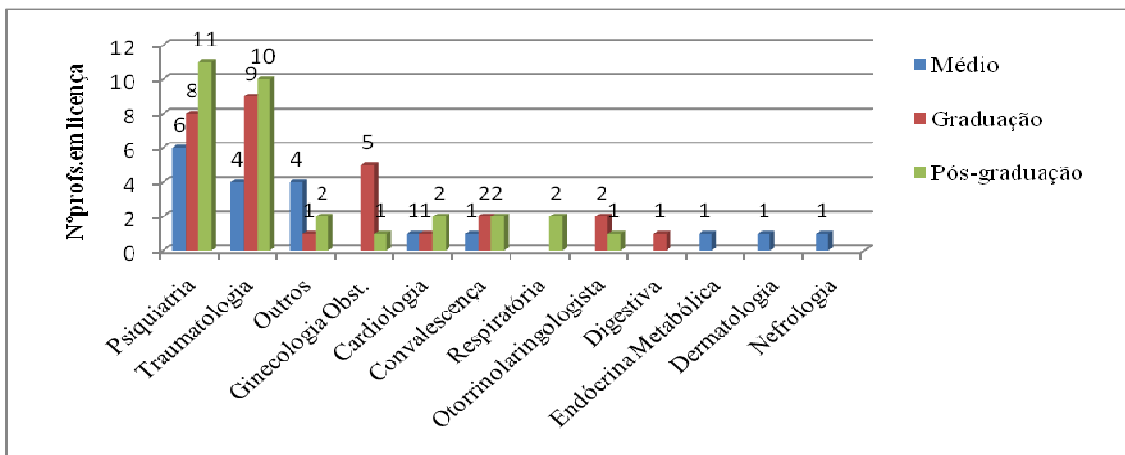


Gráfico 6: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por formação no período letivo de 2003.

Fonte: Dados coletados pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

Dentre a população estudada, observou-se, a partir da análise dos dados expostos no Gráfico 6, a predominância de professores que solicitaram licenças para tratamento de saúde com qualificação em nível de pós-graduação, com 30 (37,97%); na sequência a graduação, com 30 (37,97%) e ensino médio 19 (24,05%). As maiores prevalências identificadas foram nas patologias de psiquiatria e traumatologia.

4.1.4 Licenças por Carga Horária

No gráfico 7, encontram-se representados os dados sobre os diagnósticos dos docentes em licença e suas respectivas cargas horárias.

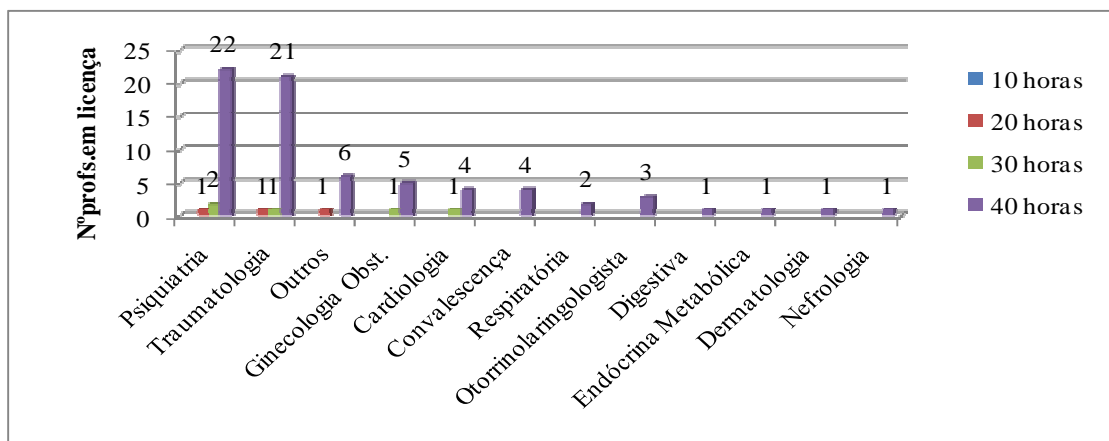


Gráfico 7: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por carga horária no período letivo de 2003.

Fonte: Dados coletados pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

De acordo com a análise dos dados coletados, identifica-se no Gráfico 7, que os profissionais que mais solicitaram afastamento para tratamento de saúde, no período em

análise dessa investigação, ou seja, 2003 a 2007, foram os que possuíam uma carga horária semanal correspondente a 40 horas semanais. Contabilizaram-se 71 licenças médicas desses profissionais, seguida de 8 licenças dos que atuam 20 horas semanais as suas atividades laborais. As patologias com maiores prevalências de afastamento são as relacionadas à psiquiatria e traumatologia. Cabe ressaltar que estas foram verificadas, principalmente, nos docentes que atuam em torno de 40 horas semanais.

4.1.5 Licenças por Contrato de Trabalho

No gráfico 8, encontram-se dispostos as licenças dos professores e seu vínculo empregatício.

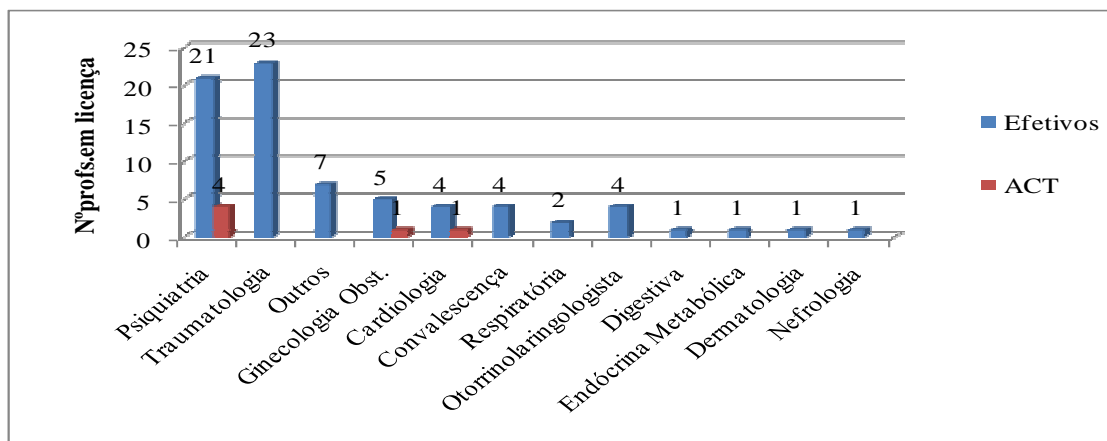


Gráfico 8: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por contrato de trabalho no período letivo de 2003.

Fonte: Dados coletados pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

O Gráfico 8 mostra a prevalência de professores efetivos 73 ao todo sobre o de regime de contrato de trabalho ACT 6 ao todo, tal diferença está relacionada à exigência da legislação para contratação por concurso dos seus servidores públicos. As principais patologias acometidas pelos docentes apresentaram na psiquiatria, vinte um (21) casos e na traumatologia, vinte e três (23) casos de afastamento.

4.1.6 Idade Média dos Professores em Licença

O gráfico 09 evidencia os diagnósticos da idade média dos docentes em licenças no ano letivo de 2003.

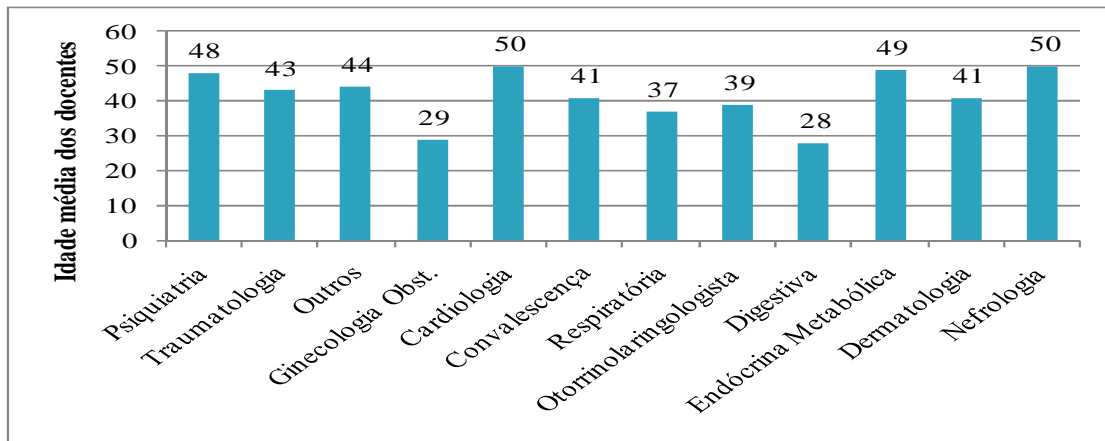


Gráfico 9: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico da idade média dos docentes no período letivo de 2003.
 Fonte: Dados coletados pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

No que se refere ao aspecto idade média dos professores em licença, evidenciaram-se variações. No Gráfico 9, é possível verificar que o percentual mais significativo de afastamentos encontra-se na faixa de idade dos 40 aos 50 anos, sendo as patologias que mais acometeram estes profissionais foram as de origem cardiovascular, nefrológicas e endócrinas. Outro aspecto importante a ser ressaltado refere-se ao que foi evidenciado na faixa de idade entre 20 aos 40 anos, com doenças relacionadas ao aparelho digestivo, ginecologia e respiratória. É importante ressaltar que a idade média para desencadeamento de sintomas das referidas doenças de todas as licenças deste ano letivo está em torno dos 44 anos.

4.1.7 Duração Média das Licenças

No gráfico 10, encontram-se demonstrados os dados em relação aos dados da duração média das licenças dos docentes e suas respectivas patologias.

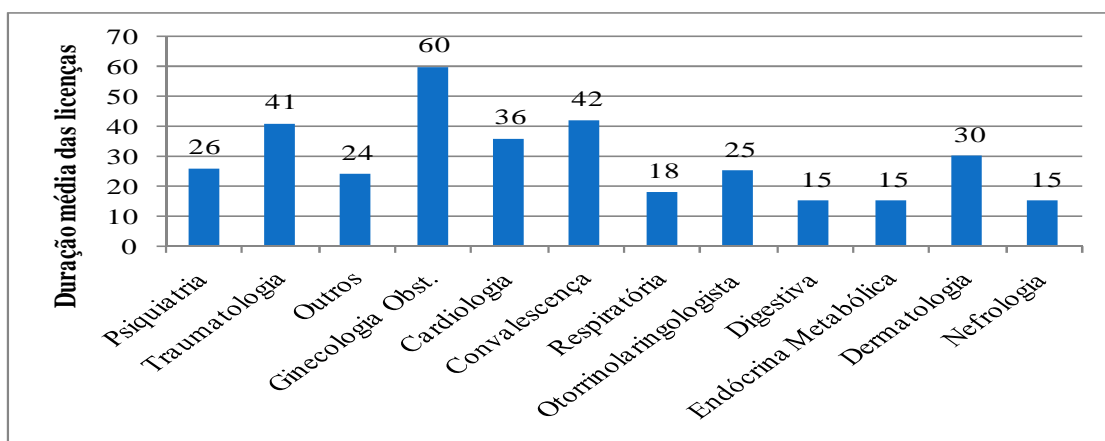


Gráfico 10: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por duração média dos afastamentos no período letivo de 2003.
 Fonte: Dados coletados pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

Quanto à duração média das licenças dos docentes com dados mais significativos, o Gráfico 10 apresentou, com as doenças da ginecologia, com um afastamento de (60 dias), convalescença (42 dias) e cardiovascular com (35 dias). Porém, as licenças menores estão ligadas às patologias respiratórias 13 dias, dermatologia (15 dias), endócrina e metabólica (15 dias) e nefrológica (15 dias). Ficou evidente que as licenças com períodos longos são mais utilizadas neste período letivo de 2003, mas diferenciou-se das patologias e dias que mais afastaram os docentes do trabalho, como psiquiatria e traumatologia conforme Gráficos 2 e 3.

A duração média na totalidade das licenças dos docentes mostrou 28 dias de utilização para tratamento de saúde no ano de 2003 (vide Gráfico 13), considerando que no mesmo laudo pericial evidenciaram-se mais de uma patologia, ou um enquadramento no CID, entretanto, na contabilização dos dados foram somados os dias somente de cada patologia.

4.1.8 Licenças por Tempo Médio de Serviço

O gráfico 11 apresenta as licenças por tratamento de saúde e o tempo médio de serviço dos professores que as utilizaram.

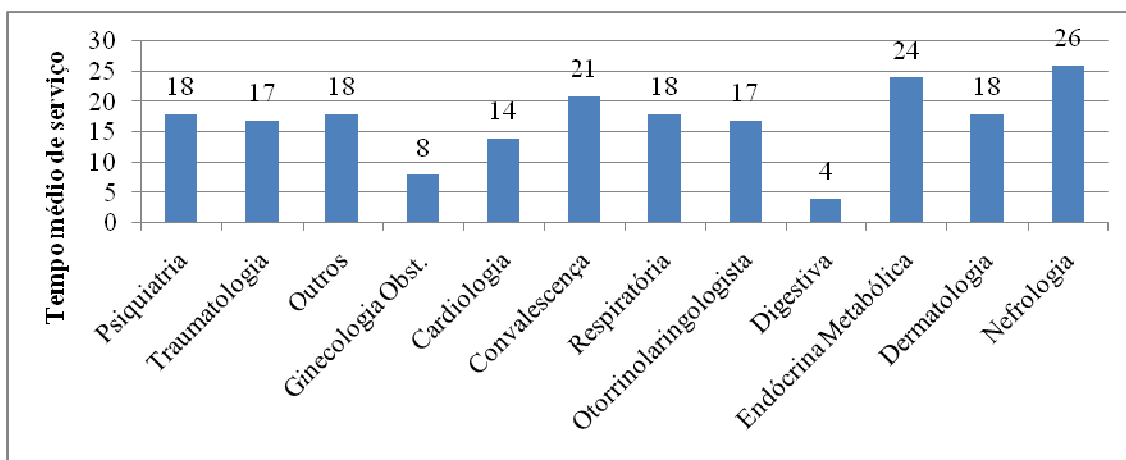


Gráfico 11: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por tempo médio de serviço docente no período letivo de 2003.
Fonte: Dados coletados pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

O gráfico 11 mostra o tempo médio de serviço do trabalhador da educação; os dados mais expressivos se referem à patologia nefrológica (26 anos) e endócrina e metabólica (24 anos), entretanto, os tempos inferiores foram mostrados na patologia digestiva (4 anos) e ginecológica (8 anos). Estes dados demonstraram uma média do tempo de trabalho, onde o docente começa a utilizar as licenças para tratamento de saúde, levando-se em conta a média total das patologias situada em 17 anos no geral.

Segundo a concepção do ciclo de vida dos docentes, Huberman (1995) enfatiza que a média do tempo na função do magistério de 17 anos, suscita no profissional questionamentos sobre sua carreira e do de permanecer nela.

4.1.9 Licenças Distribuídas por Frequência e Ausência

O gráfico 12 demonstra a distribuição das licenças em relação à frequência e ausências dos dias dos afastamentos dos professores no período letivo de 2003.

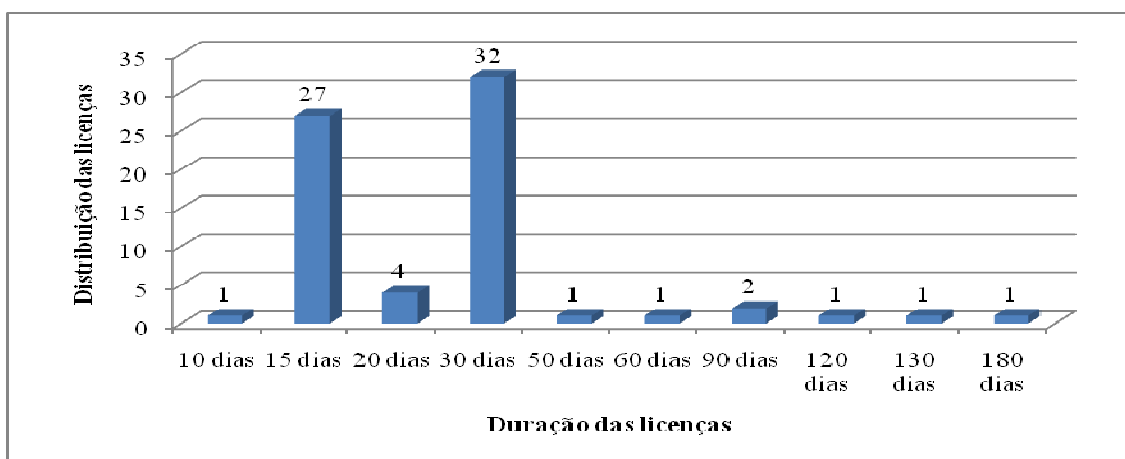


Gráfico 12: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, por frequência e ausências dos docentes no período letivo de 2003.

Fonte: Dados coletados pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

O Gráfico 12 aponta que, no ano letivo de 2003, houve a identificação de que a frequência 32 foi a mais utilizada pelos professores com ausências de 30 dias; em segundo lugar, a frequência de 27 prevalências demonstrada na duração de 15 dias e, no terceiro lugar, a duração de 60 dias e frequência de 9 prevalências dos professores acometidos por algum tipo de mal-estar. Além destes números mais significativos, vale ressaltar sobre as licenças com representatividade mínima na frequência, mas que acabam afastando o docente de suas atividades pedagógicas por um período longo, expressadas nas licenças de 120, 130 e 180 dias de ausências

A tabela 1 constitui uma sistematização de todos os dados contemplados nas descrições dos gráficos mensurados anteriormente, englobando todas as variáveis levantadas na pesquisa documental, com objetivo de construir o perfil do professor acometido do mal-estar docente e que recorrem às licenças para tratamento de saúde. Os fatores levantados no protocolo (anexo 01) expressam as principais situações consideradas por pesquisadores

clássicos na área da saúde docente como fundamentais para analisar o surgimento do mal-estar (ESTEVE, 1999).

DOENÇA	Nº TOTAL DAS LICENÇAS	NÍVEL DE ENSINO				M	F	IDADE MÉDIA	DURAÇÃO MÉDIA LICENÇAS	CARGA HOR.				FORMAÇÃO			CONTRATO		TEMPO MÉD. SERVIÇO	TOTAL DE DIAS DE LICENÇAS
		ADM	FUND	MÉDIO	FUND e MÉD					10h	20h	30h	40h	M	G	P	EFETIVO	ACERTO		
1.PSIQUI.	25	3	10	-	12	1	2	48	26	-	1	2	22	6	8	11	21	4	18	660
2.TRAUM.	23	-	11	-	12	7	1	43	41	-	1	1	21	4	9	10	23	-	17	930
3-OUTROS	7	-	4	-	3	1	6	44	24	-	1	-	6	4	1	2	7	-	18	170
4GENIC.OBS.	6	-	2	-	4	-	6	29	60	-	-	1	5	-	5	1	5	1	8	360
5-CARDIO.	5	-	2	-	3	1	4	50	36	-	-	1	4	1	2	2	4	1	14	180
6.CONVAL.	4	-	1	-	3	1	3	41	42	-	-	-	4	2	2	-	4	-	21	170
7-RESPIR.	2	-	2	-	-	2	-	37	18	-	-	-	2	-	-	2	2	-	18	35
8.ORL	3	-	1	-	2	2	1	39	25	-	-	-	3	-	2	1	4	-	17	75
9.DIGEST.	1	1	-	-	-	1	-	28	15	-	-	-	1	-	1	-	1	-	4	15
10-END.MET.	1	-	1	-	-	1	-	49	15	-	-	-	1	-	-	1	-	-	24	15
11-DERM.	1	-	-	-	1	-	1	41	30	-	-	-	1	1	-	-	1	-	18	30
12.NEFROL.	1	-	-	-	1	1	-	50	15	-	-	-	1	1	-	-	1	-	26	15
TOTAL	79	4	34	-	41	1	6	42	29	-	3	5	71	19	30	30	73	6	17	2.655

Tabela 1: Estatística anual de licenças dos docentes no período letivo de 2003.

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

Na tabela 1, encontram-se os dados mais significativos desta estatística anual que se referem tanto pelo número total de professores afetados, como pelo número total de licenças que produzem as etiologias das mesmas licenças. As mais identificadas foram: diagnósticos da psiquiatria, traumatologia e os com pessoas em contato com os serviços de saúde em outras circunstâncias, nesta ordem. Entre os três diagnósticos soma-se um número de dias de licenças que representa (66,29 %) do total de dias de licenças contabilizadas que corresponde a 2.655 dias.

As patologias verificadas, neste ano letivo, equivalem separadamente ao valor de: psiquiátrico (31,64%), traumatologia (29,11) e as pessoas com contato com serviços de saúde em outras circunstâncias com (8,86%) do total do número de licenças. Observou-se que o total de licenças se compara ao mesmo número de professores afetados, ou seja, perfazendo um total de 79 professores e 79 licenças, conforme prescrição médica com enquadramento no Código Internacional das Doenças – CID – 10.

Quanto ao nível de atuação dos professores as licenças utilizadas pelos professores, perfazem 41 (51,90%) licenças no ensino Fundamental/Médio; no Fundamental 34 (43,03%) licenças e somente 4 (5,06%) de licenças no corpo administrativo. Em relação à carga horária dos professores a mais significativa de 40 horas semanais foi representada por (89,87%) das licenças. O contrato de trabalho com maior expressividade foi evidenciada com vínculo efetivo com 73 professores. Em relação ao sexo dos professores, os dados mais significativos

estão relacionados ao do sexo feminino com 61 prevalências, frente a 18 do sexo masculino. A faixa de idade dos professores acometidos por algum tipo de mal-estar docente variou entre 28 e 50 anos, sendo que, a média ficou com 42 anos. O tempo de serviço dos professores na função do magistério apresentou uma média de 17anos para surgimento de algum tipo de adoecimento.

A duração média das licenças observada deste ano letivo ficou em torno de 29 dias. Entretanto, o número de dias de afastamento para cada professor, de acordo com o total de 2.655, foi de 34 dias para tratamento de saúde, ou dias perdidos conforme termo utilizado por Zaragoza (1999 *apud* ESTEVE,1999).

4.2 DADOS ESTATÍSTICOS CORRESPONDENTES DO ANO LETIVO DE 2004

No ano de 2004, a GERED de Curitiba comportava em seu quadro funcional administrativo um total de 690 professores, sendo 573 (83,04%) professoras e 117 (16,95%) professores; dos quais 61 (8,84%) utilizaram afastamentos para tratamento de saúde, perfazendo um total de 63 de licenças oficiais.

O Gráfico 13 corresponde às licenças médicas acumuladas durante o período letivo de 2004.

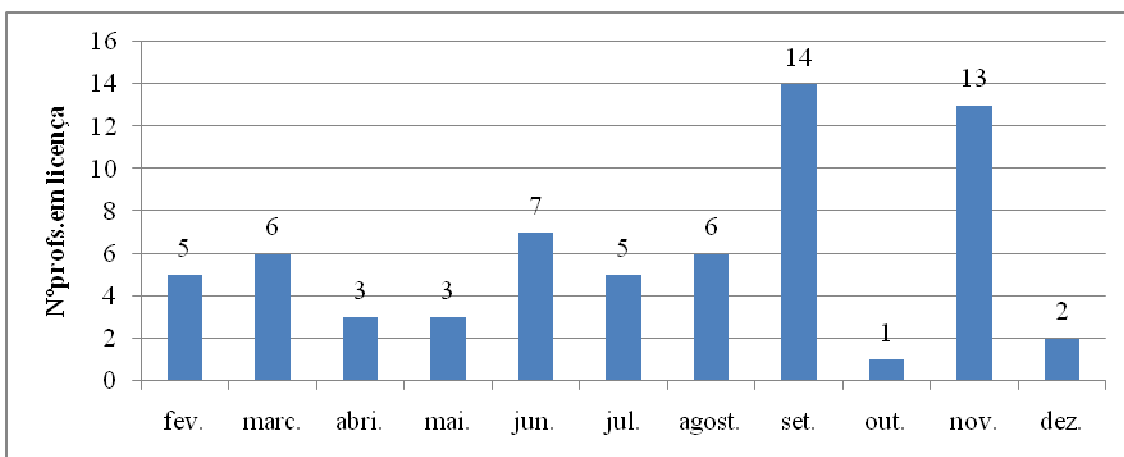


Gráfico 13: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, no período letivo de 2004.

Fonte: Dados coletados pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

Na sistematização deste gráfico, apresenta dados significativos como: as alterações em termos do número de licença; por exemplo, em setembro, identificaram-se 14 licenças, novembro 13 licenças, e junho com 7 licenças. Este ano letivo, diferentemente, do ano anterior, apresentou apenas uma alteração no final do segundo semestre, sendo compatível com os picos de final de cada bimestre, mas o dados do mês de junho pressupõe o término do

primeiro semestre que pressupõe um acúmulo das atividades, a qual pode desenvolver um simples estresse ou desencadear patologias mais severas, conforme já foi evidenciado neste estudo. Mas, os números mais alarmantes são evidenciadas nos meses de setembro com 14 licenças e novembro com 13, pode-se concluir a proximidade do término do ano letivo. O absenteísmo por licenças médicas representa (12,40%) dos professores pesquisados neste período letivo de 2004.

O gráfico 14 demonstra o total de dias e as patologias referentes às licenças utilizadas pelos professores no período letivo de 2003.

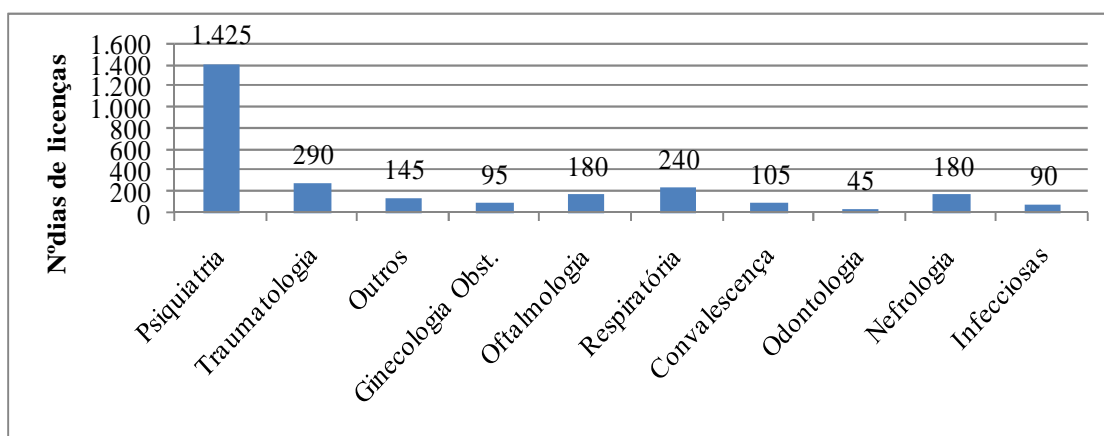


Gráfico 14: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico e total de dias no período letivo de 2004.

Fonte: Dados coletados pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

O gráfico 14 apresenta o número total de dias de afastamento para tratamento de saúde das respectivas patologias: com 1.425 dias na psiquiatria, 290 dias na traumatologia e 240 dias na nefrologia. Nas patologias relacionadas às doenças psiquiátricas, os dias de licenças tiveram uma diferença expressiva mediante as outras doenças, mas o motivo de tantos dias está relacionado com uma licença médica com prescrição de afastamento para tratamento de saúde com 02 anos, ou seja, transformado em dias, significa 730 dias somente com um professor. Por outro lado, observaram-se licenças com números inferiores observam-se na odontologia, 45 dias, infecciosas, com 90 dias e as ginecológicas, com 45 dias.

Neste ano letivo, ocorreram retiradas de licenças para tratamento odontológico com apenas 45 dias utilizados. Nos dias expressados na patologia ginecologia e convalescença, verificou-se as ausências, evidenciando como causa o tratamento com quimioterapia, radioterapia, na recuperação do estado de saúde dos professores que apresentaram, neste ano, doenças de neoplasia maligna, com prevalência no sexo feminino.

No gráfico 15, encontram-se dispostos os dados das licenças nas referidas patologias.

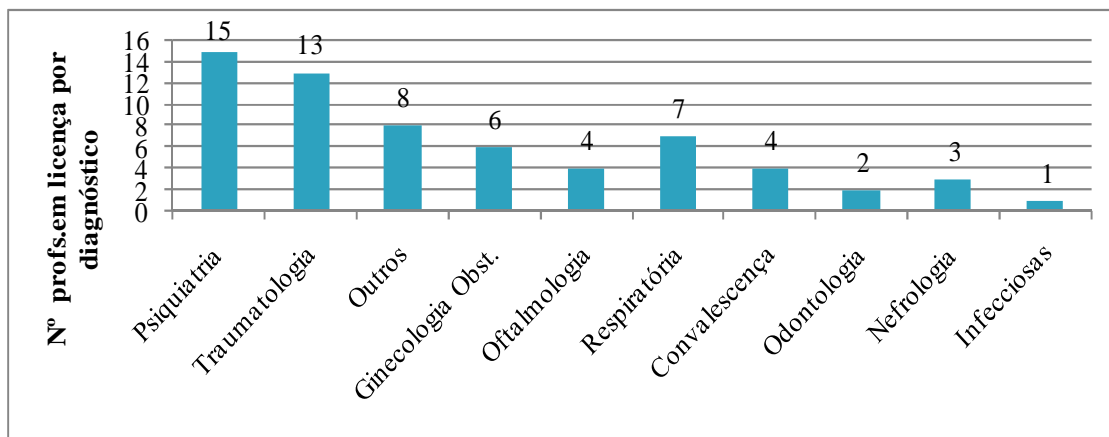


Gráfico 15: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico e o número de patologias no período letivo de 2004.

Fonte: Dados coletados pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba

Os números citados no gráfico 15 se referem à quantidade de licenças por patologia, sendo que as mais evidentes estão vinculadas à psiquiatria com 15 casos, traumatologia 13, e 8 com pessoas em contato com os serviços de saúde em outras circunstâncias. Esta última patologia pode estar relacionada ao grande número de docentes do sexo feminino, as quais acabam retirando licenças para cuidar de seus familiares.

Na patologia relacionada à traumatologia aparecem doenças decorrentes do exercício repetitivo do trabalho pedagógico como: transtornos articulares, dorsalgia, dor lombar, artrite, lesões no ombro, transtornos dos tecidos moles devido ao uso excessivo. Nas doenças oftalmológicas também se verificaram algumas patologias que envolvem instrumentos de trabalho pedagógico do professor como: miopia, cegueira, glaucoma entre outras. Já nas psiquiátricas, a ocorrência de depressão, transtorno, estresse grave transtorno de adaptação, psicose, psicose recorrente, depressão recorrente e transtorno bipolar foram constantes.

4.2.1 Licenças por Nível de Ensino

No gráfico 16, encontram-se disponibilizados os dados referentes às patologias e ao nível de ensino ministrados pelos professores.

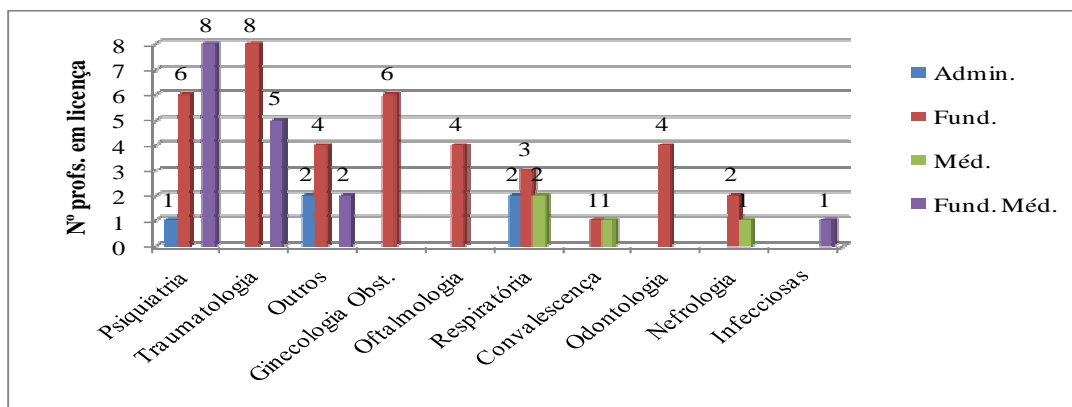


Gráfico 16: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por nível de ensino no período letivo de 2004.

Fonte: Dados coletados pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

O referido gráfico apresenta os diagnósticos mais expressivos por nível de ensino dos professores afetados, diferentemente do ano anterior, onde a prevalência maior centrava-se no ensino Fundamental/Médio com 41 licenças; neste ano letivo de 2003, a prevalência que predominou foi no ensino fundamental perfazendo um total de 38 licenças, destas 17 licenças nos ensinos Fundamental e Médio e 5 licenças no pessoal administrativo. Observou-se que as licenças mais significativas relacionadas aos ensinos estão as doenças psiquiátricas, traumatológicas e ginecológicas.

4.2.2 Licenças por Sexo

O gráfico 17 evidencia os dados relacionados ao sexo dos docentes que utilizaram as licenças para tratamento de saúde.

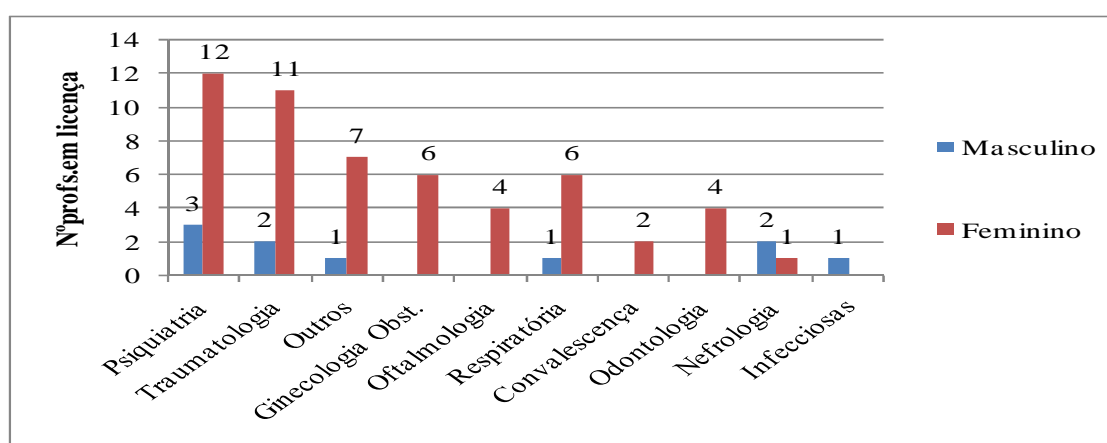


Gráfico 17: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por sexo no período letivo de 2004.

Fonte: Dados coletados pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

No Gráfico 17, identificou-se a prevalência maior de afastamentos de mulheres. As licenças retiradas foram para tratamento das seguintes doenças: psiquiátricas 12,

traumatologia 11 e (outros) 7, nesta última patologia, o CID aborda Z -76 como pessoas em contato com os serviços de saúde em outras circunstâncias. Neste ano letivo registrou-se (84,12%) de licenças composta por mulheres e apenas (15,87%) constituída por homens. Verificou-se algumas patologias apenas relacionadas ao sexo feminino como ginecologia, oftalmologia, convalescença e odontologia.

4.2.3 Licenças por formação

O gráfico 18 aborda a relação entre o diagnóstico e o nível de formação do professores que utilizam as licenças para tratamento de saúde.

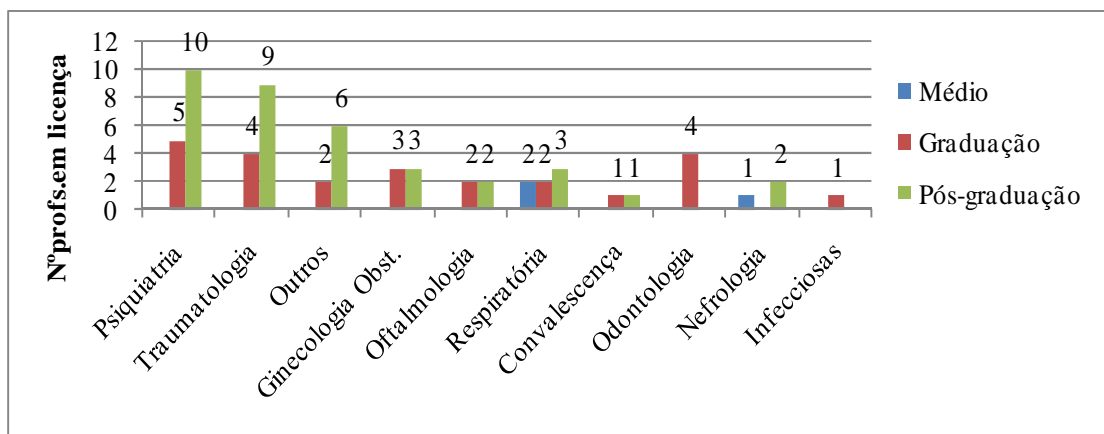


Gráfico 18: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por formação no período letivo de 2004.

Fonte: Dados coletados pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

Através do gráfico 18, evidenciaram-se os indicadores mais significativos nos professores que atuam na pós-graduação com 34 prevalências, na graduação com 24 e no ensino médio com apenas 5 casos. Quanto aos dados das patologias com maior evidência foram: psiquiátricas, traumatológicas e com pessoas em contato com os serviços de saúde em outras circunstâncias (outros).

4.2.4 Licenças por Carga Horária

O gráfico 19 mostra os dados das licenças por carga horária trabalhada pelos professores.

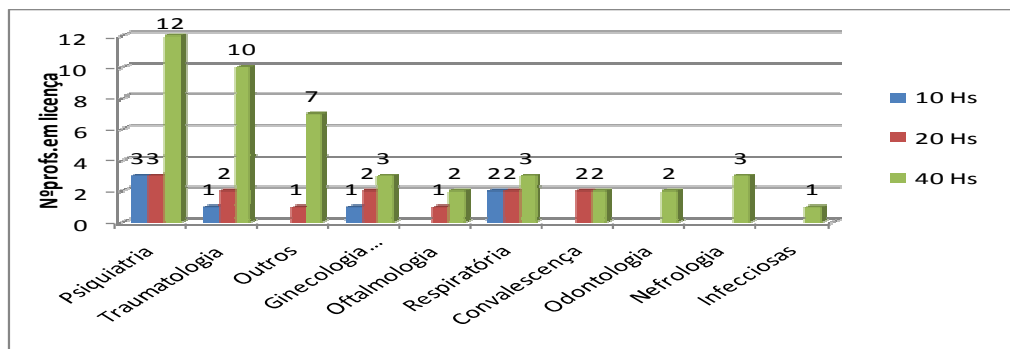


Gráfico 19: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por carga horária no período letivo de 2004.

Fonte: Dados coletados pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

No Gráfico 19, os diagnósticos das licenças médicas apontaram dados elevado de afastamentos para professores que estão vinculados ou prestam serviços com uma carga horária de 40 horas, principalmente, nas patologias psiquiátricas, traumatológicas, e pessoas em contato com os serviços de saúde em outras circunstâncias (outros). A prevalência nestas três patologias perfizeram um total de 29 afastamentos, correspondendo a (46,03%) de todas as licenças. Diferentemente do ano letivo de 2003, evidenciaram-se afastamentos dos professores que atuam na carga horária de 10 horas e 20 horas.

4.2.5 Licenças por Contrato de Trabalho

O gráfico 20 demonstra as licenças dos professores e seus respectivos contratos de trabalho.

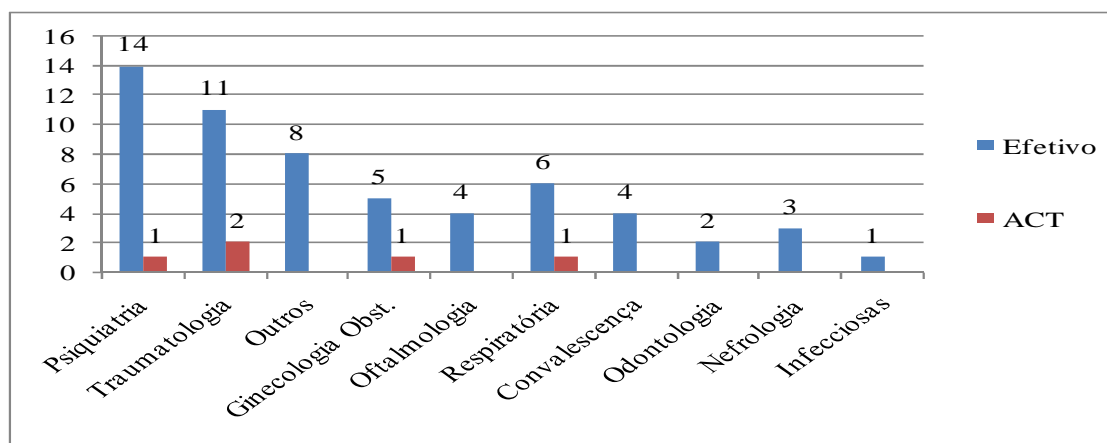


Gráfico 20: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por contrato de trabalho no período letivo de 2004.

Fonte: Dados coletados pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

O Gráfico 20 sistematizou as licenças médicas relacionadas ao contrato de trabalho, onde se identificou que 58 professores efetivos e apenas 5 professores contratados em caráter

temporário afastaram-se para tratamento de saúde, sendo que, a prevalência maior foi observada nas patologias psiquiátricas e traumatológicas.

4.2.6 Idade Média dos docentes

O gráfico 21 evidencia a idade média dos professores em licença e as patologias que os afastaram de suas atividades laborativas.

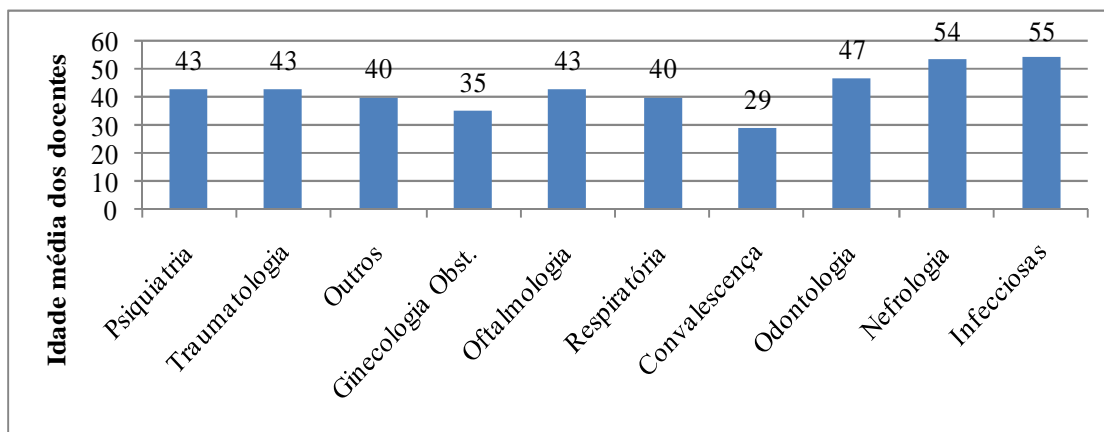


Gráfico 21: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico da idade média no período letivo de 2004.

Fonte: Dados coletados pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

O Gráfico 21 evidenciou a idade média dos professores em licença. Registrou-se variações, neste ano de 2004. Os professores que se afastaram estão em uma faixa dos 50 a 60 anos, identificou-se 55 anos nas patologias infecciosas, 54 anos nas nefrológicas e odontológicas dos 40 a 50 anos. A faixa dos 30 a 40 anos observou-se nas patologias de convalescença com 29 anos, ginecológicas, 25 anos, e respiratória com 40 anos. Em relação à média de todas as idades foi contabilizada em 43 anos para desencadeamento de sintomas das referidas doenças.

4.2.7 Duração Média das Licenças

O gráfico 22 aborda a duração média das licenças dos professores e os diagnósticos destes afastamentos laborais para tratamento de saúde.

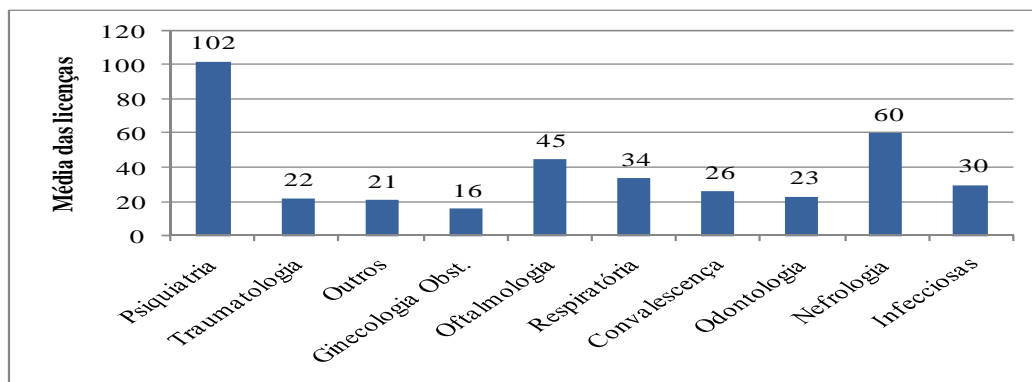


Gráfico 22: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por duração média dos afastamentos no período letivo de 2004.
 Fonte: Dados coletados pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

No que se refere à duração média das licenças dos professores, o Gráfico 22 registrou uma alta prevalência nas doenças psiquiátricas com 102 dias de afastamento, nefrologia 60 dias e oftalmologia 45 dias. As prevalências relacionadas a durações mínimas predominaram nas doenças ginecologias, com 16 dias, outros, 21 dias, e traumatológicas, com 22 dias. Destes dados, diferentemente das licenças por patologia, as doenças referentes à nefrologia e oftalmologia apresentaram os menores dados (vide gráfico 3). Os referidos dados foram fielmente traduzidos mediante a análise documental das perícias médicas.

Em relação aos 102 dias de duração da licença na patologia psiquiátrica, considerou-se os 3 anos do afastamento de um professor indicado para readaptação, ou seja, o docente fica recluso de suas atividades laborativas pedagógicas que envolvam possíveis indicadores geradores de mal-estar. Profissionais nesta situação acabam desenvolvendo atividades burocráticas em bibliotecas e secretarias como uma intervenção para auxiliar no tratamento e recuperação do bem-estar do professor. A duração média total do ano letivo de todas as licenças situou-se em 38 dias para cada afastamento de tratamento de saúde.

4.2.8 Licenças por Tempo Médio de Serviço dos Professores

O gráfico 23 demonstra as licenças dos professores com seus diagnósticos de afastamento e o seu tempo de exercício na função do magistério.

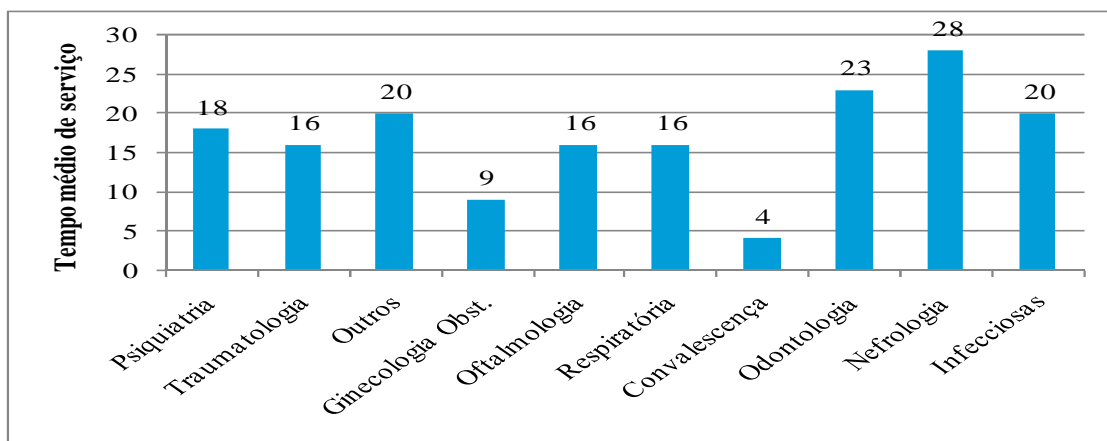


Gráfico 23: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico do tempo médio de serviço no período letivo de 2003.
 Fonte : Dados coletados pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

Como se pode visualizar no Gráfico 23, a maior prevalência do tempo médio de serviço predominou nas patologias nefrológicas com 26 anos, seguidas pelas odontológicas, 23 anos, infecciosas, 20 anos. Em contrapartida, as menores prevalências estão pontuadas em convalescença com 4 anos e ginecológicas, com 9 anos. A média geral de todas as licenças deste ano letivo contabilizou 17 anos para surgimento de patologias provocadoras de mal-estar.

4.2.9 Licenças Distribuídas por Frequência e Ausência

O gráfico 24 evidencia as prevalências dos dias, frequências e ausências dos professores para tratamento de saúde.

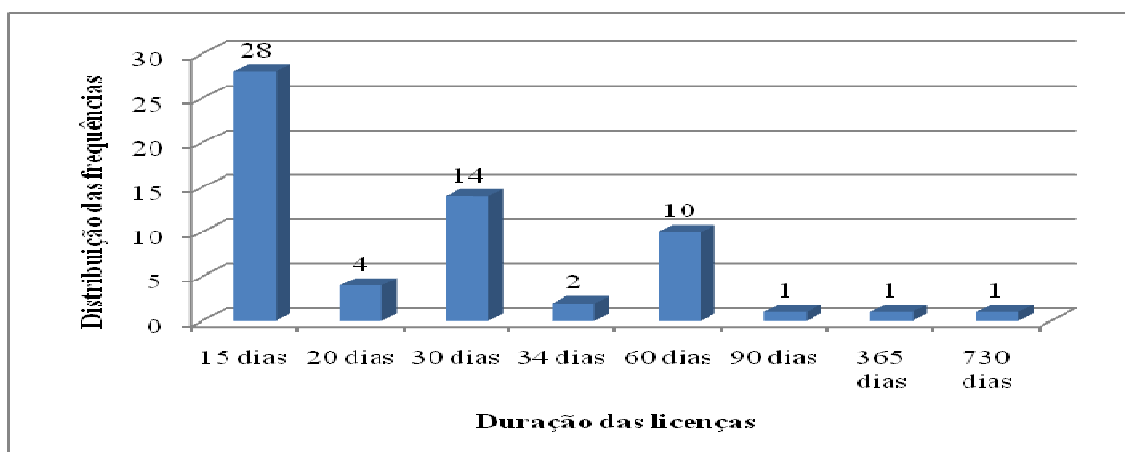


Gráfico 24: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por frequência e ausências no período letivo de 2004.
 Fonte: Dados coletados pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

Neste ano letivo de 2004, diferentemente, do ano anterior de 2003, verificou-se o tempo de afastamento mais utilizado nas licenças, com frequência de 28 casos, se refere às ausências 15 dias de duração dos professores afastados; em segundo lugar, 14 frequências de licenças de duração de até 30 dias; e no terceiro lugar, a duração de 60 dias com a frequência de 10 prevalências do total de professores acometidos por algum mal-estar.

A tabela 3 constitui uma sistematização de todos os dados contemplados nas descrições dos gráficos mensurados anteriormente, englobando todas as variáveis levantadas na pesquisa documental, com objetivo de construir o perfil do professor acometido do mal-estar docente e que recorrem às licenças para tratamento de saúde.

DOENÇA	Nº TOTAL DAS LICENÇAS	NÍVEL DE ENSINO				M	F	IDADE MÉDIA	DURAÇÃO MÉDIA LICENÇAS	CARGA HOR.				FORMAÇÃO			CONTRATO		TEMPO MÉD. SERVIÇO	TOTAL DE DIAS DE LICENÇAS
		ADM	FUND	MÉD.	FUND MÉD					10 h	20 h	30 h	40 h	M	G	P	EF E	A C T		
1. PSIQUIL.	15	1	6	-	8	3	12	43	102	-	3	-	12	-	5	10	14	1	18	1,425
2. TRAUM.	13	-	8	-	5	2	11	43	22	1	2	-	10	-	4	9	11	2	16	290
3. OUTROS	8	2	4	-	2	1	7	40	21	-	1	-	7	-	2	6	8	-	20	145
4. GINE. OB	6	-	6	-	-	-	6	35	16	1	2	-	3	-	3	3	5	1	9	95
5. OFTAL.	4	-	4	-	-	-	4	43	45	-	1	-	3	2	2	-	4	-	16	180
6. RESP.	7	2	3	2	-	1	6	40	34	2	2	-	3	2	2	3	6	1	16	240
7. CONV.	4	-	4	-	-	-	4	29	26	-	2	-	2	-	4	-	4	-	4	105
8. ODONT.	2	-	1	-	1	-	2	47	23	-	-	-	2	-	1	1	2	-	23	45
9. NEFR O..	3	-	2	1	-	2	1	54	60	-	-	-	3	1	-	2	3	-	26	180
10. INFECC	1	-	-	-	1	1	-	55	30	-	-	-	1	-	1	-	1	-	20	90
TOTAL	63	5	38	3	17	10	53	43	38	4	13	-	46	5	24	34	58	5	17	2.795

Tabela 2: Estatística anual de licenças dos docentes do período letivo de 2004.

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitibaanos

A tabela 2 sistematizou o perfil do profissional afastado para tratamento de saúde no de 2004; os dados coletados e avaliados nos permitem caracterizá-lo como: a) doenças/patologias; b) formação; c) tempo de serviço; d) carga horária; e) nível de ensino; f) sexo; g) idade; h) contrato de trabalho; i) tempo na função; estatística do ano letivo de 2004 dos docentes, conforme levantamento documental, o qual representa as variáveis que constitui o perfil do professor acometido de algum mal-estar. O total de licenças identificadas foi de 63 afastamentos, no entanto, o número de professores foi de 61, os quais utilizaram às mesmas licenças, mas com patologias diferenciadas; ou seja, alguns professores adoeceram de depressão e dor lombar, mediante o CID – 10 são classificadas distintamente as patologias,

cada uma com seu código, entretanto, consta no mesmo laudo ou atestado de afastamento laborativo. Neste caso, a soma da duração média e total de dias de licenças foi contabilizada somente numa licença, mas somada na prevalência de patologias, pois, o objetivo deste estudo se referiu às patologias que afastam o professor do seu local de trabalho.

Os dados deste ano letivo evidenciaram como etiologia das licenças mais expressivas as relacionadas a diagnósticos da psiquiatria, traumatologia e os com pessoas em contato com os serviços de saúde em outras circunstâncias (outros), nesta ordem. Entre os três diagnósticos somou-se o número de dias de licenças representado por 66,54 % do total de dias contabilizados que correspondeu a 2.795 dias.

As doenças identificadas neste ano letivo de 2004 foram as seguinte: psiquiátricas (23,80%), traumatológicas (12,63%) e as com pessoas em contato com os serviços de saúde em outras circunstâncias (outros) com (12,70%), do total do número de licenças.

O quadro mostra a prevalência quanto ao nível de ensino de acordo com as licenças utilizadas pelos professores perfazendo 38 (60,32%) licenças no Ensino Fundamental, 17(26,98%) no Ensino Fundamental e Médio, 5 (7,93%) licenças no corpo administrativo e somente 4 (6,34%) no Ensino Médio. Diante deste cenário, pode-se destacar que a sobrecarga de trabalho em ambientes que propiciam riscos a saúde, a carga horária de 40 horas com representação de (73,01%) das licenças indica o desempenho da função docente em diferentes turmas, turnos, horários, organização de diversas atividades e etc.; são fatores geradores do mal-estar docente.

A duração média das licenças, deste ano letivo, ficou em 38 dias, mediante o número de licenças de cada patologia, entretanto, o número para cada professor de acordo com o total de dias 2.795 de licenças, indica 46 dias para tratamento de saúde, ou dias perdidos conforme termo utilizado por Zaragoza (1999 *apud* ESTEVE 1999).

4.3 DADOS ESTATÍSTICOS DO ANO LETIVO DE 2005

No ano de 2005, a GERED de Curitiba comportava em seu quadro funcional administrativo um total 636 professores, sendo 528 (83,02%) de professoras e 108 (16,98%) de professores, dos quais 49 (7,70%) utilizaram afastamentos para tratamento de saúde, perfazendo 52 licenças oficiais.

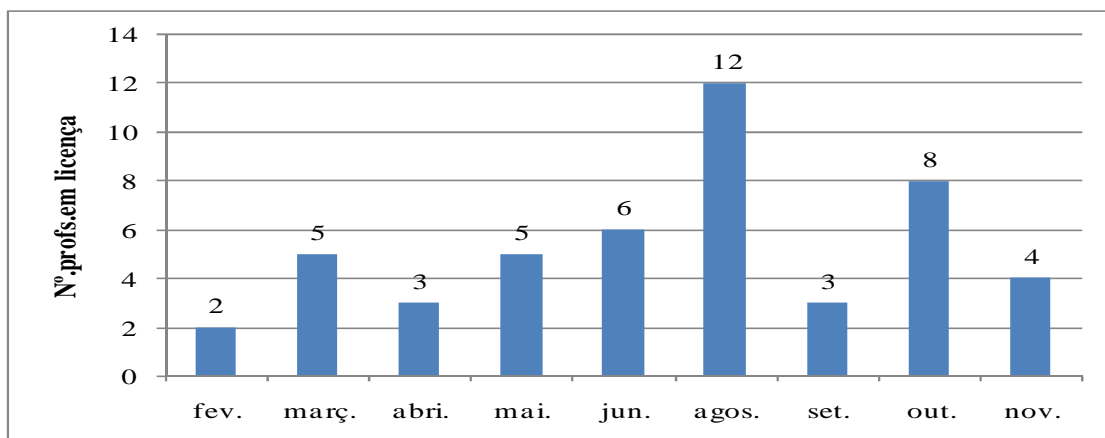


Gráfico 25: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, período letivo de 2005.

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba

O Gráfico 25 evidenciou que o mês de agosto foi o que houve um maior número de solicitações de 12 licenças, outubro 8, março e junho 6 ausências. Diferentemente, do ano anterior de 2004 que apresentou picos nos meses de setembro e novembro. Neste período de 2005, identificou-se certa linearidade nas licenças, evidenciando uma alteração significativa no mês agosto, o qual chama a atenção, pois segundo nosso calendário seria o retorno das férias de inverno. As prevalências mínimas foram verificadas e demonstradas nos meses de fevereiro, 2 licenças, seguida pelos meses de abril e setembro com 3 e novembro com 4 ausências.

O total de licenças deste período letivo somou 52 prevalências, porém o número de professores acometidos equivale a 49. Isto significa que um mesmo professor pode ter sido afastado mais de uma vez ou apresentado mais de uma patologia no laudo pericial.

No gráfico 26, apresentado na sequência, complementa os dados do perfil dos docentes e enfoca as patologias e o total de afastamentos.

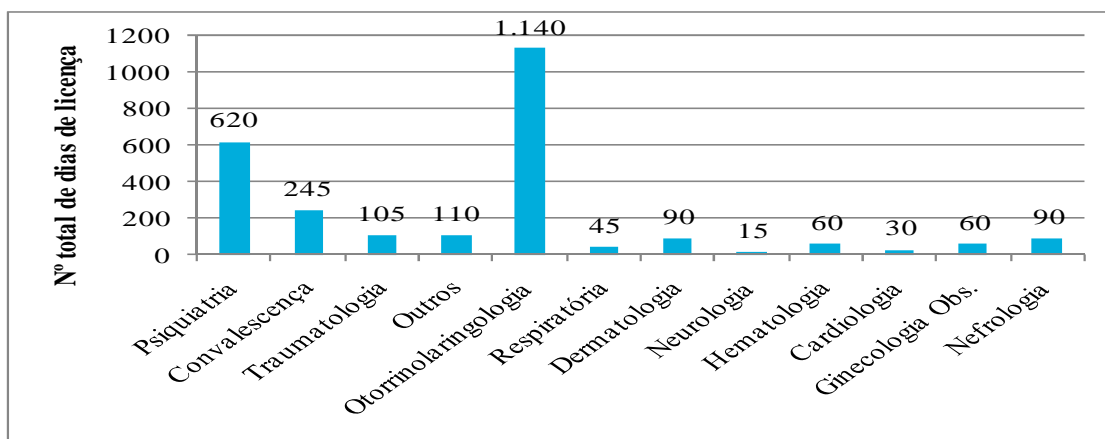


Gráfico 26: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico e total de dias no período letivo de 2005.

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba

Como se pode visualizar no Gráfico 26, evidenciou-se que dos 1.140 dias das licenças, nas patologias relacionadas à otorrinolaringologia foram as que mais consistiram motivo de afastamento; na sequência 620 nas psiquiátricas e 245 dias nas de convalescências. A prevalência máxima de dias na patologia otorrinolaringológica está relacionada a um diagnóstico de neoplasia maligna na região da boca, mais, especificamente na língua. É importante destacar a gravidade dessa patologia que integra um o órgão que apresenta um instrumento de trabalho do docente, a referida licença colocou o professor em readaptação até 2009, entretanto, esta alternativa não impede que os professores nesta posição de readaptação não utilizem licenças para tratamento de saúde.

Quanto ao menor tempo de afastamento, verificaram-se nas doenças neurológicas 15 dias, respiratória 45 dias e cardiológicas 30 dias. Estas patologias, mesmo que com dados mínimos, merecem a atenção devida, pois também afastam o docente de suas atividades laborativas.

Na sequência o gráfico 27, apresenta o número de licenças utilizadas pelos professores e suas respectivas patologias.

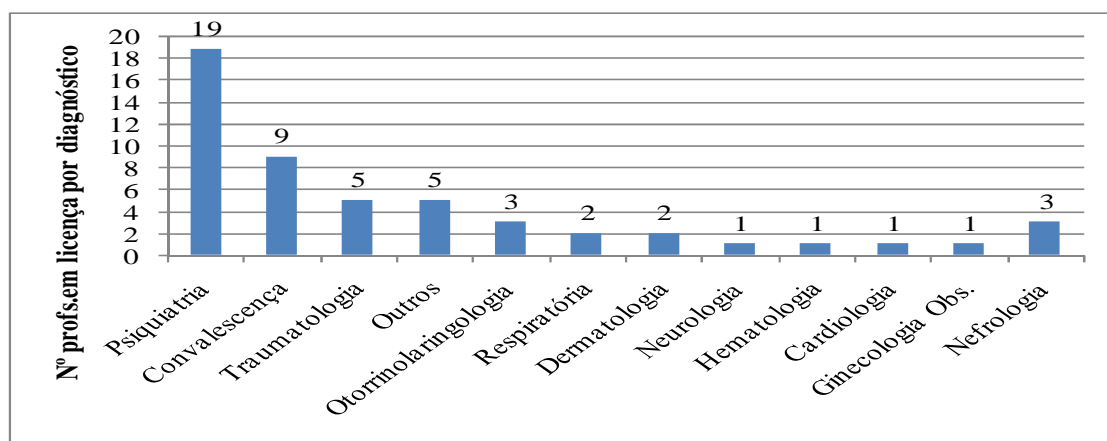


Gráfico 27: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico e número de patologias no período letivo de 2005.

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba

Dentre as patologias observadas, houve predominância das prevalências de doenças psiquiátricas (19 casos), convalescência (9 casos) e traumatológicas (5 casos). As afecções relacionadas à psiquiatria foram: transtornos ansiosos, episódios depressivos, psicose não orgânica, transtorno depressivo recorrente, depressão atípica e entre outros; nas patologias que exigiram dias de convalescência destacaram-se doenças como depressão que requer longos períodos para recuperação; os casos de neoplasia maligna do aparelho reprodutor feminino também são afecções com restabelecimento demorado, devido à agressividade do tratamento;

nas licenças de traumatologia surgiram doenças como lesões e luxações nas articulações, dor lombar, lesões no ombro e mãos, artrite reumática e ritmo de trabalho penoso.

Dentre as doenças com menor expressividade, contudo com quadros gravíssimos, estão relacionadas às patologias de hematologia com casos de leucemia; nas doenças dermatológicas houve prevalência de lúpus e, nas doenças ORL, casos de distúrbios de voz.

4.3.1 Licenças por Nível de Ensino

O gráfico 28 aborda as licenças dos professores de acordo com nível de ensino exercido pelos mesmos.

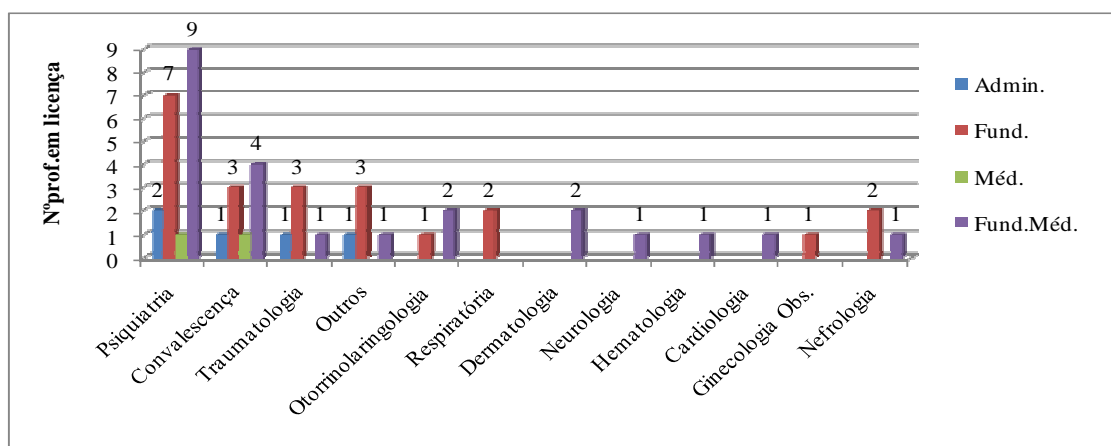


Gráfico 28: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por nível de ensino no período letivo de 2005.

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba

Quanto à atuação dos profissionais, em diferentes níveis de ensino, nos possibilita a verificação da predominância de licenças para tratamento de saúde nos ensinos Fundamental/Médio contabilizando 23 casos; os docentes do Ensino Fundamental apresentaram uma com ligeira diferença inferior e evidenciaram 22 licenças; os profissionais que atuam na área administrativa, com 5 licenças e no Ensino Médio com 2 casos de licenças. Os dados mais significativos se relacionam as patologias psiquiátricas, convalescença e traumatológicas.

4.3.2 Licenças por Sexo

O gráfico 29 evidencia os dados relacionados ao sexo dos docentes que utilizaram as licenças para tratamento de saúde.

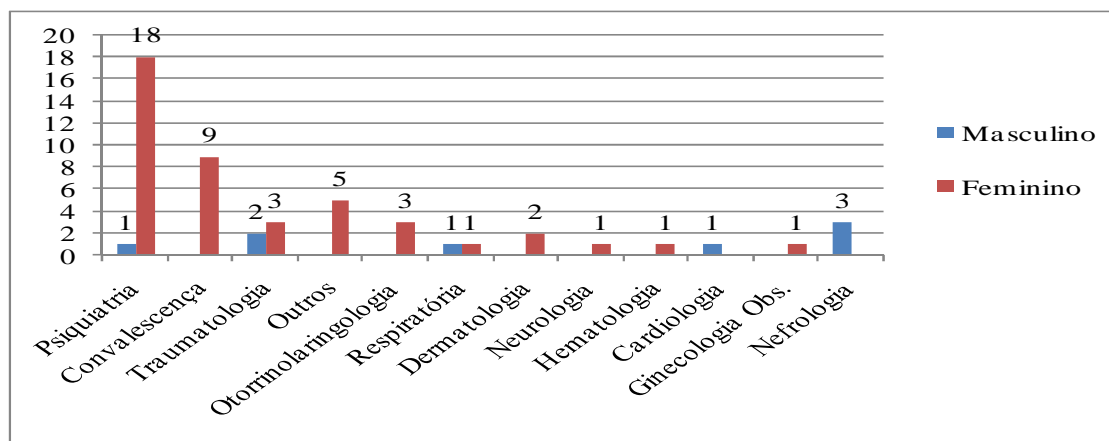


Gráfico 29: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por sexo no período letivo de 2005.

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba

Conforme se pode observar no Gráfico 29, dentre a população pesquisada destacou-se a predominância do sexo feminino com 44 licenças (84,61%) em relação ao sexo masculino, 8 licenças (15,38%), sendo que a prevalência de casos do sexo feminino encontra-se na patologia psiquiátrica, convalescença e pessoas em contato com os serviços de saúde em outras circunstâncias (outros). Já no sexo masculino, a predominância se refere às patologias de traumatologia e nefrologia.

4.3.3 Licenças por Formação

No gráfico 30, encontram-se disponibilizadas as licenças dos professores e suas respectivas formações.

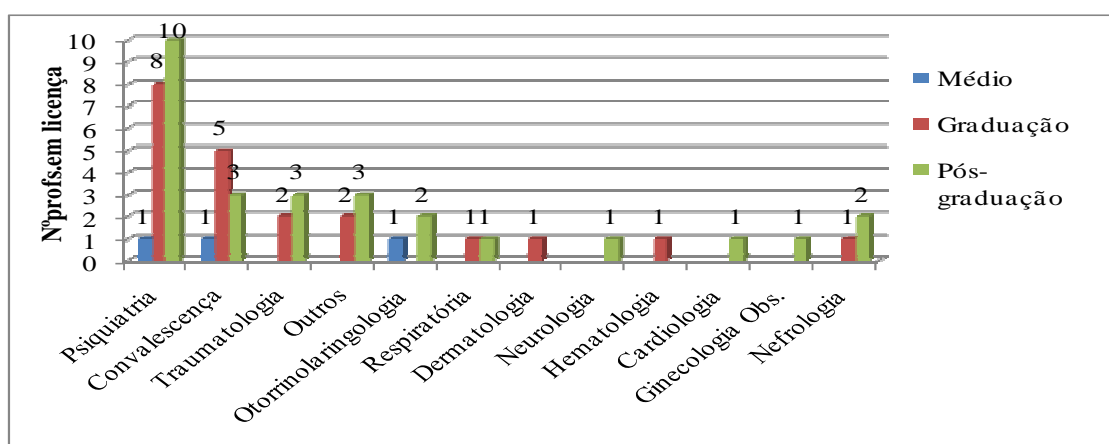


Gráfico 30: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental, Médio e Administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por formação no período letivo de 2005.

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

O Gráfico 30 salienta a predominância das licenças para tratamento de saúde dos professores com formação em pós-graduação, situa-se com 24 (46,15%), graduação 22

(42,30%) e 12 (7,69%) com Ensino Médio. Os números mais significativos concentram-se nas licenças vinculadas às patologias de psiquiatria, convalescença e traumatologia.

4.3.4 Licenças por Carga Horária

No gráfico 31, evidenciam-se as licenças distribuídas pela carga horária trabalhada pelos professores.

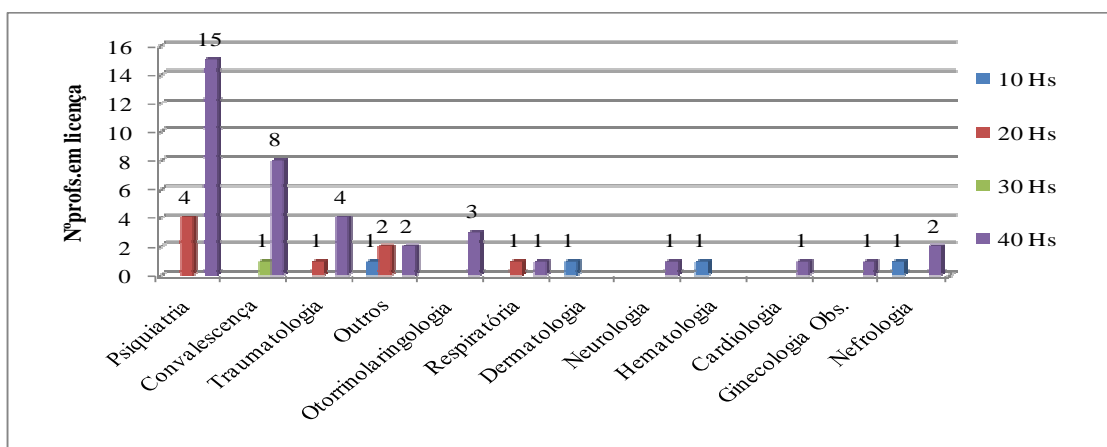


Gráfico 31: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental, Médio e Administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por carga horária no período letivo de 2005.

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba

De acordo com a análise dos dados coletados, o gráfico 31 apresenta a carga horária semanal em que se identificou a maior prevalência de ausências do docente de seu trabalho, encontra-se nas 40 horas (73,07%); seguida dos que atuam 20 horas (15,38%). Ao relacionar esta variável com o nível de ensino, confirma-se a predominância do excesso de carga de trabalho, fator desencadeador de sintomas do mal-estar. Ainda, verificou-se que os dados mais significativos estão relacionados às patologias psiquiátricas, convalescença e traumatologia dentre os docentes que ministram aulas no período de 40 horas semanais.

4.3.5 Licenças por Contrato de Trabalho

No gráfico 32, encontram-se dispostas as licenças e os referidos vínculos de trabalho dos docentes.

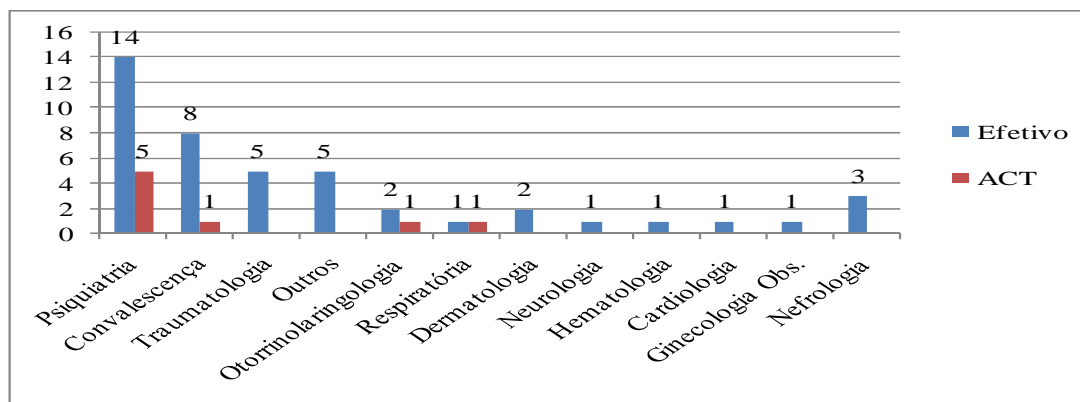


Gráfico 32: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental, Médio e Administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por contrato de trabalho no período letivo de 2005.

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

Os dados que compõe o Gráfico 32 evidenciam a predominância dos professores concursados de caráter efetivo com 44 licenças (84,61%) sobre os contratos de regime temporário com 8 licenças (15,38%), com maior evidência nas patologias psiquiátricas, convalescença e traumatologia.

4.3.6 Licenças da Idade Média dos Docentes

O gráfico 33 evidencia a idade média dos professores que retiraram licenças para tratamento de saúde.

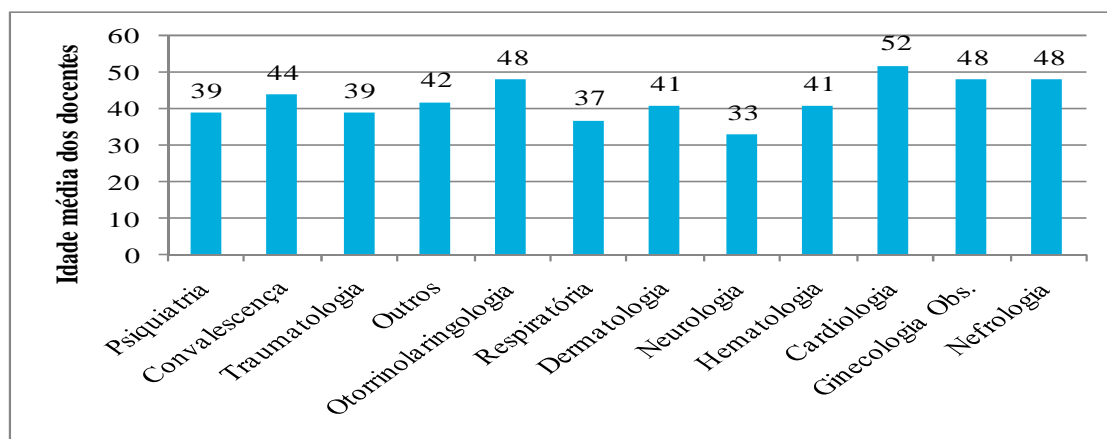


Gráfico 33: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental, Médio e Administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico da idade média dos docentes no período letivo de 2005.

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

O Gráfico 33 salienta que em relação à idade, a média de idade dos profissionais que se afastam para tratamento de saúde é de 52 anos, e a idade mínima em torno de 33 anos. Em relação à idade média geral expressada em todas as patologias encontra-se em 44 anos, denotando uma ligeira queda de 8 pontos entre a idade máxima e a geral de todas as licenças.

4.3.7 Duração Média das Licenças

No gráfico 34, encontram-se disponibilizados os indicadores referentes às licenças dos professores e o seu respectivo tempo médio de duração.

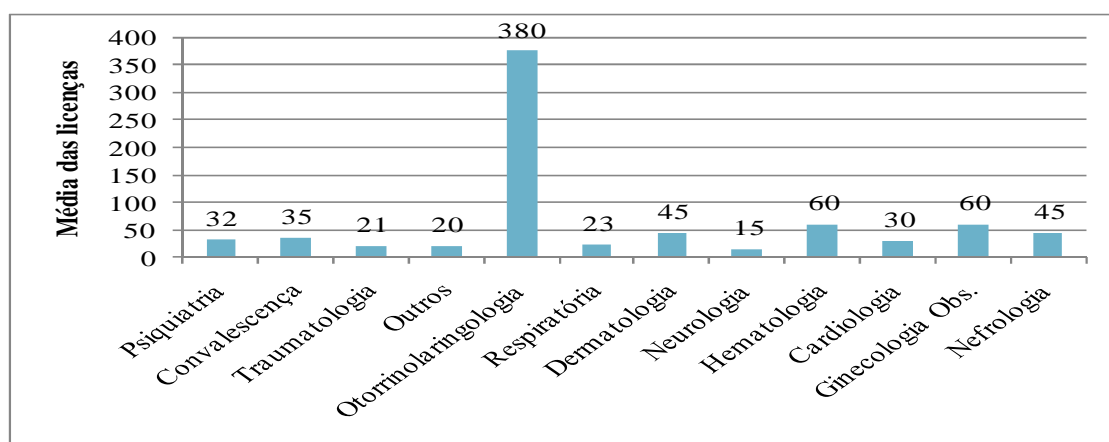


Gráfico 34: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental, Médio e Administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico da duração média dos afastamentos no período letivo de 2005.

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

Observou-se, segundo o Gráfico 34, que houve maior duração das licenças na patologia ORL com 380 dias, seguida pela ginecologia e hematologia com 60 dias. Os menores dados de duração encontram-se nas doenças neurológicas (15 dias); pessoas em contato com os serviços de saúde em outras circunstâncias (outros) 20 dias e 21 dias nas aceções traumatológicas. Os dados mais significativos foram evidenciados nas patologias de ORL com apenas três licenças (vide Gráfico 3), mas com duração longa, devido à manifestação de neoplasias maligna abordadas anteriormente.

4.3.8 Licenças por Tempo de Serviço dos Professores

No gráfico 35, situam-se as licenças para tratamento de saúde distribuídas por tempo de serviço dos professores.

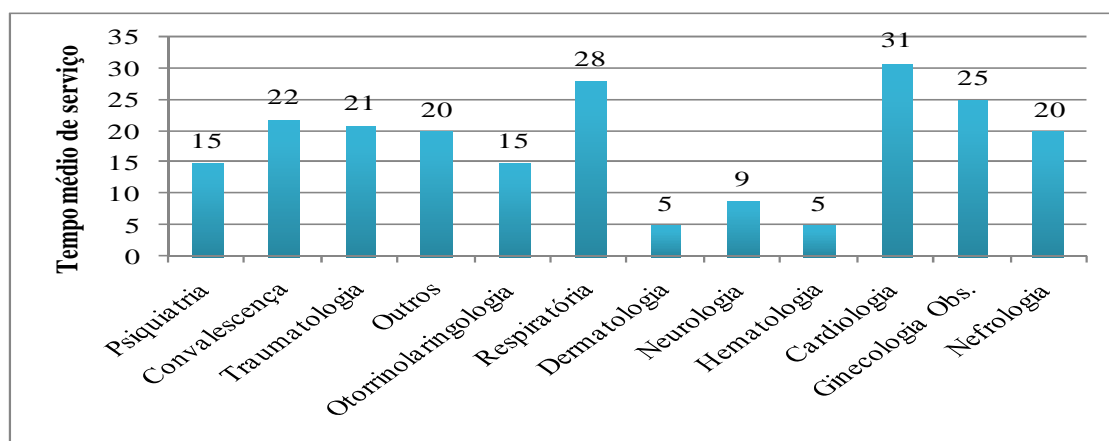


Gráfico 35: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental, Médio e Administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico do tempo médio de serviço docente no período letivo de 2005.

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

Segundo o Gráfico 35, ficou evidente o dado correspondente tempo médio de serviço em que se verificaram afastamentos para tratamento de saúde; pode-se destacar: as doenças na patologia de cardiologia com 31 anos, seguida pela ginecológica com 25 anos e convalescença 22 anos. Observou-se que as patologias com anos inferiores situam-se na dermatologia 5 anos, hematologia 5 anos e neurológica 9 anos. No caso da hematologia, são casos menores, mas com prevalência de doenças relacionadas à neoplasia maligna; nos casos relacionados à neurologia verificou-se casos de cefaléia constantes e recorrentes.

4.3.9 Licenças Distribuídas por Frequência e Ausência

No gráfico 36, encontram-se distribuídas as licenças em frequências e ausências (dias) para tratamento de saúde.

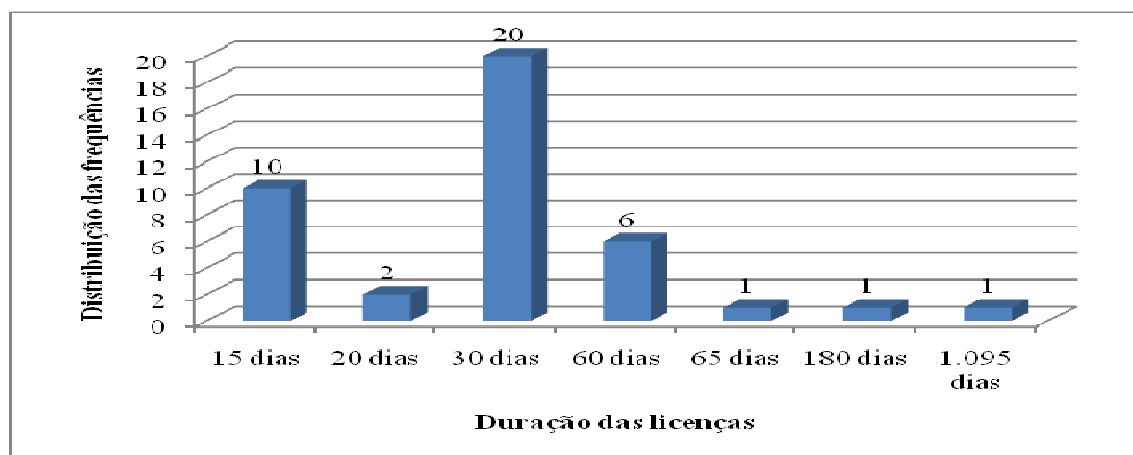


Gráfico 36: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental, Médio e Administrativo da GERED de Curitiba, por frequência e ausências no período letivo de 2005.

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

Neste ano letivo de 2005, diferentemente, do ano anterior de 2004, verificou-se o tempo de afastamento mais utilizado nas licenças, com frequência de 20 casos, referem-se às ausências 30 dias de duração; em segundo lugar, 10 prevalência de licenças de duração de até 15 dias ; e no terceiro lugar, a duração de 60 dias com a frequência de 6 prevalências do total de professores acometidos por algum mal-estar.

Além destes números mais expressivos, vale ressaltar, sobre as licenças com representatividade mínima na frequência, mas com duração de ausência de 1.095 dias de afastamento das atividades pedagógicas, conforme diagnóstico de neoplasia maligna na patologia Otorrinolaringologia.

A tabela 3 constitui uma sistematização de todos os dados contemplados nas descrições dos gráficos mensurados anteriormente, englobando todas as variáveis levantadas na pesquisa documental, com objetivo de construir o perfil do professor acometido do mal-estar docente e que recorrem às licenças para tratamento de saúde.

DOENÇA	Nº TOTAL DAS LICENÇAS	NIVEL DE ENSINO				M	F	IDADE MÉDIA	DURAÇÃO MÉDIA LICENÇAS	CARGA HOR.				FORMAÇÃO			CONTRATO		TEMPO MÉD.S ERVIÇO	TOTAL DE DIAS DE LICENÇAS
		A D M	F U N D	M É D	F U N D M É D					10h	20 h	3 0 h	40 h	M	G	P	E F E	A C T		
1. PSIQUI.	19	2	7	1	9	1	18	39	32	-	4	-	15	1	8	10	14	5	15	620
2.CONVAL.	9	1	3	1	4	-	9	44	35	-	-	1	8	1	5	3	8	1	22	245
3.TRAUM.	5	1	3	-	1	2	3	39	21	-	1	-	4	-	2	3	5	-	21	105
4.OUTROS	5	1	3	-	1	-	5	42	20	1	2	-	2	-	2	3	5	-	20	110
5.ORL	3	-	1	-	2	-	3	48	380	-	-	-	3	1	-	2	2	1	15	1.140
456.RESP.	2	-	2	-	-	1	1	37	23	-	1	-	1	-	1	1	1	1	26	45
7.DERMA	2	-	-	-	2	-	2	41	45	2	-	-	-	-	2	-	2	-	5	90
8.NEURO	1	-	-	-	1	-	1	33	15	-	1	-	1	-	-	1	1	-	9	15
9.HEMAT	1	-	-	-	1	-	1	41	60	1	-	-	-	-	1	-	1	-	5	60
10.CARDIO.	1	-	-	-	1	1	-	52	30	-	-	-	1	1	-	-	1	-	31	30
11.GENIC	1	-	1	-	-	-	1	48	60	-	-	-	1	-	-	1	1	-	25	60
12.NEFR O.	3	-	2	-	1	3	-	48	45	1	-	-	2	-	1	2	3	-	20	90
TOTAL	52	5	22	2	23	8	44	44	64	5	8	1	38	4	22	26	44	8	20	2.610

Tabela 3: Estatística anual de licenças dos docentes no período letivo de 2005

Fonte: Pesquisa realizada por Janete Ap. Rodrigues na elaboração de dissertação para obtenção do título de Mestre em Educação pela UNOESC – Joaçaba, 2008.

A tabela 3 sistematiza a estatística do ano letivo de 2005, de acordo com o levantamento documental, composta pelas variáveis que constituem o perfil do professor acometido de algum tipo de mal-estar. Foi identificado um total de 52 afastamentos, no entanto, o número de professores que utilizaram as licenças foi de 49.

Os dados mais significativos deste ano letivo indicam que a etiologia das licenças mais expressivas estão relacionadas aos diagnósticos de psiquiatria, convalescença e traumatologia, nesta ordem. Entre os três diagnósticos, somou-se um número de dias de licenças representado por (37,16 %) do total de dias de licenças contabilizadas que correspondeu a 2.610 dias.

As doenças significativas, neste ano letivo de 2005, estão representadas nas acepções psiquiátricas (36,54%), convalescença (17,30%) e traumatologia com (9,61%) do total do número de licenças. Entretanto, quanto ao total de dias de licenças, outras patologias identificadas com uma frequência baixa, porém expressaram duração longa nas doenças

relacionadas à ORL com 1.140 dias e representatividade de (43,68%) do total de dias, ressaltamos que listamos o total de licenças de acordo com o objetivo da pesquisa.

A tabela 4, ainda, mostra a distribuição da prevalência da ocorrência do nível de ensino conforme as licenças utilizadas pelos professores, onde totalizaram 23 licenças nos ensinos Fundamental e Médio; 22 nos ensinos Fundamental e Médio, 5 licenças de profissionais que atuam em funções administrativas e somente 4 no Médio. Verificou-se uma porcentagem (44,23%) dos professores que atuam nos ensinos Médio e Fundamental; no Ensino Fundamental com (42,30%). A diferença entre os dois níveis ensinos foi de (1,93%), considerado um prevalência pequena na diferença dos profissionais que lecionam nestes níveis . A correlação desse resultado com as variáveis da carga horária (40h) com representação de (73,08%) das licenças, pode ser considerado implicativo a predisposição ao adoecimento, devido o ritmo intenso e longas jornadas de trabalho dos professores

Quanto à idade, a média contabilizada de todas as licenças foi de 44 anos, com variações de 33 a 52 anos. Em relação ao tempo de efetivo exercício do magistério a média foi de 20 anos e a duração média das licenças apresentou 64 dias, levando-se em conta que a patologia ORL indicou 380 dias em média de duração das licenças devido às doenças de neoplasias acima citada.

Vale comentar que quanto à variação do tempo de função no magistério os professores em licenças apresentaram uma variação que compreende de 5 a 31 anos. O tempo inferior de 5 anos reflete a estabilização, consolidação de um repertório pedagógico; quanto ao tempo superior de 31 anos predispõe uma fase de serenidade, distanciamento e conservação afetiva pelo professor (NÓVOA, 1995).

4.4 DADOS ESTATÍSTICOS DO ANO LETIVO DE 2006

No ano de 2006, a GERED de Curitiba comportava em seu quadro administrativo 492 professores, sendo 409 (83,13%) professoras e 83 (16,86%) professores, dos quais 89 (18,09%) utilizaram licenças para tratamento de saúde, perfazendo um total de 103 licenças oficiais.

No gráfico 37, encontram-se disponibilizadas as licenças utilizadas para tratamento de saúde pelos professores nos meses do ano letivo de 2006.

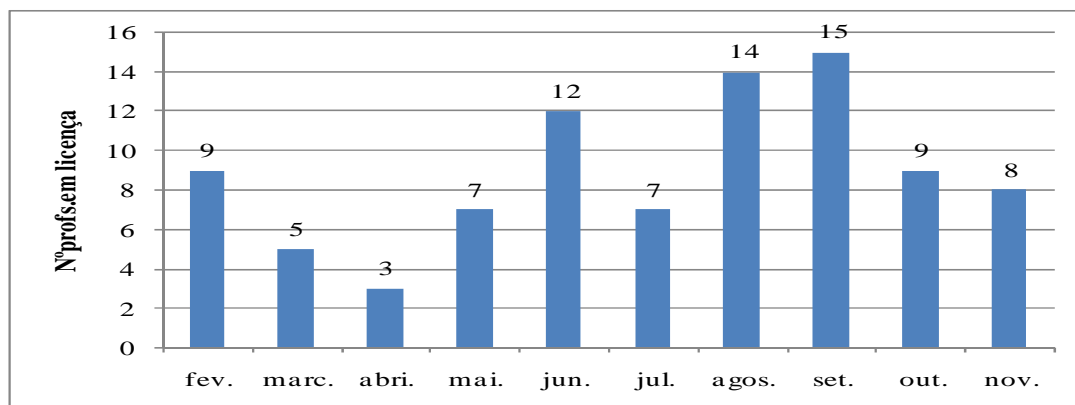


Gráfico 37: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, período letivo de 2006.

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

O Gráfico 37 está relacionado com os dados das licenças durante os meses do ano de 2006, onde os meses de junho, agosto e setembro apresentam maiores números de afastamento perfazendo um total de 34 licenças. Estes dados coincidem com término do primeiro semestre, o início e meados do segundo semestre do ano letivo, pode-se aferir uma acumulação da carga de trabalho das atividades laborativas educacionais, bem como, a propensão destes sujeitos somatizarem seus conflitos psíquicos, considerando as variáveis subjetivas e do próprio ambiente de trabalho apresentadas de vários níveis, isto é, consequências do mal-estar que afetam a saúde física e psíquica do professor e pode levar ao absenteísmo laboral, depreciação do ego, crise de identidade, reações neuróticas e depressões.

O gráfico 38 apresentado na sequência, refere-se aos diagnósticos e o total de dias de licenças neste período letivo.

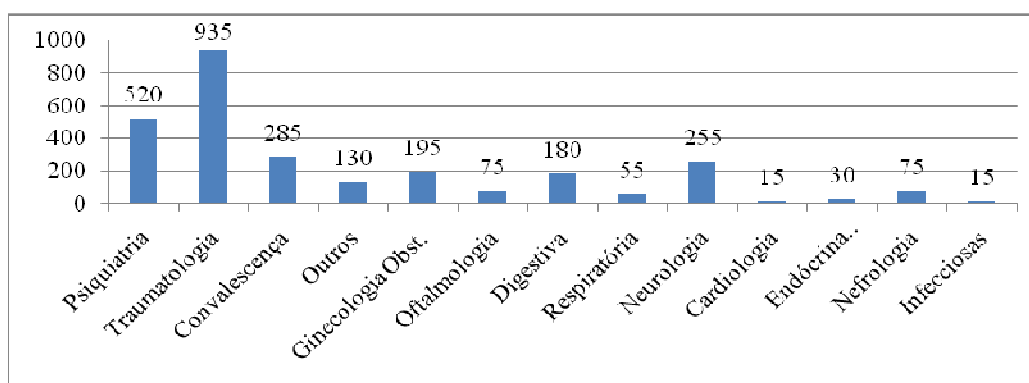


Gráfico 38: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico e total de dias no período letivo de 2006.

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

No Gráfico da figura 38, as cifras significativas apresentam um total 935 dias de afastamento na patologia de traumatologia, relaciona-se com uma licença de um ano de duração, prescrita a um professor remanejado de suas atividades pedagógicas, ou seja, no

laudo de afastamento foi recomendado outro exercício no âmbito escolar que não tenha envolvimento com crianças. Mediante esta prescrição médica clínica, os profissionais afastados realizam atividades burocráticas; atualmente utilizam o termo readaptação para essa nova função, tentando prevenir a integridade física e, principalmente, mental destes profissionais, pois o bloqueio desta relação sujeito/instituição pode determinar o mal-estar. Segundo Dejours (1992), o resultado para o indivíduo pode ser apenas uma situação de stress, ou se agravar e atingir níveis de neurose profissional, ou seja, patologias graves e instaladas, diretamente ligadas às condições profissionais dos sujeitos, o qual o stress fica um conceito insuficiente para explicar essa situação.

O gráfico 39 evidencia os diagnósticos e o número de prevalências de cada patologia pelos professores para tratamento de saúde.

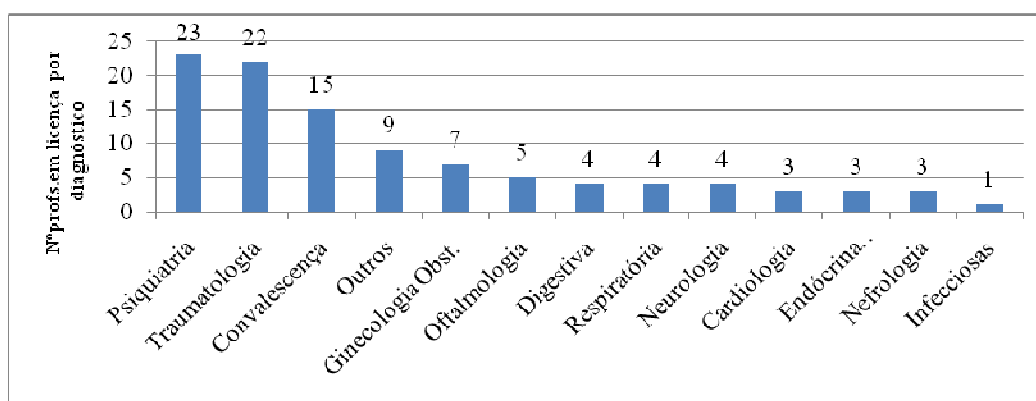


Gráfico 39: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por número de patologia no período letivo de 2006.

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

O Gráfico 39 configura a quantidade anual de cada licença, onde as doenças psiquiátricas apresentam valores mais significativos com 23 licenças, traumatologia 22 e convalescença com 15. Os principais motivos diagnosticados pelo perito médico mediante os atestados foram: Traumatologia: dor lombar, bursite, lesões no ombro, luxações e distensão articular, dor nas costas; Psiquiátricas: transtornos de humor, depressão, psicose não orgânica, transtorno do pânico, demência, reações ao stress grave e transtorno de adaptação; Convalescença: são dias de licenças referentes à recuperação cirúrgica como: cirurgia de braço, perna, ginecológica, e recuperação do tratamento quimioterapia e radioterapia devido a neoplasias maligna, entre outras.

4.4.1 Licenças por Nível de Ensino

O gráfico 40 apresenta os diagnósticos das licenças por nível de ensino trabalhado pelos professores.

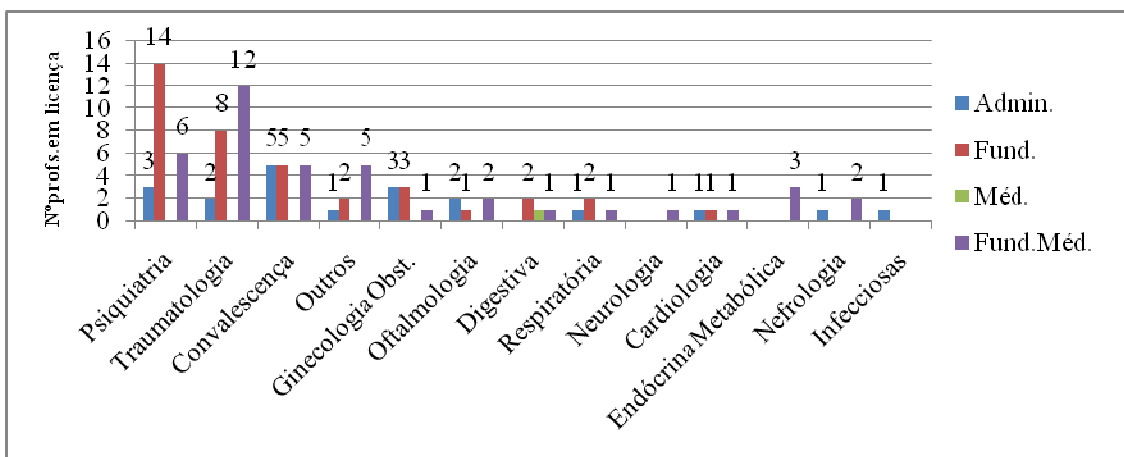


Gráfico 40: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por nível de ensino no período letivo de 2006.

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

O Gráfico 40 evidencia que a prevalência de afastamentos recaiu sobre os professores que lecionam nesta ordem: ensinos Fundamental e Médio, com 42 licenças, Fundamental, 39 licenças, pessoal administrativo composto por direção, técnico administrativo, secretária escolar, orientadora escolar, com 21 licenças e, por último, os do Ensino Médio com uma licença apenas. Correlacionando estes dados à carga horária de 40 horas trabalhadas pelos docentes, acrescenta-se ainda, a diversidade de turmas dos ensinos Fundamental e Médio conforme Gráficos 6 e 9. De acordo com Esteve (1999), a sobrecarga quantitativa de trabalho é um dos elementos significativos de propensão ao estresse, considerada um diagnóstico de mal-estar docente.

4.4.2 Licenças por Sexo

O gráfico 41 apresenta as licenças por diagnóstico distribuídas por sexo dos professores.

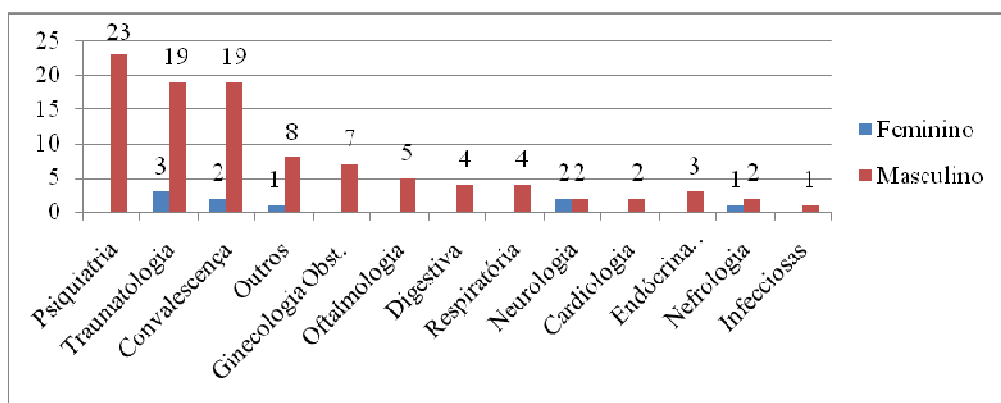


Gráfico 41: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por sexo no período letivo de 2006.

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

Os dados apresentados no Gráfico 41 indicam que a maioria desta amostra da docentes eram do sexo feminino, manifestada em todas as patologias referentes às licenças. Estas, igualmente, expressam os principais riscos à saúde, não somente no excesso de carga de trabalho, mas com as várias funções que a professora deste gênero tende a exercer fora das atividades escolares, onde acabam exercendo dupla e tripla jornada de trabalho. Neste mesmo gráfico, aparece a patologia traumatologia com maior expressão no sexo masculino e os diagnósticos mais frequentes foram: dores nas costas e lesões nos braços e mãos.

4.4.3 Licenças por Formação

No gráfico 42, encontram-se disponibilizados os dados referentes aos diagnósticos das licenças por formação dos docentes.

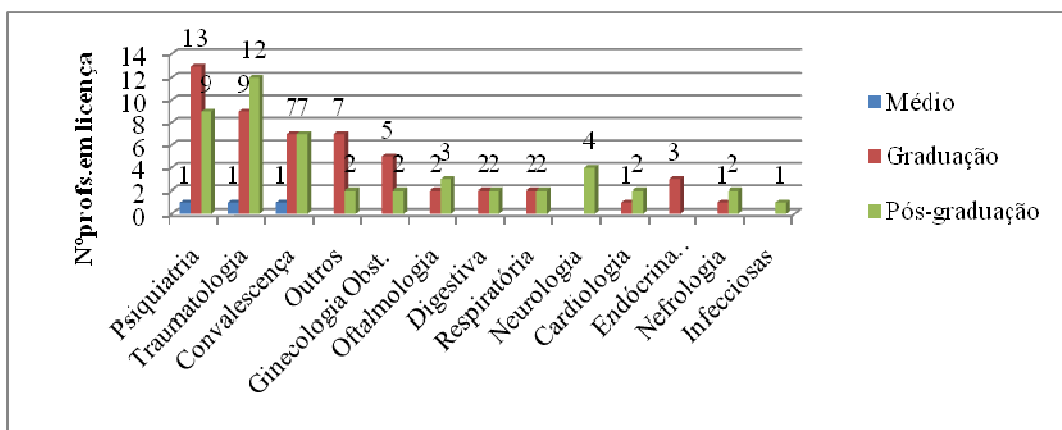


Gráfico 42: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por formação no período letivo de 2006.

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

Os dados do Gráfico 42 evidenciam a relação das patologias com a formação docente, onde se evidenciou a maior predominância de graduados e uma ligeira diferença dos professores que possuem pós-graduação, inclui-se neste nível pós-graduação 1 docente que possui mestrado. Após a contabilização dos dados, verificou-se que 97,06 % dos docentes são qualificados, ficando bem acima da média regional e nacional, conforme referência de Codo (1999). Esta situação deve-se às recentes políticas educacionais para formação docente, pois o foco está direcionado aos cursos de licenciatura, principalmente, a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº 9.394/96).

4.4.4 Licenças por Carga Horária

O gráfico 43 demonstra os diagnósticos das licenças distribuídas pela carga horária exercidos pelos professores.

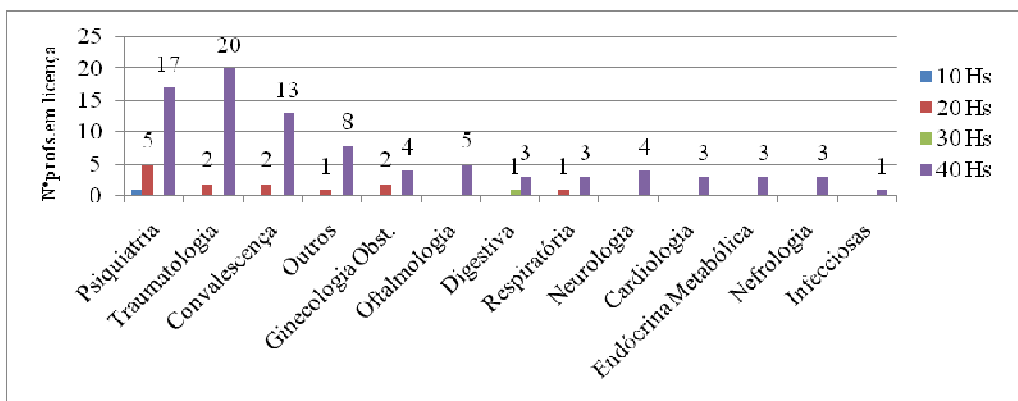


Gráfico 43: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por carga horária no período letivo de 2006.

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

Através dos dados sistematizados ou equivalentes ao de 2006, evidenciou-se a diferença entre docentes que se afastam para tratamento de saúde e exercem a atividade pedagógica no Ensino Fundamental (39), Médio (1), Fundamental e Médio (42) e administrativo (21). As patologias relevantes foram: psiquiátricas, traumatológicas e convalescença. A busca por um trabalho com 40 horas semanais se deve, principalmente, aos baixos salários pagos pelo trabalho de professor e a desvalorização da categoria. Certamente, estes fatores constituem mais um forte elemento da crise de identidade destes profissionais, os quais podem afetar o ego e proporcionar uma despersonalização e abandono da carreira do magistério, conforme corrobora ESTEVE (1999).

A sobrecarga de trabalho são fatores que contribuem para o adoecimento, principalmente, a jornada intensa, pois grande parte dos docentes lecionam em pelo menos dois a três turnos, o que causa grande esforço e cansaço na conciliação de horários, conflitos interpessoais, e um bom desempenho das atividades educacionais.

4.4.5 Licenças por Contrato de Trabalho

No gráfico 44, encontram-se as licenças dos professores e seus respectivos vínculos de trabalho.

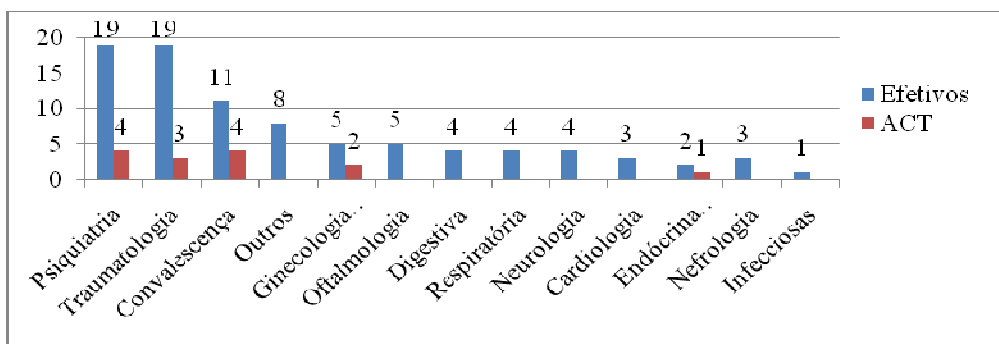


Gráfico 44: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por contrato de trabalho no período letivo de 2006.

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

Quanto ao regime de trabalho, os dados apresentados no gráfico 44 evidenciaram 89 licenças utilizadas pelos docentes, sendo 14 professores em caráter contratual efetivo, e 14 professores contratados temporariamente ou ACT. O número expressivo de professores efetivos reflete a determinação da Constituição de 1988, onde outorga que a contratação de funcionários ocorre somente através de concursos públicos.

4.4.6 Idade Média dos Docentes

O gráfico 45 enfatiza a idade média dos professores que utilizaram licenças para tratamento de saúde.

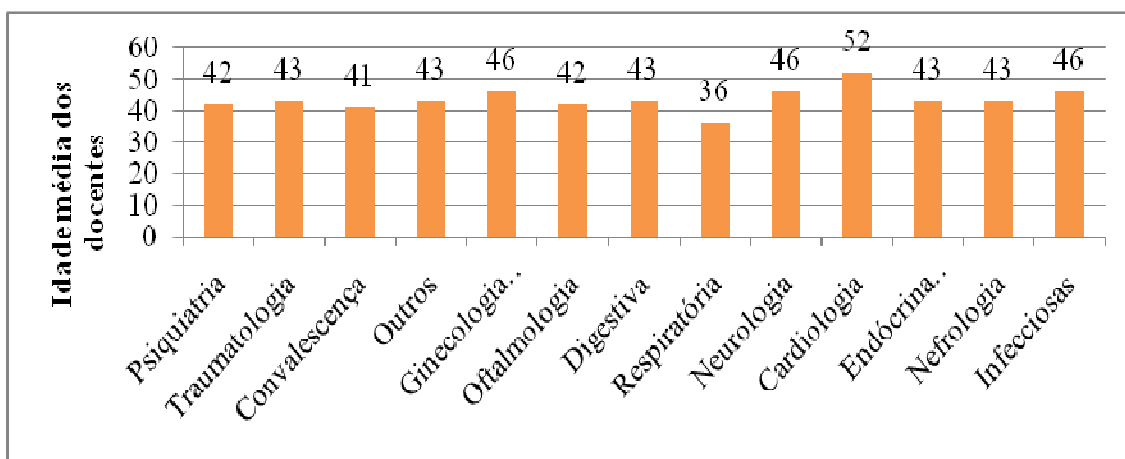


Gráfico 45: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico da idade média dos docentes no período letivo de 2006.

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

Os dados do Gráfico 45 mostram que a média de idade dos docentes para afastamento de saúde foi entre os 52 anos, na patologia cardiovascular, a idade mínima situa-se em 36 anos nas doenças respiratórias. Em relação à idade média geral expressa em todas as patologias, encontra-se em 44 anos, denotando uma ligeira queda de 8 pontos entre a idade máxima e a geral de todas as licenças.

4.4.7 Duração Média das Licenças

O gráfico 46 demonstra a duração média das licenças utilizadas pelos docentes para tratamento de saúde.

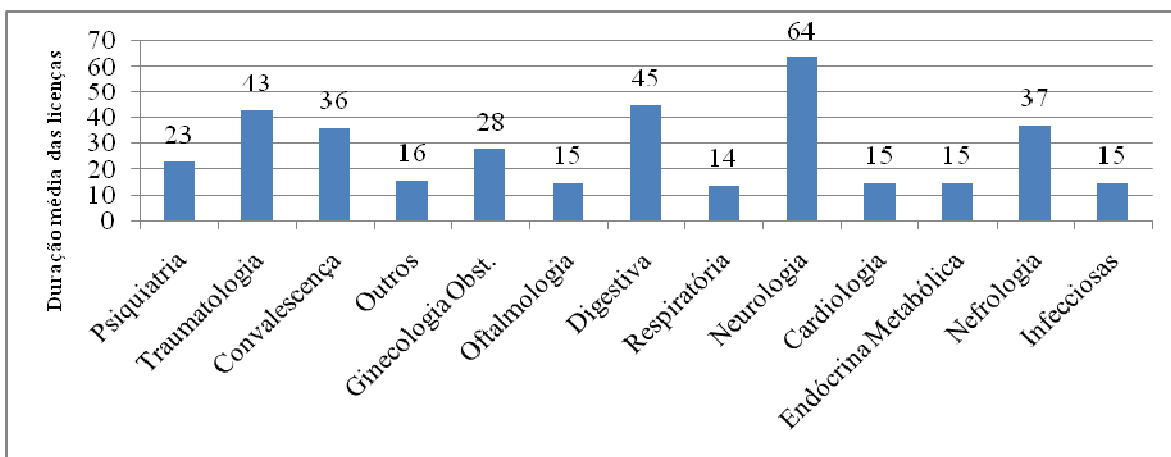


Gráfico 46: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico da duração média dos afastamentos de ensino no período letivo de 2006. Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

A duração média das licenças neste período foi de 64 dias na patologia relacionada à neurologia, a digestiva com 45 dias e com 43 dias na traumatologia. Os períodos de longa duração destas licenças justificam-se devido ao diagnóstico de neoplasia.

4.4.8 Licenças por Tempo Médio de Serviço Docente

O gráfico 47 evidencia o tempo médio do trabalho dos docentes que utilizaram licenças para tratamento de saúde.

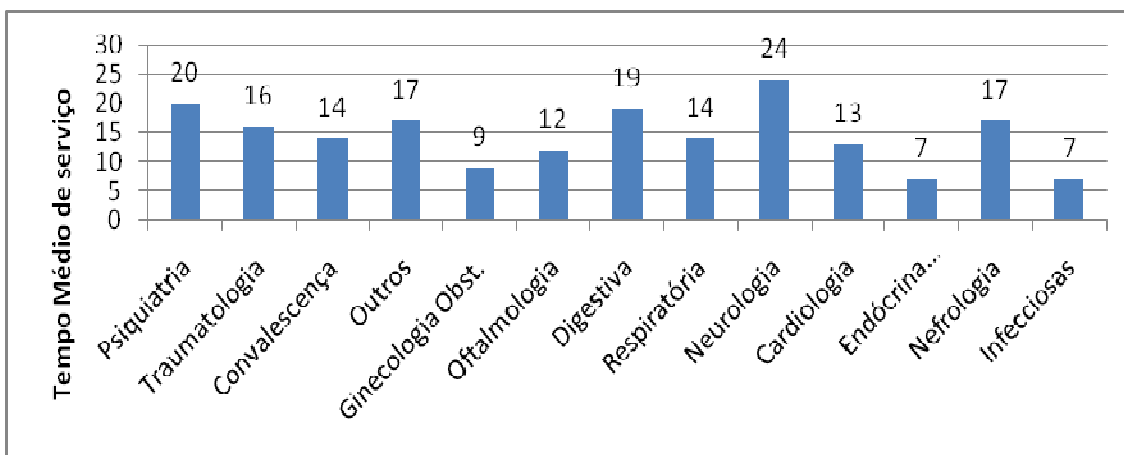


Gráfico 47: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico do tempo médio de serviço docente no período letivo de 2006. Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

Os dados do Gráfico 47 caracterizam o tempo médio de efetivo exercício do magistério em que se evidencia que os docentes tendem a adoecer, evidenciadas por 7 anos nas patologias endócrinas e infecciosas, seguida com 9 anos as de ordem ginecológica. Em contrapartida, os tempos mais elevados para surgimento de doenças foram: às neurológicas, com 24 anos, as psiquiátricas e digestivas, com 19 anos na média aproximada. E a média

total do tempo médio de exercício do magistério que o professor recorre às licenças médicas para tratamento de saúde situa-se em 15 anos.

De acordo com Hubermann (*apud* NÓVOA 1995), o ciclo de vida da carreira do professor é composto por uma fase de questionamento e de diversificação. Cita, ainda, como pontos positivos desta fase, tendência de troca de saberes, busca de formação contínua, flexibilidade de horários, entre outros. Os pontos negativos situam-se em aspectos relacionados aos currículos e a má gestão das capacidades dos professores.

4.4.9 Licenças Distribuídas por Frequência e Ausência

O gráfico 48 evidencia os dados das licenças dos professores distribuídas por dias, frequência e ausências laborativas.

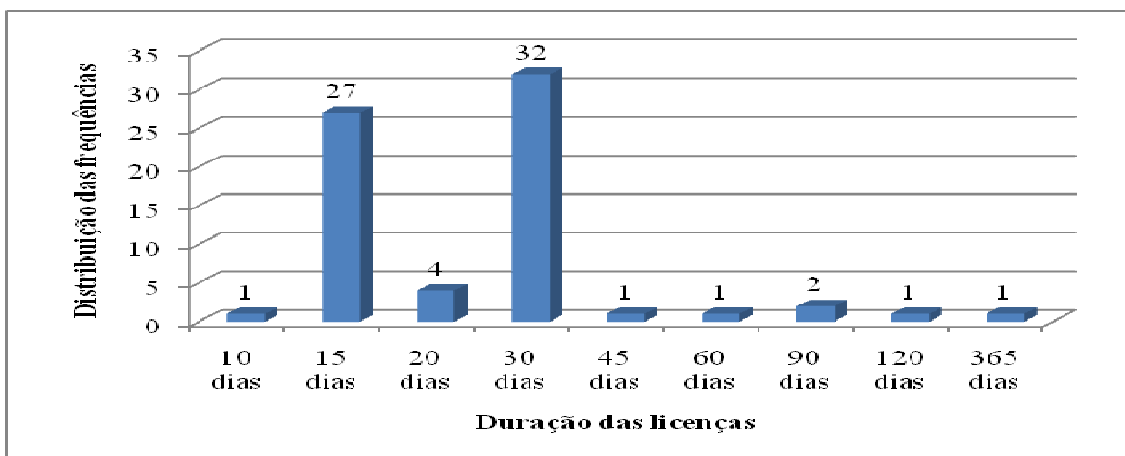


Gráfico 48: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, frequência das ausências dos docentes no período letivo de 2006.

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

A frequência mais utilizada na prescrição mediante a patologia apresentada pelo professor foi de 55 frequências e com 15 dias de ausências, em segunda posição 30 dias ausências e com 15 frequência, e a menor utilizado foi de 365 dias de ausências e com apenas uma frequência.

Destas acepções, cabe salientar que as licenças utilizadas pelos docentes inferiores a 15 dias de ausências, a escola coloca uma substituta e somente acima de 15 dias são consideradas licenças médicas, onde o estado tem obrigação de colocar um professor substituto sem causar ônus ao docente afastado. Em relação às licenças inferiores há 15 dias, elas não são encaminhadas ao setor de Recursos Humanos da Regional de Educação fica somente na direção de cada escola.

A tabela 4 apresenta a estatística registrada do ano letivo de 2005, conforme a análise documental, composta pelas variáveis que constituem o perfil do professor que sofre de algum tipo de mal-estar.

DOENÇA	Nº TOTAL DAS LICENÇAS	NÍVEL DE ENSINO				M	F	IDADE MÉDIA	DURAÇÃO MÉDIA LICENÇAS	CARGA HOR.				FORMAÇÃO			CONTRATO		TEMPO MÉD. SERVIÇO	TOTAL DE DIAS DE LICENÇAS
		ADM	FUND	MÉD.	FUND MÉD					10h	20h	30h	40h	M	G	P	EF	ACT		
1.PSIQUI.	23	3	14	-	6	-	23	42	23	1	5	-	17	1	13	9	19	4	20	520
2.TRAUM	22	2	8	-	12	3	19	43	43	-	2	-	20	1	9	12	19	3	16	935
3.CONVA	15	5	5	-	5	2	13	41	36	-	2	-	13	1	7	7	11	4	14	285
4.OUTROS	9	1	3	-	5	1	8	43	16	-	1	-	8	-	7	2	9	-	17	130
5.GENIC.	7	3	3	-	1	-	7	46	28	-	3	-	4	-	5	2	5	2	9	195
6.OFTA.	5	2	1	-	2	-	5	42	15	-	-	-	5	-	2	3	5	-	12	75
7.DIGES.	4	-	2	1	1	-	4	43	45	-	-	1	3	-	2	2	4	-	19	180
8.RESPI.	4	1	2	-	1	-	4	36	14	-	1	-	3	-	2	2	4	-	14	55
9.NEURO.	4	1	-	-	3	2	2	46	64	-	-	-	4	-	-	4	4	-	24	255
10.CARD.	3	1	1	-	1	-	3	52	15	-	-	-	3	-	1	2	3	-	13	15
11.END MET.	3	-	-	-	3	-	3	43	15	-	-	-	3	-	3	-	2	1	7	30
12.NEFR..	3	1	-	-	2	1	2	43	37	-	-	-	3	-	1	2	3	-	17	75
13INFEC..	1	1	-	-	-	-	1	46	15	-	-	-	1	-	-	1	1	-	7	15
.TOTAL	103	21	39	1	42	9	94	44	28	1	14	1	87	3	52	48	89	14	15	2.765

Tabela 4: Estatística anual de licenças dos doentes no período de 2006.

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

Na sistematização da tabela 04, verificou-se que o total de licenças, neste ano, foi de 103 afastamentos, mas o número de professores que utilizaram estas licenças foi de 89, os quais utilizaram licenças com patologias diferenciadas.

Os dados mais significativos deste ano letivo indicam que a etiologia das licenças mais expressivas predomina nos diagnósticos de psiquiatria, convalescença e traumatologia, nesta ordem. Entre os três diagnósticos, soma-se um número de dias de licenças representado por 58,25 % do total de dias de licenças correspondente a 2.765 dias.

As doenças mais significativas utilizadas pelos professores, neste ano letivo de 2006, encontram-se representadas nas acepções psiquiátricas (22,33%), convalescença (21,36%) e traumatologia com (14,56%) do total do número de licenças.

Em relação à prevalência das licenças por nível de ensino trabalhado pelos professores, totalizaram 42 licenças (40,78%) no ensino Fundamental e Médio; 39 (37,86) no Fundamental, 21 (20,39%) licenças no corpo administrativo e somente 1 (0,97%) no Médio.

Quanto à idade, a média contabilizada de todas as licenças foi de 44 anos, com variações de 41 a 52 anos. Em relação ao tempo de efetivo exercício do magistério a média foi de 15 anos e a duração média das licenças apresentou 28 dias. No entanto, o número de

ausências para cada professor de acordo com o total de dias 2.765 de licenças, indica 35 dias para tratamento de saúde, ou dias perdidos conforme termo utilizado por (ESTEVE, 1999).

4.5 DADOS ESTATÍSTICOS DO ANO LETIVO DE 2007

No ano de 2007, a GERED de Curitiba comportava em seu quadro funcional 481 professores, sendo 401 (83,36%) professoras e 80 (16,63%) professores, dos quais 79 (10,55%) utilizaram licenças para tratamento de saúde, perfazendo um total de 87 licenças oficiais.

No gráfico 49, encontram-se dispostas as licenças distribuídas nos meses do ano letivo de 2007.

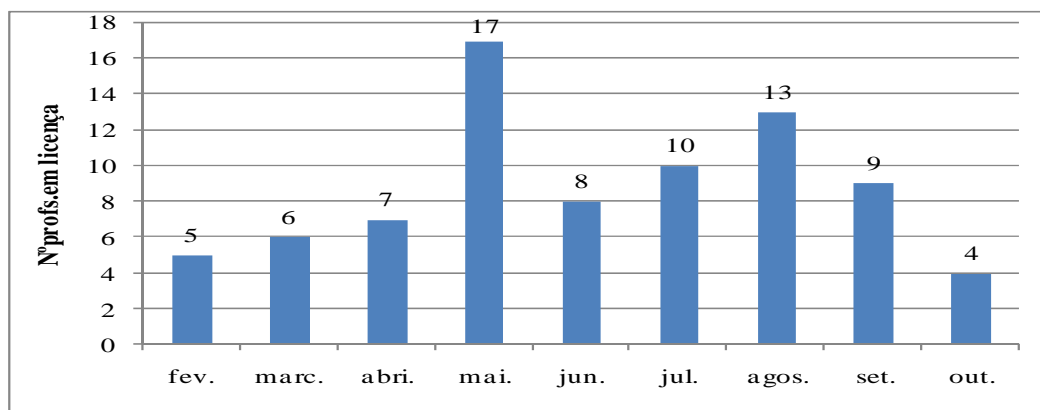


Gráfico 49: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, no período letivo de 2007.

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

O Gráfico 49 mostra a distribuição da ocorrência das licenças utilizadas pelos docentes durante o ano letivo de 2007. Observou-se que as prevalências mais significativas predominam nos meses de maio, 17, agosto, 13, e agosto, 10 casos de afastamentos das atividades laborativas dos professores para tratamento de saúde. Vale ressaltar que a pesquisa documental deste ano de 2007 ocorreu até o mês de outubro do corrente ano.

Na sequência, o gráfico 50 demonstra os diagnósticos e o total de dias neste período letivo de 2003.

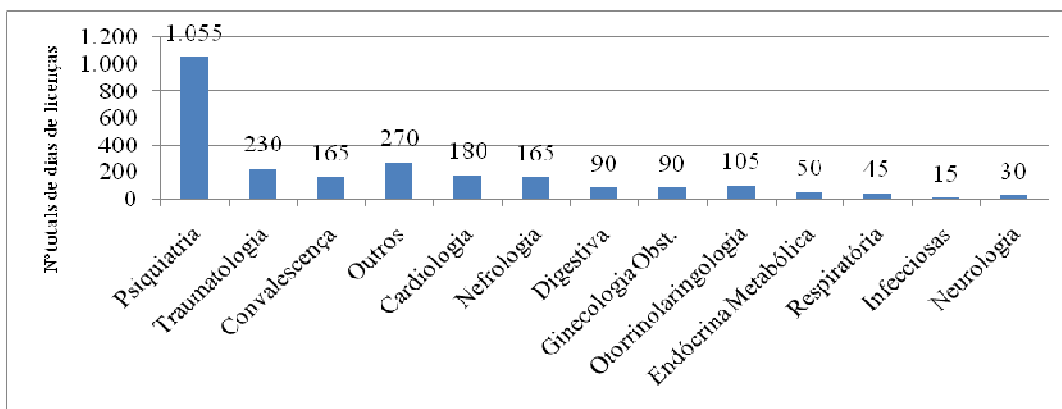


Gráfico 50: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico e total de dias no período letivo de 2007.

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

Como se pode observar nos dados apresentados no Gráfico 50, os dias das licenças com maior prevalência, com 1.055 está representado na patologia psiquiátrica, seguida de 270 dias com pessoas em contato com os serviços de saúde em outras circunstâncias (outros) e 230 dias com traumatologia. A prevalência máxima de dias na patologia psiquiátrica está relacionada a um diagnóstico de afastamento das atividades laborativas por um período de 365 dias.

Quanto às licenças que preveem um afastamento inferior, situam-se nas doenças infecciosas 15 dias, neurológica, 30 dias, e respiratória, 45 dias, são acepções com dados mínimos, mas merecem atenção devida, pois afastam também o docente de suas atividades laborativas.

O gráfico 51 mostra a prevalência de afastamentos nas referidas patologias utilizados pelos professores para tratamento de saúde.

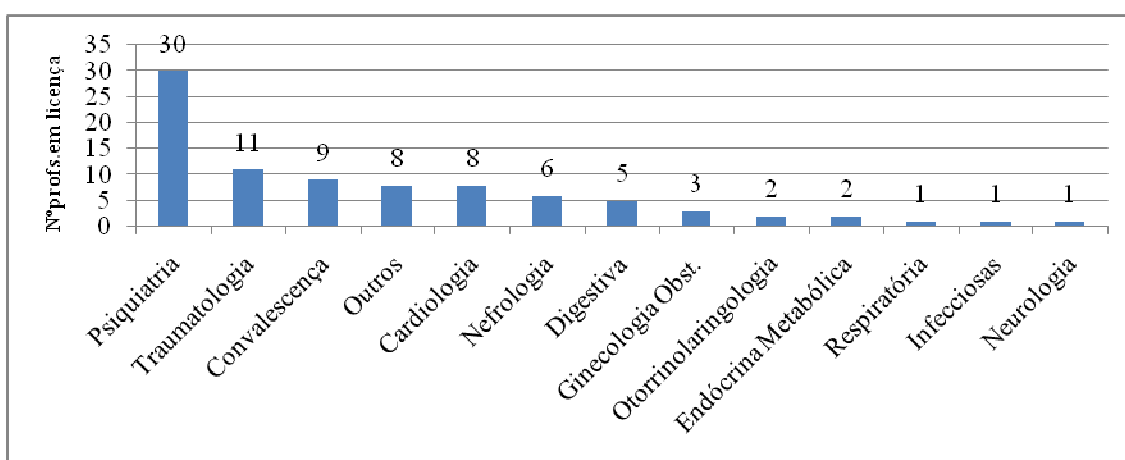


Gráfico 51: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, o número de patologias no período letivo de 2007.

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba

Os dados indicados no Gráfico 51 referem-se ao número de licenças por patologia, considerando as mais significativas nas psiquiátricas com 30 prevalências, traumatologia 11 e convalescença 9.

Na patologia relacionada à psiquiatria apareceram nos laudos de afastamentos as doenças: depressão, transtorno depressivo recorrente, psicose não orgânica e transtorno ansioso. Nas acepções que exigiram convalescença, pressupõe o tratamento de neoplasias malignas e outras patologias que exigem uma longa recuperação. Quanto à traumatologia as principais doenças foram: dores lombares, transtorno dos tecidos mole relacionados ao uso excessivo, lesões nas mãos, luxação na rótula e radiculopatia. Dentre as patologias identificadas evidenciamos um caso de esgotamento profissional.

Nas doenças com prevalências inferiores de ausência estão as doenças graves como neoplasia maligna da supra-renal, neoplasia maligna da orofaringe, meningite bacteriana, tuberculose primária e neoplasia mamária.

4.5.1 Licenças por Nível de Ensino

No gráfico 52, apresentam-se os diagnósticos das licenças distribuídas por nível de ensino trabalhado pelo professor.

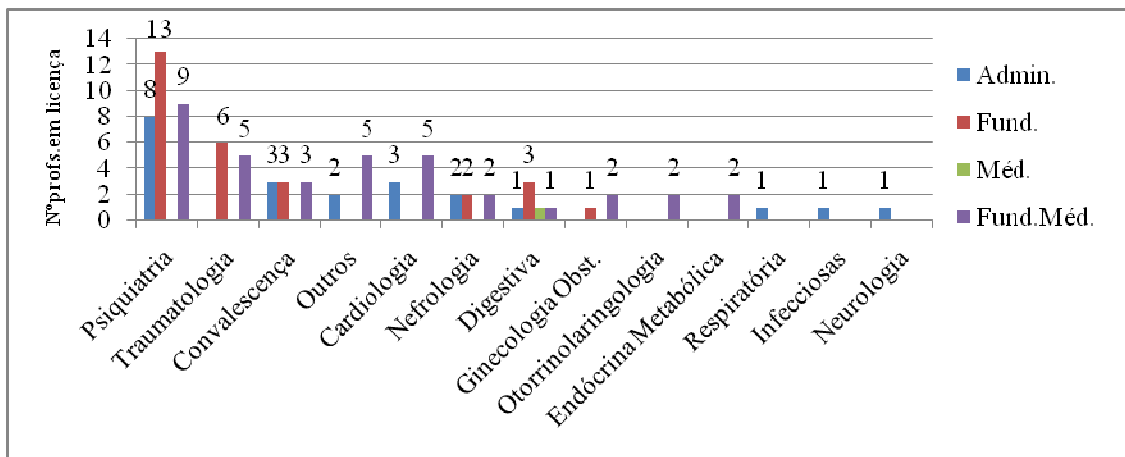


Gráfico 52: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por nível de ensino no período letivo de 2007.

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

Verificam-se, nos dados que compõe o Gráfico 52, que as licenças utilizadas pelos docentes quanto ao nível de ensino que lecionam, os indicadores significativos encontram-se relacionados ao nível de ensino Fundamental e Médio com 36 (41,38%) de prevalências, seguida no Ensino Fundamental 28 (32,18%) licenças e com pessoal administrativo 22 (25,28%) licenças. Observou-se, ainda, que a maior prevalência encontra-se nos professores que trabalham no mínimo com duas cargas horárias e dois turnos representados por (93,01%) com 40 horas semanais.

4.5.2 Licenças por Sexo

No gráfico 53, encontram-se disponibilizadas as patologias das licenças e prevalência por sexo.

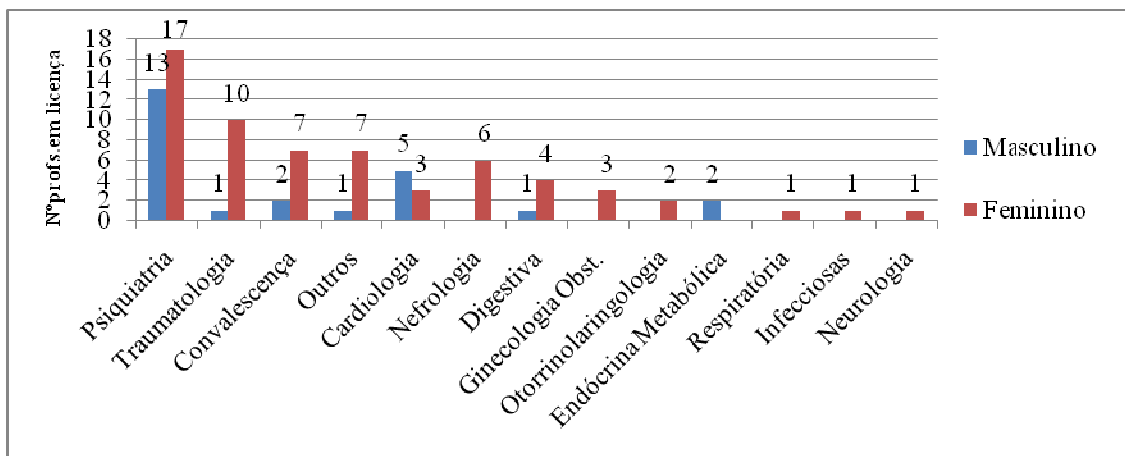


Gráfico 53: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por sexo no período de 2007.

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba

Os dados apresentados no gráfico 53 ressaltam que 62 licenças (71,26%) dos docentes pesquisados são do sexo feminino e 25 licenças (28,73%) são do sexo masculino. A prevalência maior do sexo masculino encontra-se nas patologias cardiológicas, psiquiátricas, endócrina e metabólica. Neste ano letivo, verificou-se um aumento da amostra masculino no exercício do magistério.

4.5.3 Licenças por Carga Horária

O gráfico 54 evidencia os diagnósticos das licenças de acordo com a carga horária trabalhada pelos professores que se afastaram de suas atividades laborativas para tratamento de saúde.

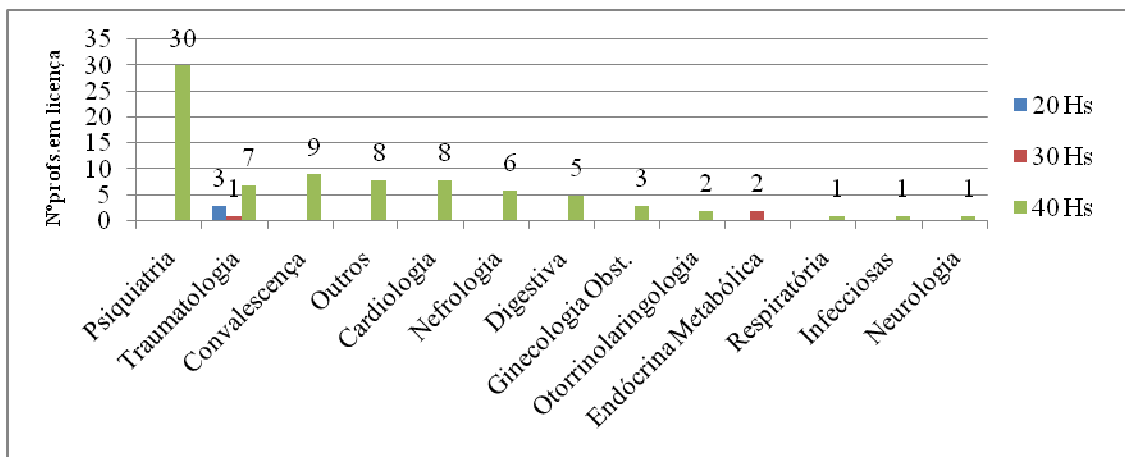


Gráfico 54: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por carga horária no período letivo de 2007.

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

De acordo com o levantamento dos dados, observou-se nos dados do Gráfico 55 que a carga horária semanal dedicada às atividades pedagógicas situa-se em torno de 40 horas semanais com 81 casos (93,01%), seguida de 3 casos representando (3,44%) na carga horária de 20 horas e 30 horas semanais de suas atividades laborais. Correlacionando com períodos anteriores, verificou-se que neste ano letivo, a prevalência de licenças dos docentes nas atividades de 40 horas semanais encontra-se entre os dados com maiores indicadores significativos.

4.5.4 Licenças por Formação dos Docentes

No gráfico 55, situam-se os diagnósticos das licenças e prevalência por nível de formação dos docentes que se afastam para tratamento de saúde.

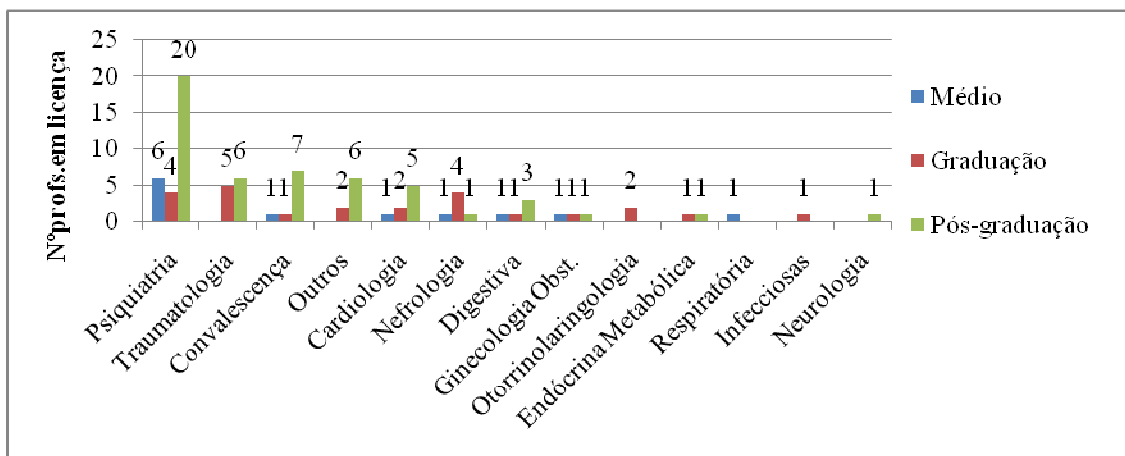


Gráfico 55: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por formação no período letivo de 2007.

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba

Segundo os dados apresentados no Gráfico 55, dentre a população estudada, observou-se a predominância dos professores com qualificação em nível de pós-graduação com 53(60,92%) na sequência a graduação com 22 (25,28%) e médio 12(13,79%) das licenças para tratamento de saúde. Convém salientar que na patologia psiquiátrica identificou-se o número de licenças onde os professores possuem um nível de pós-graduação.

4.5.5 Licenças por Contrato de Trabalho

O gráfico 56 mostra os diagnósticos das licenças relacionadas de acordo com o vínculo de trabalho dos professores.

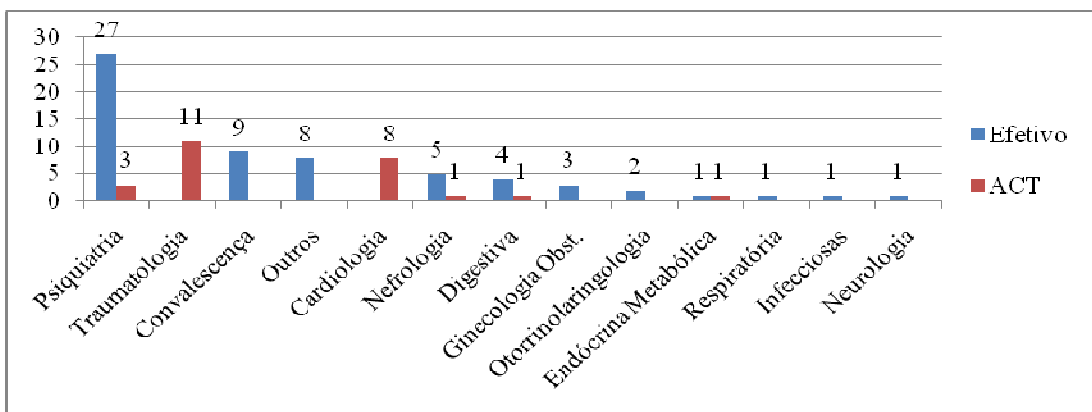


Gráfico 56: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental, Médio e Administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico por contrato de trabalho no período letivo de 2007.

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba

Quanto ao regime de trabalho dos docentes que utilizaram licenças médicas, os dados do gráfico 56 apresentam 62 licenças (71,26%) de profissionais concursados e 25 licenças (28,73%) em caráter contratado temporariamente – ACT. As prevalências de licenças médicas dos docentes efetivos mais significativas encontram-se nas patologias psiquiátricas e convalescenças, e os contratados temporariamente estão nas patologias traumatológicas e cardiológicas. A predominância do número de profissionais concursados se refere às mudanças legislativas da constituição de 1988 para contratação do funcionalismo público, sendo uma exigência no ingresso no trabalho público.

4.5.6 Idade Média dos Docentes

O gráfico 57 evidencia os diagnósticos das licenças conforme a idade média dos docentes.

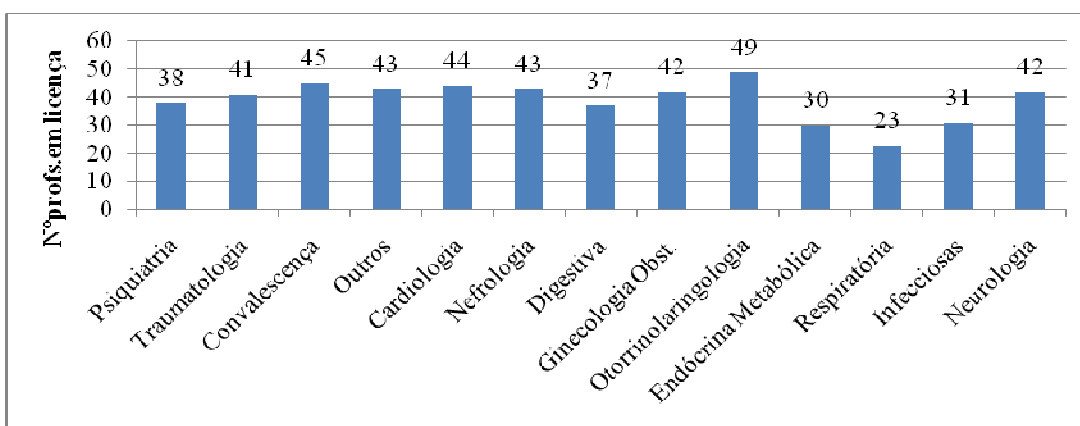


Gráfico 57: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental, Médio e Administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico da idade média dos docentes em licença no período letivo de 2007.

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

Os dados apresentados no Gráfico 57 demonstram quanto à idade dos profissionais, a média máxima foi de 49 anos, nas doenças relacionadas à ORL e média mínima expressada

de 23 anos na patologia respiratória. A idade média geral dos professores de todas as patologias relaciona-se a 39 anos. Verificou-se uma diferença significativa de 10 pontos entre a idade máxima e mínima expressa dentre os diagnósticos.

4.5.7 Duração Média das Licenças

O gráfico 58 demonstra a duração média das licenças utilizadas pelos docentes para tratamento de saúde.

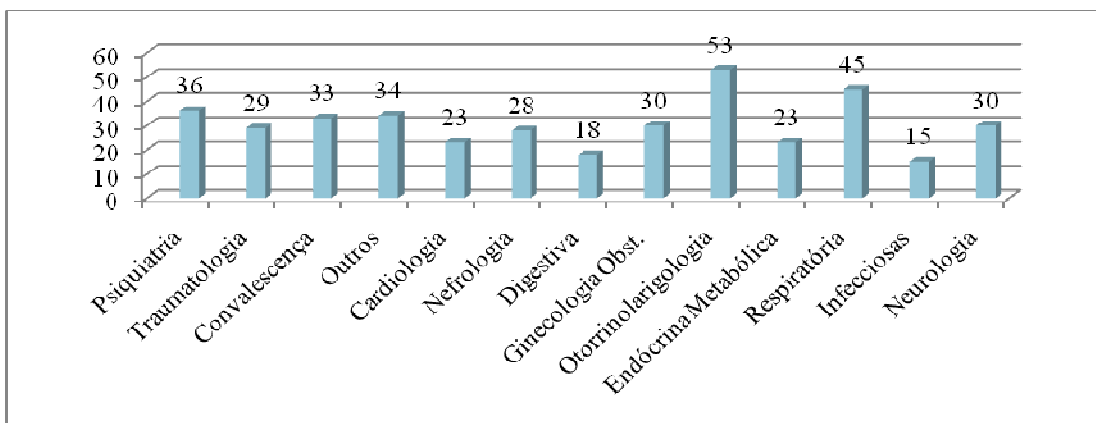


Gráfico 58: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico da duração média dos afastamentos de ensino no período letivo de 2007. Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

A duração média das licenças neste período foi de 53 dias na patologia relacionada otorrinolaringologia, a respiratória com 45 dias e com 36 dias na psiquiátrica. Os períodos de longa duração destas licenças justificam-se devido ao diagnóstico de neoplasia.

4.5.8 Licenças por Tempo Médio de Serviço do Docente

O gráfico 59 demonstra os diagnósticos das licenças e o tempo médio de serviço dos professores.

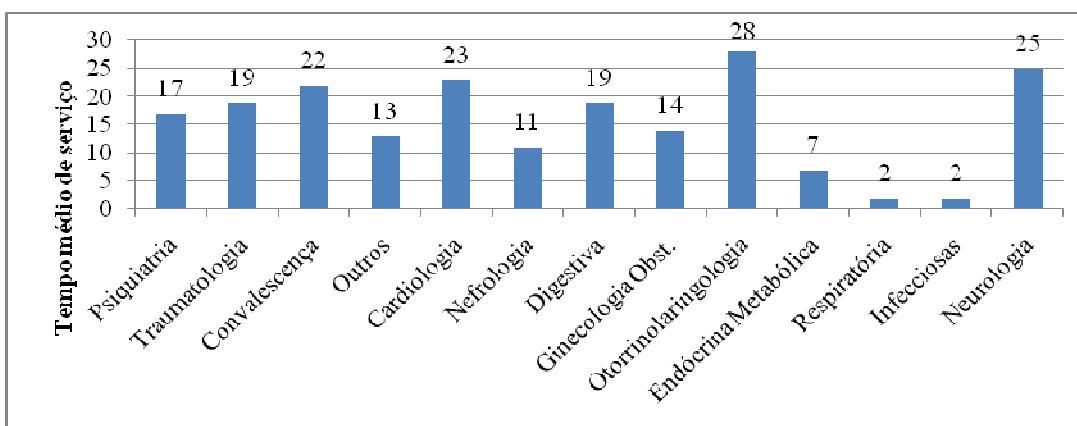


Gráfico 59: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental, Médio e Administrativo da GERED de Curitiba, diagnóstico do tempo médio de serviço docente no período letivo de 2007. Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

O Gráfico 59 caracteriza o tempo médio do exercício do magistério dos docentes que utilizaram tratamento de saúde; encontra-se na patologia ORL 28 anos, seguida da neurologia 25 anos e cardiologia 23 anos. O tempo de serviço com média inferior predomina nas patologias respiratórias 2 anos, infecciosa 2 anos e endócrinas e metabólica 7 anos. Em contrapartida, a idade média geral ficou em torno de 15 anos, revelando uma diferença de 13 pontos mediante o tempo superior apresentado.

4.5.9 Licenças Distribuídas por Frequência e Ausência

No gráfico 60, encontram-se os dados das licenças conforme os dias, frequências e das ausências dos professores para tratamento de saúde.

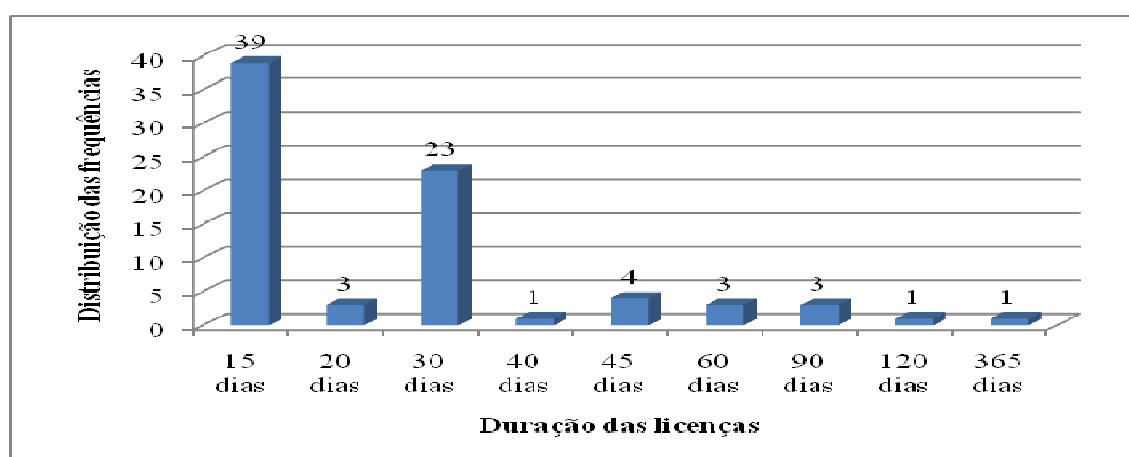


Gráfico 60: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental, Médio e Administrativo da GERED de Curitiba, frequência das ausências dos docentes no período letivo de 2007.

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

Observou-se no Gráfico 60, no ano letivo de 2007, a referência do tempo (em dias) de afastamentos para tratamento de saúde nas licenças com frequência de 39 casos apontaram para as ausências de 15 dias de duração; em segundo lugar a frequência de 23 casos demonstrada na duração de 30 dias perfazendo e, em terceiro lugar, a duração de 60 dias e frequência de 3 casos, do total de professores acometidos por algum mal-estar. Além destes números, vale ressaltar sobre uma licença com representatividade mínima na frequência, mas com duração de 1 ano (365 dias) de afastamento das atividades pedagógicas devido ao diagnóstico de depressão, conforme laudo pericial.

A tabela 5 sistematiza uma estatística dos dados correspondentes ao ano letivo de 2007 referentes às licenças utilizadas pelos docentes, conforme a pesquisa documental realizada, a qual representa o perfil do professor acometido de alguma patologia e afastado para tratamento de saúde.

DOENÇA	Nº TOTAL DAS LICENÇAS	NÍVEL DE ENSINO				M	F	IDADE MÉDIA	DURAÇÃO MÉDIA LICENÇAS	CARGA HOR.				FORMAÇÃO			CONTRATO		TEMPORALIDADE SERVIÇO	TOTAL DE DIAS DE LICENÇAS
		A	F	M	FUND					10h	20h	30h	40h	M	G	P	EF	A		
1.PSIQUI.	30	8	13	-	9	13	17	38	36	-	-	-	30	6	4	20	27	3	17	1.055
2.TRAU	11	-	6	-	5	1	10	41	29	-	3	1	7	-	5	6	-	11	19	230
3.CONV AL.	9	3	3	-	3	2	7	45	33	-	-	-	9	1	1	7	9	-	22	165
4.OUTRO	8	2	-	-	5	1	7	43	34	-	-	-	8	-	2	6	8	-	13	270
5.CARDI	8	3	-	-	5	5	3	44	23	-	-	-	8	1	2	5	-	8	23	180
6.NEFRO.	6	2	2	-	2	-	6	43	28	-	-	-	6	1	4	1	5	1	11	165
7.DIGES	5	1	3	1	1	1	4	37	18	-	-	-	5	1	1	3	4	1	19	90
8.GINEC. OBS	3	-	1	-	2	-	3	42	30	-	-	-	3	1	1	1	3	-	14	90
9.ORL	2	-	-	-	2	-	2	49	53	-	-	-	2	-	-	2	2	-	28	105
10.END. MET.	2	-	-	-	2	2	-	30	23	-	-	2	-	-	1	1	1	1	7	50
11.RESP.	1	1	-	-	-	-	1	23	45	-	-	-	1	1	-	-	1	-	2	45
12.INFEC	1	1	-	-	-	-	1	31	15	-	-	-	1	-	1	-	1	-	2	15
13.NEUR	1	1	-	-	-	-	1	42	30	-	-	-	1	-	-	1	1	-	25	30
.TOTAL	87	22	28	1	36	25	62	39	30	-	3	3	81	12	22	53	62	25	15	2.490

Tabela 5: Resumo Estatístico anual de licenças dos docentes no período letivo de 2007

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitibaanos.

A sistematização da tabela acima evidencia o total de 87 afastamentos, diferentemente, do número de professores composto por 79, os quais utilizaram às mesmas licenças com patologias diferenciadas ou que este mesmo docente pode ter sido afastado mais de uma vez.

Os dados mais significativos deste ano letivo indicaram as patologias predominantes dos diagnósticos de psiquiatria, traumatologia, convalescença, nesta ordem. Entre os três diagnósticos soma-se um número de dias de licenças representado por (58,23 %) do total de dias de licenças contabilizadas que corresponde a 2.490 dias.

A referida tabela articula a distribuição das licenças dos professores por nível de ensino que atua. Verificou-se 36 licenças destes, nos ensinos Fundamental e Médio; 28 no Ensino Fundamental; 22 licenças no corpo administrativo e somente um no Ensino Médio. Verificou-se uma porcentagem de 41,37% dos professores que atuam nos ensinos Médio e Fundamental; no Ensino Fundamental com 32,18%; no corpo administrativo 25,28%. A correlação desse resultado com as variáveis da carga horária semanal de 40 horas representada em 93,10% das licenças, indica uma tendência para o adoecimento, devido à carga excessiva de atividades laborais e a diversidade de turmas, atividades, locais, horários e etc.

Verificou-se que os professores mais acometidos de mal-estar são os que possuem pós-graduação com 53 licenças (60,92) sobre 22 (25,89%) de graduados e 12 (13,79%) que atuam no Ensino Médio; quanto aos que apresentam um vínculo empregatício efetivo 62 (71,26%) frente aos contratados temporariamente 25 (28,73%).

Observou-se que a média de idade do total das licenças situa-se em 44 anos, e o tempo de efetivo exercício do magistério a média situa-se em 15 anos, a duração média das licenças apresenta 30 dias, considerando que a patologia psiquiátrica apresentou um professor com afastamento de 365 dias.

No sentido da média do tempo do exercício na função docente, Nóvoa (1995) comenta sobre os 15 anos de carreira, onde enfatiza a fase de diversificação da dinâmica pedagógica e necessidade de novos projetos, muitas vezes, entrando em contradição com o sistema que lhe impõe barreiras a sua criatividade.

4.6 ANÁLISE DO MAL-ESTAR DOS DOCENTES DO PERÍODO LETIVO DE 2003 A 2007

Esta pesquisa teve como objetivo investigar as licenças médicas dos professores que atuam nos níveis de ensino Fundamental e Médio e do corpo administrativo da Gerência Regional de Educação de Curitiba. Os dados foram pesquisados através da análise documental do setor de Recursos Humanos da GERED, objetivando delinear os principais indicadores que, durante o período de 2003-2007 (5 anos), possam caracterizar o mal-estar desses profissionais de acordo com os afastamentos compreendidos a partir de 15 dias, ou acima disto, para tratamento de saúde destes docentes, no período letivo de 2003 a 2007.

O estudo das condições de saúde e trabalho dos docentes permite caracterizar os processos laborais e descrever o perfil dos trabalhadores em educação, dessa região, avaliando possíveis associações entre ocupação e problemas de saúde.

Na sequência, o gráfico 60 demonstra as licenças e o número de professores que se afastaram para tratamento de saúde, distribuídas nos períodos letivos de 2003 a 2007.

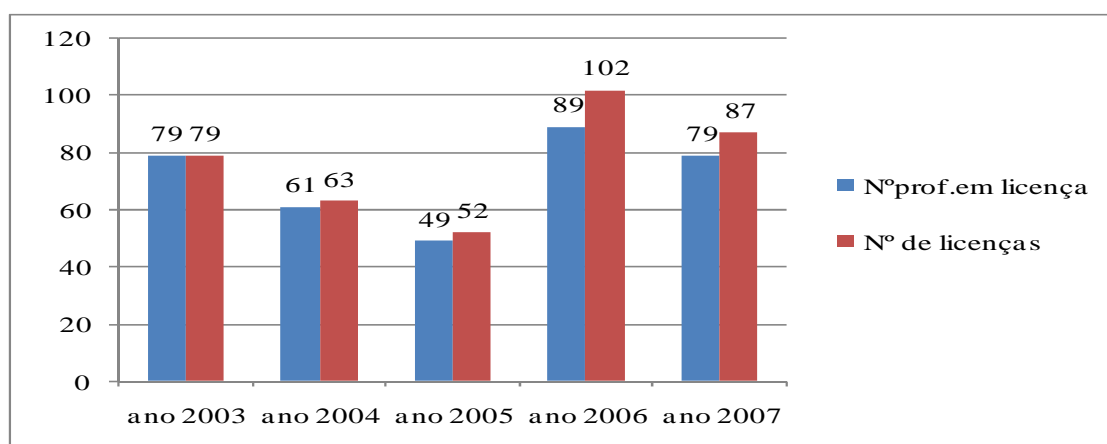


Gráfico 61: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, número total de professores afastados nos períodos de 2003 a 2007

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

Os dados do Gráfico 61 permitem verificar o aumento do número de docentes em licença desde o período letivo de 2003, o qual registrava 79 professores, perfazendo 79 licenças, seguido de 2004 com 61 professores, totalizando 63 licenças; 2005, com 49 professores somando 52 licenças; já 2006 com 89 professores e 103 licenças e, 2007, com 79 professores e 87 licenças. É importante destacar que, segundo informações das assistentes do setor, em se tratando do levantamento dos laudos dos professores no setor Recursos Humanos da GERED de Curitiba, o sistema não retém todos dados da ficha funcional dos trabalhadores, em virtude de transferências ou falecimentos destes. Verificou-se que vários laudos dos docentes não foram computados neste estudo por falta de informações da ficha funcional da referida secretaria.

A evolução das licenças não apresentou um progresso linear, mas com alterações nos anos de 2003, 2006 e 2007 com relevante aumento das licenças médicas, levando-se em conta que o ano de 2007 não foi pesquisado novembro e dezembro, porque não se encontrava nos prontuários os atestados dos professores em licença.

Pode-se constatar que o número de licenças e ao aumento do absenteísmo está relacionado com ciclos de estresse explicitados anteriormente (vide Gráficos 1 de 2003 a 2007), porque nestes gráficos podem-se perceber os ciclos de estresse de cada ano no decorrer do ano letivo escolar. As pesquisas Hembling e Gilliland (*apud* ESTEVE, 1999) identificaram-se os ciclos de estresse durante os meses do ano escolar. Apontaram que, principalmente, nos finais dos trimestres e no final do ano, o número de licenças médicas aumenta significativamente, considerando que no primeiro trimestre ocorreu um aumento progressivo. Os autores justificaram estas licenças, devido a problemas organizacionais do início do ano escolar, a tendência ao término das licenças se estabelece após feriados e sendo insignificante durante as férias de verão. No caso desta pesquisa, ficou evidente a pertinência da ausência das licenças também nas férias de inverno.

4.6.1 Evolução de Dias de Licenças dos Professores do Período Letivo de 2003 a 2007

O gráfico 62 evidencia a evolução de dias de licenças dos professores nos períodos letivos de 2003 a 2007.

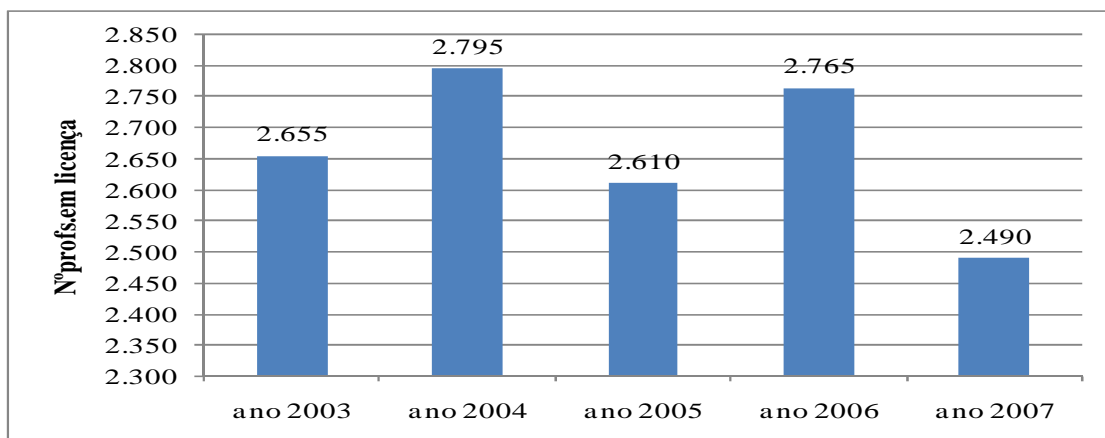


Gráfico 62: Licenças oficiais dos professores dos Ensinos Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, evolução dos dias das licenças de cada período letivo.

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

No que se refere à evolução de dias de licenças dos professores foi levantado e contabilizado o aumento do número de dias em licença utilizados pelos docentes no decorrer dos cinco anos pesquisados. No ano de 2003, num universo de 79 professores apresentaram um total de 2.655 dias de afastamento; 2004 com 61 professores e 2.795 dias; 2005 com 49 professores e 2.610 dias; 2006 com 89 professores e 2.765 dias e 2007 com 79 professores e 2.490 dias de licenças para tratamento de saúde, perfazendo um total de todos os anos de 13.320 dias (vide Gráfico 2). A pesquisa demonstrou que alguns professores se afastaram mais de uma vez no período destacado.

Quanto ao número total das licenças, observou-se um aumento significativo nos anos de 2004 e 2006, no restante apresentou certa constância nos números. Porém, o fator preocupante destes números de licenças é a manutenção deles nestes períodos de 2003, 2005 e 2007. Esta situação chama atenção e pode-se inferir que a instituição pesquisada não ofereceu nenhum tipo de intervenção para melhoria do quadro nocivo à saúde do docente.

Segundo Esteve (1999), o absenteísmo para o professor seria um mecanismo de defesa mediante uma tensão advinda do exercício pedagógico, sendo uma forma de aliviar as tensões ou estresses acumulados. Pode-se aferir que os professores pesquisados da GERED de Curitiba licenciados para tratamento de saúde utilizam o mesmo mecanismo de defesa e, segundo dados desta pesquisa, estende-se até a última instância classificada pelo referido autor que é o abandono da profissão docente.

Ainda Esteve (1999), na pesquisa onde investigou as licenças médicas oficiais utilizadas pelos professores não universitários de Málaga (Espanha) no período de 1982 a 1989, apontou as consequências do mal-estar docente, como absenteísmo trabalhista e o

abandono da profissão docente e suas consequências negativas do exercício docente sobre a saúde dos profissionais e as doenças dos docentes.

Assim sendo, salienta-se que o absenteísmo docente é um fator que fomenta o regresso do sucesso do funcionamento da dinâmica escolar e acaba contribuindo para a queda de rendimento de aprendizagem dos alunos.

A tabela 6 demonstra a evolução das licenças e o número de professores na instituição pesquisada nos períodos letivos de 2003 a 2007.

Nº total de professores		Nº total de licenças	Porcentagem
2003	749	79	10,47%
2004	690	63	9,13%
2005	636	52	8,18%
2006	492	103	20,93%
2007	481	87	18,09%
Total	3.048	384	12,60%

Tabela 6 – Evolução das licenças do período letivo entre 2003 a 2007.

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitibaanos.

Na tabela 6, evidenciou-se o período letivo de 2003 a 2007 com o total de 3.048 professores no quadro funcional da GERED, referente aos ensinos Fundamental e Médio, evidencia também o número total de licenças oficiais utilizadas pelo professores para tratamento de saúde. Comparando-se a diferença na porcentagem de professores afetados por licenças trabalhistas encontramos uma evolução em decréscimo de 2003 (10,47%), evidenciando um decréscimo 1,34 pontos percentuais em relação ao ano de 2004 (9,13%); no ano de 2005 (8,18%) o decréscimo continua com 0,95 pontos percentuais; em 2006 (20,93%) ano de ocorre um aumento significativo de 12,75 pontos percentuais; no ano de 2007 retorna a diminuir as licenças com 2,84 pontos percentuais. No total de professores da instituição dos referidos níveis ensinos, cabe salientar que, nos últimos cinco anos, 384 (12,60%) docentes utilizaram licenças para algum tipo de tratamento de saúde mediante um total do universo da pesquisa de 3.048 professores. Pode-se pontuar sobre a evolução dos números de professores afastados, durante o período de 5 anos, tendo o início com 749 e no último ano pesquisado com 481, o processo de municipalização do ensino fundamental foi fator significativo para diminuição de professores no ensino estadual.

Sobre este tópico caberia comentar que, ao que parece, o aumento é significativo, apesar das oscilações dos decréscimos percentuais, ainda considerando que no ano de 2007 os atestados foram analisados até o início do mês de novembro. Vale lembrar que muitos dados

dos professores no setor de Recursos Humanos não constam nas fichas funcionais, pois, quando mudam de gerência de educação ou falecem seus dados são transferidos ou deletados. Não obstante, outra dificuldade se refere ao número de atestados sem letra legível e com falta de dados nos laudos. Diante disso, acredita-se que os números de afastamentos sejam mais elevados que os revelados neste estudo.

Período Letivo	2003	2004	2005	2006	2007	TOTAL
Professores em licença	79	61	49	79	79	357
Total de Licenças	79	63	52	103	87	384
Dias perdidos em licença	2.655	2.795	2.610	2.770	2.490	13.320
Porcentagem Ensino Fundamental	43,03%	60,32%	42,31%	37,86	32,18%	43,14
Porcentagem Ensino Médio	-	4,78%	3,85%	0,97%	1,15%	2,15
Porcentagem Ensino Fundamental e Médio.	51,90%	26,98%	44,23%	40,78%	41,38%	41,05
Porcentagem Pessoal Administrativo	5,07%	7,94%	9,62%	20,39	25,29%	13,66
Porcentagem em mulheres	74,68%	84,13%	84,62%	91,26%	71,26%	81,19
Porcentagem homens	25,32%	15,87%	15,38%	8,74%	28,74%	18,81
Porcentagem formação Graduação:	37,97%	38,01%	42,31%	50,49%	25,29%	38,81
Ensino- Médio	24,06%	7,93%	7,69%	2,91%	13,79%	11,28
Pós-Graduação	37,97%	53,97%	50,00%	46,60%	60,92%	49,91
Porcentagem contrato trabalho:						
Efetivo	92,4%	92,06%	84,62%	86,41%	71,26%	85,35
ACT	7,6%	7,94%	15,38%	13,59%	28,76%	14,65
Carga horária:						
10 horas:	-	6,35%	9,62%	0,97%	-	3,39%
20 horas:	3,89%	20,63%	15,38%	13,59%	3,45%	11,38%
30 horas:	6,32%	-	1,92%	0,97%	3,45%	2,53%
40 horas	89,87	73,02%	73,08%	84,47%	93,10%	82,70%
Idade média dos profs. em licença	42	43	44	44	39	42
Duração média das licenças	29	38	64	28	30	38
Tempo Médio na função Magistério	17	17	20	15	15	17
Licenças psiquiátricas	25	15	19	23	30	112
Licenças traumatologia	23	13	9	22	11	78
Licenças Outros	7	8	-	-	-	15
Licenças Convalescença	-	-	9	15	9	33

Tabela 7: Resumo Estatístico dos dados mais significativos

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

4.6.2 Licenças por Nível de Ensino

Em relação à prevalência das licenças por nível de ensino exercido pelos professores, no período letivo de 2003 a 2007 pesquisados, verificou-se a diferença entre as licenças utilizadas pelos professores que lecionam nos ensinos Fundamental e Médio, administrativo e Fundamental e Médio, pois segundo relatórios da pesquisa documental, vários professores

desenvolvem atividades pedagógicas nestes dois níveis de ensino, trabalham em dois turnos, ou seja, possuem uma carga horária de 40 horas semanais.

Quanto à prevalência das licenças retiradas pelos professores, observou-se no ano de 2003 cerca de (43,03%) dos profissionais atuam no Ensino Fundamental; em 2004 houve um acréscimo das licenças e ficou com (60,32%) deste nível de ensino; no ano letivo de 2005 houve um decréscimo de 18,01 pontos e apresentando (42,31%); no período de 2006 a diferença diminui para 4,45 pontos percentuais e evidencia (37,86%) e o ano de 2007 demonstra um ligeira diferença superior de 5,68 pontos, ficando com (32,18%) das licenças para tratamento de saúde dos docentes neste ensino.

No que se refere aos dados correspondentes ao Ensino Médio, as licenças no período letivo de 2003 não apresentaram indicadores, a partir do ano de 2004, expressam as cifras mais elevadas com (4,78%), seguida de 2005 (3,85%) com diminuição de 0,93 pontos percentuais; no período de 2006 (0,97%) a diferença continua a diminuir para 2,88 pontos, e no ano de 2007 (1,15%) ocorre um pequeno aumento de 0,18 pontos percentuais. Ao longo destes cinco anos evidenciou-se uma diminuição dos professores que utilizaram licenças e desenvolveram suas atividades no Ensino Médio.

Em relação aos professores que lecionam nos Ensinos Fundamental e Médio, os dados mais significativos foram evidenciados no ano letivo de 2003, em (51,90%), posteriormente verificou-se um decréscimo de 24,92 pontos percentuais e no ano letivo de 2004 e evidenciou indicadores de (26,98%); no ano de 2005 (44,23%) demonstra uma acréscimo de 17,25 pontos; no período letivo de 2006 (40,78%) ocorre um decréscimo de 3,45 pontos, na sequência em 2007 (41,38%) apenas identificou-se um ligeiro aumento de 0.6 pontos percentuais.

Em relação aos profissionais que retiraram licenças e que atuam na parte administrativa evidenciaram uma evolução significativa nas licenças dos cinco anos pesquisados; em 2003, apresentou (5,07%), seguida de um aumento de 2,86 pontos percentuais (7,93%) em 2004; no ano de 2005 (9,62 %) surge um decréscimo de 1,68 pontos; no período de 2006 (20,39%) evidencia um aumento significativo de 10,76 pontos; e no ano de 2007 (25,29%) continua um ligeiro aumento de 4,9 pontos percentuais.

A evolução dos dados das licenças dos professores que desempenham suas atividades na parte administrativa, pode-se inferir que mediante os afastamentos para tratamento de saúde dos outros ensinos, eles acabaram sendo direcionados a desenvolver atividades nesta área da instituição escolar, ou seja, foram sendo readaptados nesta funções pedagógicas.

A partir destes indicadores, é possível, inferir que quanto aos docentes que desenvolvem suas funções pedagógicas nos ensinos Fundamental e Médio (41,09%), encontram-se mais propensos a desenvolver patologias relacionadas ao mal-estar docente. É necessário, pois, analisar os outros indicadores para assegurar o desencadeamento de acepções e não apenas uma variável isoladamente.

Outros estudos obtiveram resultados semelhantes e estabeleceram associações com o trabalho docente e as variáveis sócio-demográficas e ocupacionais, consoante a pesquisa de Chaves e Fonseca (2006), focalizaram-se os aspectos sócio-demográficos e ocupacionais de professores das escolas públicas e privadas do estado da Paraíba que melhor predizem o bem-estar subjetivo dos docentes. Identificaram também com maiores porcentagens em sua amostra em relação ou ao nível educacional ensinado pelos professores, onde verificaram que 48,2% lecionam no Ensino Fundamental (1ª fase); 35 % na Educação Infantil e 11,8% no Ensino Fundamental (2ª fase). Concluíram que, variáveis relacionadas ao contexto sócio-ocupacionais do corpo docente, podem influenciar diretamente no sentimento do bem-estar, ou o desencadeamento do mal-estar.

4.6.3 Licenças por Sexo

Em relação prevalência de licenças por sexo, as mulheres utilizaram mais licenças no decorrer dos cinco (5) anos pesquisados em relação aos homens. No ano letivo de 2003 as mulheres afastaram-se de suas atividades escolares (74,68%) frente ao sexo masculino com (25,32%) apontando uma diferença de 49,36 pontos percentuais. Ao longo do período pesquisado esta diferença aumentou, no ano 2004 em 68,26 pontos percentuais; no período de 2005 o crescimento da diferença ficou em 69,24 pontos, mediante o sexo masculino; em 2006 a prevalência de homens diminuiu significativamente e a diferença aumentou em 90,39 pontos frente ao sexo masculino; no ano de 2007 apenas 43,55 pontos percentuais diferenciavam as mulheres sobre os homens nas licenças médicas. Desta forma, no período de 2003 a 2007, (81,19 %) das mulheres recorreram às licenças médicas, frente à (18,81%) dos homens que se afastaram do trabalho por motivo de cuidados a saúde. Vale ressaltar, que neste estudo foram excluídas as licenças por gestação no período compreendido de investigação.

A tabela 8 expõe os dados das licenças distribuídas por sexo no período letivo de 2003 a 2007.

	Nº total professores	Nº total de licenças	Porcentagem
MULHERES	2.538	314	12,37%
HOMENS	510	70	13,72
TOTAL	3.048	384	12,60%

Tabela 8: Dados de licenças por sexo no período letivo de 2003 a 2007

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitibaanos

Ao comparar os dados do quadro de patologias em função do gênero dos professores, verificaram-se diferenças significativas ao relacionar a porcentagem total de licenças com o total de professores. Entretanto, o número de professores do sexo masculino também é menor 1,35 pontos percentuais de diferença em relação ao sexo feminino. A tabela 08 aponta as licenças retiradas pelas mulheres de 314 licenças, num universo de 2.538 professores, com porcentagem de 12,37%; nos homens o universo total de 510 professores com 80 licenças, contabilizaram 13,72%. Estes dados significam que deste ponto de vista as diferenças em relação ao gênero são poucas significativas.

Analisando as diferenças por sexo em cada diagnóstico das inúmeras patologias, verificou-se que algumas doenças são mais suscetíveis ao sexo masculino como: cardiologia, traumatologia e nefrologia.

O predomínio de profissionais do sexo feminino sobre o masculino não reflete a realidade da profissão no Brasil, segundo a distribuição por gênero. O fato de 81,19 % do universo estudado, ser do gênero feminino, e os homens com 18,81% está relacionado ao total das licenças, sendo um número maior de mulheres na profissão, reflete a sua predisposição ao mal-estar docente. Segundo a UNESCO (2004), 81,3% são professoras e 18,6% são professores. No entanto, a tabela 8 demonstra que de acordo com total do universo de professores e o número do total de licenças, tais dados divergem dos estudos apontados pela UNESCO.

Para Tardiff (2005), o professor feminino corresponde atualmente a 85% dos que atuam no nível primário e secundário. O autor relaciona o trabalho docente como uma extensão dos trabalhos domésticos, tradicionalmente realizados pelas mulheres. Além disso, a sociedade vigente atribuiu ao trabalho feminino uma imagem de tarefas invisíveis de caráter e investimento afetivo e serviço de ajuda ao outro, os quais se caracterizam por não produzirem resultados mensuráveis com objetivos concretos e alcançados. Em contrapartida, realizam um trabalho de doação para outras pessoas, sendo que, esta situação exige uma doação de si mesmo e o professor acaba sofrendo de “despersonalização”, ou seja, não sabe qual a função de sua profissão.

Nos estudos realizados por Codo (2002), tendo como amostra 39 mil professores em todo o país, concluiu que 48% dos educadores sofrem de algum sintoma do *burnout*. Identificou em seus estudos que 82,4 % dos professores pertenciam ao sexo feminino, porém, ressaltou que, atualmente, ocorre um aumento gradual e significativo da inserção de homens em uma profissão considerada feminina, sendo cotado como processo vigente e contínuo de desfeminização da atividade docente. A repercussão deste processo pode desencadear o conflito da identidade dos educadores, pois o trabalho e o gênero são fatores estruturantes da identidade profissional. A situação de vivenciar dramas pertencentes a diferentes gêneros, ainda se encontra em curso, não totalmente assimilada, mas contribuiu para a fragilização do educador, trazendo o não reconhecimento do próprio eu e tentam um descolamento das figuras de gênero e trabalho no âmbito da identidade profissional. A saída proposta pelo referido autor está na conscientização de ser homem ou mulher, independente de ser docente.

Os estudos dos autores Codo (2002); Tardiff (2005) vêm corroborar com este trabalho, no sentido de mostrar que a feminização na carreira docente ainda está vinculada a representações sociais do passado e vigentes, a qual teima em marcar o exercício do magistério como um dom, em especial, das mulheres, pois elas teriam o instinto maternal para entender as crianças. Entretanto, conforme pesquisas citadas, anteriormente, há indícios de que esse quadro vem mudando com a inserção dos homens na função do magistério.

4.6.4 A Formação dos Docentes em Licenças

Quanto à formação dos profissionais que utilizaram licenças médicas no período letivo escolar de 2003 a 2007, concentram-se os dados mais significativos nos docentes com maior qualificação, ou seja, portadores de diplomas de graduação e de pós-graduação. Isto reflete a exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - 9.394 de 20 de dezembro de 1996, onde requer a formação de docente para atuar na educação básica com nível superior. Assim, de acordo com as novas cobranças para a formação de professores, pela LDB, a partir de 2007, só serão admitidos professores habilitados em nível superior.

O nível de qualificação apresentado pelos professores que utilizaram licenças por motivo de saúde no período letivo de 2003 correspondeu aos docentes de formação de ensino com graduação com 37,97%; no ano de 2004 38,01% mostrou um ligeiro acréscimo de 0,04 pontos percentuais; em 2005 42,31% apresentou um aumento de 4,29 pontos; no ano de 2006 50,49% estende-se um aumento de 8,18 pontos; no período letivo de 2007 ocorreu um

decréscimo significativo de 25,2 pontos percentuais. Os professores com graduação que utilizaram as licenças apresentaram uma média de porcentagem de 2003 a 2007 de 38,84%.

No tocante aos profissionais com a pós-graduação afastados por tratamento de saúde, verificou-se em 2003 os indicadores de 37,97%, na sequência no ano de 2004 :53,97% um aumento importante de 16 pontos percentuais; no período de 2005: 50,0% indica um decréscimo de 3,97 pontos; em 2006 46,60% continua a perder 3,4 pontos; e no ano de 2007:60,92% um acréscimo significativo de 14,32 pontos percentuais. O indicador da formação do docente com pós-graduação apresentou uma média de porcentagem dos cinco anos de 49,89%.

Quanto à formação do docente, os dados coletados sobre o profissional com apenas o Ensino Médio revelaram em 2003: 24,06% e no ano seguinte de 2004:7,93 evidenciando um decréscimo de 16,13 pontos percentuais; no período de 2005: 7,69% demonstra ainda uma queda de 0,24 pontos; no ano letivo de 2006: 2,91% enfoca a diminuição de 4,78 pontos e no último ano de 2007: 13,79% sofreu um aumento de 10,88 pontos percentuais. O percentual total dos anos pesquisados dos docentes que desenvolvem suas atividades no magistério com formação no ensino médio situou-se em 11,28% Neste sentido, enfatiza-se que para melhorar a educação urge a necessidade da busca de graduação, pós-graduação e formação constante, pois a sociedade exige profissionais altamente capazes e competentes para formar outros sujeitos e para enfrentar a alta competitividade da grande aldeia globalizada em que se vive.

A elevada prevalência dos docentes com pós-graduação mostrou o incentivo do estado para aquisição de aperfeiçoamento, mas também correspondeu a uma busca para aumento na faixa salarial, conforme o plano de carreira estadual.

A busca por cursos que preencham os requisitos para almejar somente um degrau maior na carreira funcional nos remete a um questionamento e reflexão sobre a formação dos profissionais quanto à natureza de seu trabalho, o lugar que ocupam neste espaço escolar, a representação social como professor, entre outras prerrogativas importantes e salutaras no desenvolvimento do trabalho pedagógico.

Contudo, Esteve (1999) ressalta que a formação inicial do docente deveria proporcionar a aquisição de habilidades e competências de comunicação e relação, auxiliando a diagnosticar e prevenir possíveis fontes de estresse. Considera a formação inicial, uma estratégia para evitar o mal-estar docente, desde que, essa formação seja uma adequação às novas exigências e problemas do ensino, como mudança preventiva. O referido autor salienta que, comparativamente, a formação permanente tem menor importância preventivamente do que o processo de formação inicial para evitar o esgotamento. A busca de uma maior

adequação dos conteúdos da formação inicial, onde integre a realidade prática pedagógica permitindo ao futuro docente um entendimento e domínio técnico dos principais conteúdos para um bom desempenho no processo ensino/aprendizagem.

Numa visão divergente de Esteve (1999), Nóvoa (2002) compreende que a formação continuada de professores não pode ser entendida apenas como um acúmulo de horas de aperfeiçoamento em busca de títulos ou progressão na carreira e aumento salarial, o que está em cena é uma possibilidade de abertura e mudança educativa coerente e inovadora.

Em consonância com a posição de Nóvoa (2002), outro autor relevante para discutir esta questão é Jesus (2007, p.53), na compreensão que possui sobre formação continuada:

[.] não deve ser confundidas com meras ações de formação pontuais e desarticuladas, somente como meio de obtenção de “diplomas”, “certificados”, ou créditos que permitam uma progressão institucional na carreira docente, nem pode ser encarada de forma passiva pelo professor, limitando-se a assistir na perspectiva de “coleccionar certificados de presença”.

Para Alarcão (2001), a qualificação profissional dos professores está inserida numa tripla interação, sendo que primeiramente entende a dinâmica da docência implicada em competências de observação, análises, criatividade, relacionalidade e não esquecendo o olhar holístico do processo ensino-aprendizagem e, principalmente, se utilizarem as suas dúvidas e desafios do cotidiano da atividade pedagógica para buscarem um contexto de qualificação permanente. Enfim, o tripé de interação envolve as tarefas educativas, interação com o outro e a interação de cada um consigo próprio para estabelecer através do cotidiano pedagógico uma compreensão e ação com mais qualidade e utilizarem deste contexto de qualificação permanente. Entende o profissional da educação como um ser que lida com outros seres humanos, onde existe um comprometimento devido à complexidade desta atividade que envolve a relação interpessoal e histórias de vida, por isso, prefere referir-se aos professores como profissionais do humano.

Mediante estes fatos, observa-se a necessidade de um profissional da educação voltado à pesquisa em sala de aula, a reflexão e questionamento sobre os acontecimentos do cotidiano de seus alunos, pois a partir desta postura começa o exercício da formação constante, a qual exige leituras, soluções a dúvidas com outras profissionais e especialistas, mesmo a escola não possuindo uma equipe multidisciplinar, cabe ao professor conhecer seus alunos e, no mínimo, tentar buscar soluções para que o processo de ensino/aprendizagem seja adequado.

4.6.5 O Contrato de Trabalho dos Professores em Licenças

A análise dos dados relacionados à forma de contratação dos professores que retiraram licenças mostra uma prevalência no ano de 2003 com 92,4% dos docentes efetivos e 7,6% dos contratados temporariamente, perfazendo uma diferença de 84,8 pontos percentuais entre as formas de contrato.

No ano de 2004 92,06% aumentou a diferença com 84,12 pontos percentuais, essa diferença diminuiu para 69,24 pontos percentuais no ano de 2005, e voltou a aumentar em 2006 com 72,82 pontos. No entanto, em 2007 a diferença diminuiu 42,5 pontos percentuais frente aos professores contratados – ACT. Vale ressaltar que à média total situa-se em 70,04 % dos docentes efetivos, mediante a 14,65% dos profissionais com vínculo de trabalho temporário que usaram licenças para tratamento de saúde.

Estes dados significativos são consequências do advento da Constituição Federal de 1988, onde o fundamento está disposto no artigo 37, inciso II da Carta Magna, que afirma quanto à investidura em cargos ou emprego público depende de aprovação prévia em concursos públicos, visando atender os princípios de igualdade, legalidade, impessoalidade e moralidade.

Quanto aos professores contratados temporariamente estão amparados no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, admite a contratação no serviço público se comprovar uma necessidade excepcional de interesse público.

4.6.6 A Carga Horária dos Professores em Licença

De acordo com os resultados da pesquisa documental, a carga horária semanal dos docentes dedicada às atividades laborais encontra-se em 40 horas semanais em todos os períodos letivos. No ano de 2003, os professores que exerciam suas atividades no período de 40 horas situam-se em 89,87% e ao longo do período estudado aumentou para 73,02% em 2004, crescendo 16,85 pontos percentuais; no ano letivo de 2005, demonstrou um aumento de 0,06 pontos percentuais que representou 73,08%; no ano de 2006 registrou-se um aumento de 11,39 pontos, passando a uma prevalência 84,47% das licenças e no período de 2007 a porcentagem situou-se em 93,10% com aumento de 8,63 pontos percentuais.

A partir da análise realizada, identificou-se que os que mais recorrem às licenças para tratamento de saúde são aqueles que desenvolvem atividades pedagógicas com 40 horas

semanais, considerando a evolução de 36,93% e uma média de porcentagens 82,70% no período letivo de 2003 a 2007 nesta carga horária.

No que se refere à carga horária do trabalho docente correspondente a 10 horas semanais, no ano letivo de 2003, não apresentou indicadores de trabalho nesta carga. No período seguinte de 2004 foi contabilizado indicadores de 6,35%, aumentou 3,26 pontos percentuais em 2005 e situou-se em 9,61 pontos, entretanto, em 2006 houve um decréscimo de 8,64 pontos percentuais e no ano de 2007 não apresentou indicadores de licenças. Em relação à carga horária de 20 horas semanais registrou-se uma evolução significativa em 2003 de 3,89% com 17,72 pontos percentuais em relação ao período de 2004, que apresentou 20,63%, seguida de 2005 15,38% evidenciando uma diminuição de 5,25 pontos; no ano letivo de 2006 13,59% ocorreu um decréscimo de 1,79 pontos percentuais e no período de 2007 3,45% também diminuiu para 10,14 pontos. Na carga horária de 30 horas representada por 6,32% em 2003, no ano de 2004 não apresentou prevalências e somente em 2005 registraram-se novas licenças com 1,92%, diminuindo em 2006 0,95 pontos percentuais e contabilizando 0,97% da amostra, porém, em 2007 obtiveram um aumento de 2,48 pontos que representou 3,45% das licenças.

Concluiu-se que a carga horária semanal ministrada pelos docentes com maior representatividade de prevalências de doenças que afastam este profissional de suas funções do magistério situou-se em 40 horas, correlacionando estes resultados com o indicador de ensino ou função do professor, a qual demonstrou no Ensino Fundamental 43,14% e Fundamental e Médio 41,05% evidenciando que este profissional desenvolve suas atividades em dois turnos com diferentes séries, proporcionando um acúmulo de atividades que pode ser considerada geradores de sintomas do mal-estar docente.

Neste sentido, Codo (2002) na pesquisa sobre *burnout* enfatiza que a média dos professores que trabalham 40 horas na escola situa-se em 51,4%, havendo uma proporção de 28,6% em média que trabalha 20 horas. No caso da pesquisa que realizada, a média dos anos letivos de 2003 a 2007 dos docentes que lecionam com 40 horas encontra-se em 82,70% em relação a 11,38% em média aos que trabalham 20 horas, levando-se em conta que a presente pesquisa analisou todos os tipos de patologias, inclusive sintomas relacionados à síndrome do *burnout*.

Nóvoa (1992) aponta os doze fatores geradores de mal-estar docente que podem acometer o profissional da educação. Justifica estes indicadores devido às mudanças drásticas sofridas pela profissão docente e a forma com sente, olha e percebe o ensino. Dentre os doze fatores, cabe aqui salienta a relação da variável carga horária dos docentes e a fragmentação

do trabalho do professor; o autor enfoca que a atividade pedagógica ultrapassa a sala de aula propriamente dita, os professores desempenham tarefas administrativas, organizam tempo para corrigir atividades dos alunos, atendimento de alunos e pais, organiza diversas atividades, participam de reuniões pedagógicas, seminários e cumpre uma rotina de cuidar dos alunos no recreio.

Diante disso, no que se refere à amostra pesquisada evidenciou-se que o cotidiano pedagógico ultrapassa às 40 horas semanais e são inúmeros os geradores de mal-estar docente, pois o professor lotado em 40 horas com turmas diferentes possui também trabalhos diversificados e extraclases, por conseguinte, acaba desenvolvendo em casa as tarefas ou ocupando os intervalos na escola, perdendo a interação e troca de ideias com o restante do corpo docente.

Nos estudos de Mosqueira *et al* (1996), observaram em suas pesquisas as possíveis causas e efeitos do mal-estar de professores que convivem na realidade vigente cultural. O estudo foi aplicado nos professores de alguns cursos da PUC- RS e foi identificado queixas acerca das condições de trabalho com sobrecarga de horas e dificuldades de cumprimento de tarefas.

Ainda, Mosqueira *et al* (1996) propõem na conclusão do referido estudo algumas possibilidades de formação docente; a valorização do profissional docente pelo conhecimento e pela competência; a busca pela relevância social e o real poder do professor como cidadão e profissional.

Enfim, as mais diversas propostas focalizam uma nova representação social do ser docente, mediada por saberes e muita determinação para construção de um real e não ideais fragmentados e mitificados.

4.6.7 Idade Média dos Professores em Licença

No que se refere à idade média dos docentes em licença para afastamento de tratamento de saúde, evidenciou-se apenas variações, no decorrer dos cinco anos analisados. No ano letivo de 2003, a faixa de idade situou-se em 42 anos em média; no ano letivo de 2004 verificou-se o aumento de 1 ano na média, ficando com 43 anos, já no ano seguinte de 2005 situou-se em 44 anos; no período letivo de 2006 permaneceu a mesma idade média entre 44 anos, e em 2007 apresentou uma queda de 5 anos e situou-se em 39 anos. A média total dos períodos de 2003 a 2007 está em torno de 42 anos. Vale registrar, quanto à variação dos cinco

anos pesquisados, as idades dos afastamentos para tratamento de saúde compreende entre 21 a 65 anos.

O predomínio de professores com idade média de 42 anos, de acordo com todos os períodos letivos pesquisados, está acima da média dos professores no Brasil que foi de 37,8 anos de acordo com UNESCO (2004).

A pesquisa de Souza Filho; Naujorks (2006, p.36) identificou os indicadores de mal-estar docente nos professores de medicina da UFSM, assim como, focalizou e relacionou os aspectos sócio-demográficos, ocupacionais e evidenciou a idade mínima de 37 anos, e a idade média em torno de 48 anos. Os autores citaram os conceitos de Mosqueira e Stöbaus, os quais consideram essa fase da idade média como adultez (termo utilizado pelos autores da pesquisa) média com características "... sentimentos diversos relacionados tanto aos sucessos quanto às frustrações poderiam se manifestar, pois, ao mesmo tempo em que os sujeitos já possuem uma bagagem experiencial, defrontam-se com situações próprias da faixa etária da citada segunda fase existencial da vida adulta." Nesta pesquisa, concluíram que a variável idade pode influenciar no desencadeamento do mal-estar quando não acompanhado com reciclagem e aquisições de habilidades para desempenhar a função docente.

4.6.8 Duração Média das Licenças Utilizadas pelos Professores

O tempo de duração média das licenças evidenciou algumas variações no decorrer dos cinco anos pesquisados. No período letivo de 2003, as licenças registraram uma média de 29 dias, e depois aumentou para 38 dias, no ano de 2004, no ano seguinte de 2005 apresentou um aumento significativo de 64 dias, depois nos dois anos seguintes de 2006 com 28, e 2007 com 30 dias, demonstrando uma queda expressiva. A média geral dos cinco anos de duração das licenças situou-se em 38 dias, considerado elevado se multiplicado pelo total de professores afastados, contabilizando um total de 13.320 dias perdidos, considerando a perda para aprendizagem dos alunos, para a escola e também para os professores, conforme termo utilizado por Esteve (1999).

A atribuição de tempo de afastamento compete à análise do perito da Inspeção Médica, cabe a ele diagnosticar e prescrever os dias de afastamento, conforme doenças relatadas pelos professores. Cabe salientar, que se identificou a prevalência de licenças de 15 dias, sendo que este tempo de licença foi superior dentre as demais durações de ausências.

4.6.9 Tempo Médio de Trabalho dos Professores em Licença

O tempo de trabalho docente nas atividades no magistério evoluiu de maneira estável e no final dos cinco anos analisados apresentou um decréscimo. No ano letivo de 2003 e 2004, o tempo de trabalho permaneceu em torno de 17 anos de trabalho, no período letivo de 2005 apresentou um aumento de 3 pontos situando-se com 20 anos, somente nos anos de 2006 e 2007 houve um decréscimo de 5 pontos, ambos os anos demonstraram 15 anos de tempo de trabalho na carreira do magistério.

O tempo mínimo de trabalho onde os docentes recorrem às licenças para tratamento de saúde situou-se em 2 anos, principalmente, nas patologias relacionadas à endocrinologia, infecciosas e respiratórias. Houve uma prevalência nas manifestações de mal-estar no tempo de serviço correspondente aos 31 anos de trabalho.

Neste sentido, Hubermann (*apud* NÓVOA,1995) compreende que o tempo de trabalho docente no magistério perpassa por um ciclo de vida dos professores e estabelece fases sequências ao longo dos anos. Entretanto, o autor ressalta que as fases nem sempre são vivenciadas numa ordem não linear e a nem todos os critérios de uma determinada profissão experimentam tais fases. Compreende o desenvolvimento de uma carreira como um processo e não uma série de eventos. Enfim, a fase sugerida de 31 anos na função, relaciona-se a serenidade do docente deixando a postura de ambicioso. Na dinâmica da sala de aula, apresenta-se uma tendência de domínio e uma sensação de bem-estar com isso. Ainda nesta fase, não exercem o sentimento de culpa pelos aproveitamentos insuficientes, evidenciando certo equilíbrio.

Ainda, Nóvoa (1995) refere-se aos 2 anos de tempo de serviço no magistério como fase de entrada na carreira, onde o professor situa-se num estado de sobrevivência e descoberta. A sobrevivência ao perceber o distanciamento entre os ideais da carreira e a dura realidade cotidiana da sala de aula como: trabalho fragmentado, lidar com alunos ditos problemas, falta de material didático, entre outros.

Diante do exposto, perceberam-se as diversas fases de atuação dos docentes num mesmo ambiente de trabalho, demonstrando as inúmeras exigências de equilíbrio e compreensão entre os docentes recém ingressos e aqueles que se encontram algum tempo na instituição.

No entanto, a presente dissertação, revelou uma posição divergente da contribuição teórica de Nóvoa, pois, os professores pesquisados demonstraram um absenteísmo para tratamento de saúde no período inicial de carreira, evidenciando o mal-estar investigado.

4.6.10 Diagnósticos mais Frequentes das Licenças dos Professores

No momento de se considerar o quadro patológico mais frequente entre os professores torna-se fundamental levar em conta a análise do profissional de saúde e da classificação dos diagnósticos, conforme o CID – 10, ou seja, quem determina o tipo de doença sofrida pelo professor e os dias de afastamentos são os profissionais de medicina, odontologia, entre outros.

Os dados expostos anteriormente nos gráficos, integram todos os itens retirados das pastas funcionais e dos atestados médicos e odontológicos de cada docente que utilizaram licenças. Os diagnósticos mais frequentes das licenças dos professores foram referentes a patologias relacionadas a doenças psiquiátricas com 112 prevalências 78 e convalescença 33, nesta ordem, as mais expressivas registradas no período de 2003 a 2007. Estes diagnósticos aparecem nesta ordem também nos anos de 2006 e 2007, nos períodos letivos de 2003, 2004 e 2005, a terceira prevalência das licenças está relacionada com pessoas em contato com os serviços de saúde em outras circunstâncias, ainda que algumas licenças como ginecológicas e ORL representem dados bem próximos ao terceiro lugar com apenas um ou dois pontos de diferença.

Vale ressaltar que o código Z-76 contemplado no CID -10 - aborda como um tipo de acompanhamento de pessoa em outras circunstâncias. Os diagnósticos mais frequentes foram: depressão, dor lombar, recuperação para tratamento quimioterapia, radioterapia e pós-cirúrgico.

Outros dados preliminares semelhantes forma encontrados nos resultados pesquisados e descritos por Esteve (1999), os afastamentos por licenças médicas onde os motivos mais frequentes foram: 1)traumatologia; 2) otorrinolaringologia; 3) psiquiatria.

Outros estudos obtiveram resultados semelhantes e encontraram associações com o mal-estar e o afastamento laboral. Zacchi (2004) pesquisou sobre a vida e saúde na rede municipal de Palhoça, discutiu a relação trabalho docente e suas condições de realização. Identificou as licenças mais utilizadas para tratamento de saúde entre os professores, sendo as principais patologias de ordem psicológica, sendo a depressão com maior prevalência entre os docentes.

Na pesquisa de Delcor (2003) realizada com professores de rede particular de Vitória da Conquista, verificou-se dentre outras queixas dos docentes: cansaço mental, dor de garganta, rouquidão e distúrbios psíquicos menores.

O estudo de Gasparini *et al* (2005) observou as relações entre o processo de trabalho docente e as reais condições de desenvolvimento e a possibilidade de adoecimento físico e mental dos professores, buscaram entendimento do processo saúde-doença do trabalhador da educação e as possíveis associações do trabalho por motivo de saúde. Analisou os dados através da Gerência de Saúde do Servidor da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, MG. Verificou que os transtornos psíquicos ocupam o primeiro lugar entre os diagnósticos; em segundo doenças do aparelho digestivo e, em terceiro, as doenças relacionadas à traumatologia.

4.6.11 Os Ciclos de Estresse e a Relação com as Licenças dos Docentes

O trabalho canadense de Hembling e Gilliland (*apud* ESTEVE, 1999) identificou os ciclos de estresse ao longo do período escolar e evidenciou a distribuição mensal das licenças dos docentes em gráficos de três tipos, os quais reproduzem a estrutura de três trimestres, onde o número de licenças foi aumentando de acordo com trimestres, havendo uma redução nos períodos de férias.

Os dados do trabalho de Esteve (1999) podem ser relacionados com este estudo, pois os gráficos analisados e expostos anteriormente apresentam dois a três picos significativos e conseqüentemente variando a distribuição das licenças na 2º, 3º, 4º trimestre do ano letivo de 2003 a 2005.

Considerou-se um fator significativo e pode-se levantar a hipótese da relação entre os ciclos de estresse ao longo do período escolar e da distribuição mensal das licenças, pois, são relevantes os afastamentos durante os trimestres, vindo a diminuir e estabelecer-se nos meses de novembro, isto nos cinco anos estudados.

Para Esteve (1999), em relação ao ciclo de estresse, o autor não afirma categoricamente suas relações nos resultados de seu estudo, devido sua complexidade, mas estabeleceu relações entre o aumento da tensão nos períodos de trabalho e as licenças retiradas pelos professores para tratamento de algum tipo de mal-estar.

4.6.12 Evolução dos Indicadores do Nível de Ensino, Formação e Absenteísmo dos Períodos Letivos de 2003 a 2007.

O gráfico 63 demonstra a evolução do mal-estar e a função desempenhada pelos professores em licença no período letivo de 2003 a 2007.

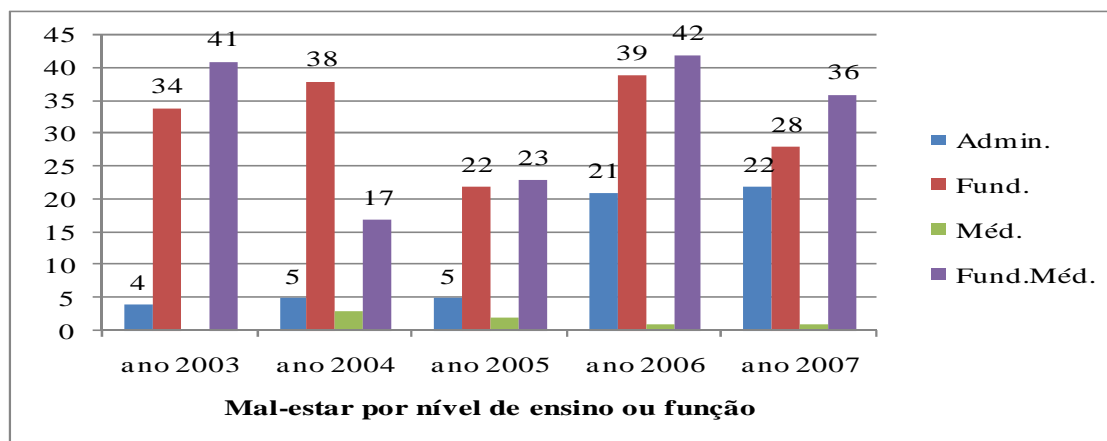


Gráfico nº 63 : Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitiba, evolução do mal-estar por nível de ensino ou função.

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitiba.

Neste gráfico, foram identificados os profissionais que exerceram suas funções nos níveis de ensino fundamental, médio, fundamental/médio, administrativo e que não apresentaram manifestações de mal-estar no período de 2003 a 2005. A partir de 2006, o mal-estar também se instala em funções administrativas com vertiginoso aumento, pode-se inferir que os professores desenvolveram um sistema de refúgio como mecanismo de defesa para amenizar o sofrimento, pois, desde o ano pesquisado de 2003 os docentes foram sendo transferidos para a área administrativa e ausentando-se do exercício do magistério em sala de aula, e o termo utilizado pela instituição seria uma readaptação deste profissional. O gráfico 62, ainda, evidencia que os dilemas do exercício da profissão no ensino Fundamental apresentaram indicadores significativos de mal-estar em 2003 e 2004, mas ocorreu uma queda em 2005, infelizmente não ocorreu um trabalho estimulante para evitar o adoecimento dos professores, apenas diminuíram as licenças para tratamento de saúde. Em relação aos profissionais do ensino médio os indicadores de mal-estar permanecem em uma aparente tranquilidade, contudo, estão inseridos de certa forma nos professores que lecionam no ensino médio e fundamental que mostra dados altos, principalmente em 2003, 2006 e 2007.

Durante a pesquisa realizada, identificou-se que os profissionais que atuam no ensino médio não estiveram acometidos de algum tipo de “mal-estar” nesse período de 2003 a 2007, no entanto, estes números podem estar ocultados no ensino fundamental/médio, os quais não foram possíveis separar os dados nos prontuários dos professores. Estes dados da ausência de indicadores de sofrimento dos professores que atuam no ensino médio não convergem com os teóricos Jesus (2007), Esteve (1999) que sugerem a violência dos jovens, indisciplina e etc., como geradores do mal-estar docente

Na sequência, o gráfico 64 apresenta os níveis de formação dos docentes e os dados de absenteísmo.

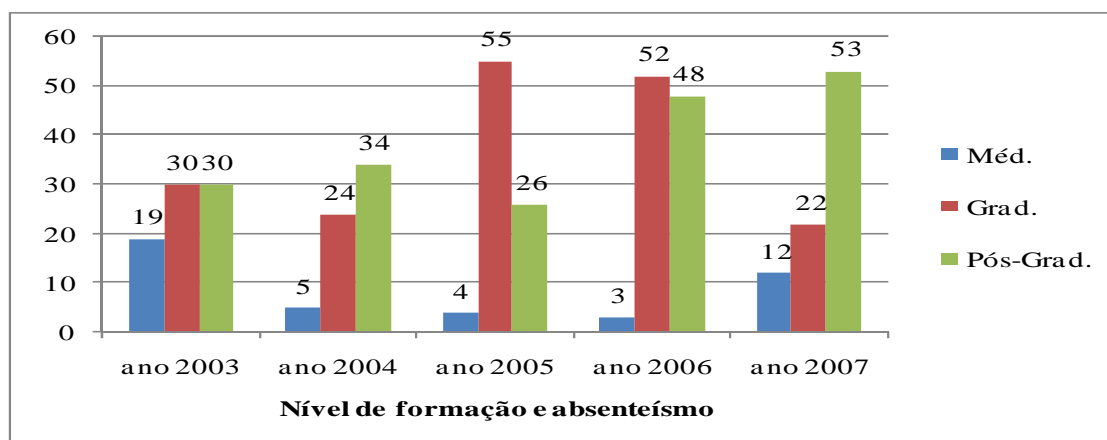


Gráfico nº 64: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitibaanos, nível de formação e absenteísmo.

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitibaanos.

No gráfico sobre nível de formação e absenteísmo, em relação aos professores que atuam no nível médio verificou-se uma diminuição que pode corresponder ao um número cada vez menor de professores sem graduação. No ano de 2003, houve um pico de profissionais que possuem graduação, talvez corresponda ao evento ampliado de oferta de graduação em anos anteriores e, posteriormente, os docentes obtiveram o título. No indicador pós-graduação que evidenciou certa ascendência no decorrer do período letivo de 2003 a 2005, poder ser entendido que o professor com maior formação tem uma propensão de decepção e expectativas no magistério, conseqüentemente mais mal-estar, denotando menor ilusão e mais consciência dos limites e controles no exercício docente. Este dado diverge de autores como Nóvoa (1995), Esteve (1999) em que defendem que a formação contínua diminuiria o mal-estar, em nosso estudo sobre o mal-estar: trabalho, saúde e educação, demonstra o contrário da teoria proposta pelos autores, os resultados evidenciaram o aumento do mal-estar, entretanto, não foi foco desta pesquisa saber o tipo e consistência de cada formação dos professores, sabendo que em nosso sistema de ensino oferece inúmeras maneiras aligeiradas de obter um título ou diploma. Tal maneira aligeirada, termo utilizado por Freitas (2003) para se referir os diplomas de graduação das licenciaturas realizada a distância e finais de semana, ou seja, as formas simplificadas da definição do processo de formação do professor.

O gráfico 65 apresenta os cruzamentos de dados em relação à idade, tempo na função e patologias dos professores em licença.

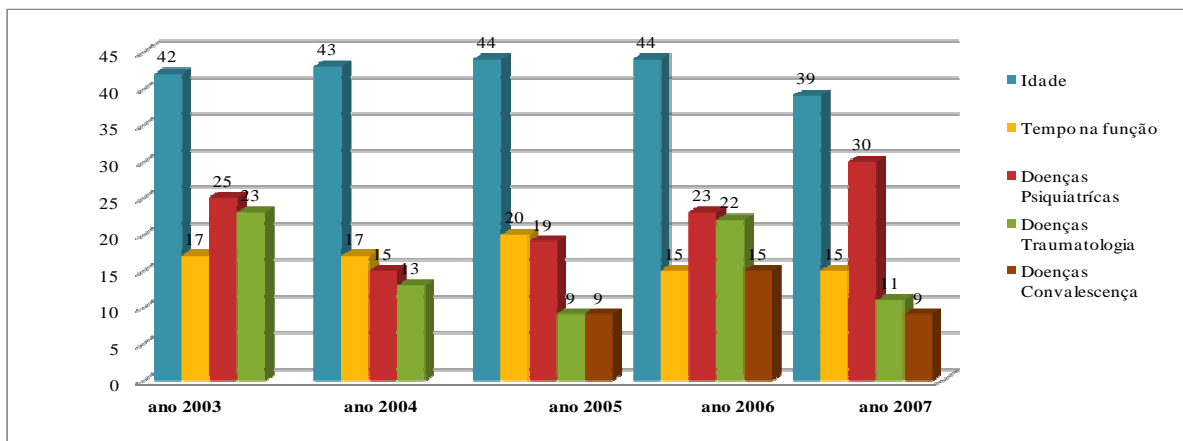


Gráfico n° 65: Licenças oficiais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio e corpo administrativo da GERED de Curitibaanos, idade, tempo na função e patologias.

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de documentos disponibilizados pela GERED Curitibaanos

O referido gráfico sistematiza o cruzamento de dados da idade, tempo na função e as patologias mais relevantes manifestadas durante o período pesquisado de 2003 a 2007. Observa-se que a idade dos docentes evidenciou uma variação de 39 a 44 anos. A relação entre a idade e tempo na função denota aproximação da aposentadoria, a qual acarreta não somente acúmulo de tempo, evidencia doenças psiquiátricas e de traumatologia em todos os anos letivos; no ano seguinte de 2005, as doenças de convalescença surgem com certa linearidade, evidenciando os afastamentos para tratamento de saúde em doenças que exigem recuperação prolongada como por exemplo: o câncer. As afecções vinculadas à psiquiatria aparecem em todos os anos, mas com maior evidência no ano de 2007, no entanto ocorreu uma diminuição da idade; as doenças de traumatologia ficaram evidentes no ano de 2003 e 2006.

No gráfico 65, apresenta-se uma relação: que quanto maior a idade, maior as doenças psiquiátricas e doenças ocupacionais, as quais podem desencadear descompensações e instalação de patologias.

O contexto educacional contribui para o desencadeamento do sofrimento psíquico e físico, sendo oriundos de inúmeros fatores, entre eles, poderíamos apontar questões relacionadas à saúde/trabalho considerados pontos fundamentais para surgir o desgaste, estresse, entre outros, provocados pela intensa jornada de trabalho, perda da autoridade do professor, perda da posição social da profissão, indisciplina e violência escolar. Somados a este cenário, as formas do sistema organizacional educacional sobre a saúde dos professores contribuem para aumentar os adoecimentos destes profissionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática que engloba o mal-estar docente é bastante atual e trata de uma preocupação mundial. Portanto, estudar e compreender os indicadores de sofrimento no trabalho dos professores, permite conhecer um pouco melhor seus sentimentos, motivações e interesses, enquanto pessoas que desempenham um papel fundamental no desenvolvimento de cada aluno não somente na esfera escolar, mas uma preparação na vida destes.

Os papéis exercidos pelo professor para atingir às exigências da instituição escolar são oriundas das inovações e transformações sociais que está em curso na sociedade e diante desse dilema o professor sofre por não corresponder à altura com as novas demandas e por consequência, não poder educar esse aluno para o mundo, diante disso, está propenso à desencadear sintomas de ordem emocional, comportamental e psicossocial.

Esta integração dos fatores faz com que o profissional da educação tenha um desgaste físico e emocional que pode implicar em suas atividades pessoais e profissionais, levando-o muitas vezes, ao abandono do exercício docente, diante da não possibilidade de atuação e da prática real no cotidiano escolar. Uma das causas está relacionada com as mudanças, face ao lugar que a escola, o professor e seus significantes ocupam na sociedade moderna.

Esta investigação se propôs a analisar os indicadores relacionados ao contexto pedagógico que implicam na saúde dos docentes da GERED – Curitiba e que, por consequência, acabam os afastando de suas atividades laborais.

A coleta de dados nos prontuários das licenças dos professores que compuseram a amostra desta investigação e análise desses nos permitiu evidenciar que houve uma prevalência de mal-estar docente nos professores, no período de 2003-2007. De acordo com Esteve (1999), chegou ao último degrau do esgotamento docente. Considerando que 384 professores, num universo de 3.048 que foram acometidos em sua saúde física ou mental, atingiram os números de 16,60% do total de professores durante o período referido da pesquisa.

Verificou-se, ainda, que os professores neste período de estudo, estiveram afastados por um período de 13.320 dias de licenças. Ao longo destes cinco anos, mantiveram-se os dados das fontes de licenças mais significativas que foram: os diagnósticos psiquiátricos, traumatológicos e convalescença. Estes três diagnósticos acumularam um número de dias de licenças com prevalências de 58,41% do total contabilizado. No entanto, vale ressaltar que a

duração média das licenças no geral representou 38 dias, mas com uma variação de 20 a 64 dias de afastamento.

Estes dados permitem aferir que a saúde mental do professor requer uma atenção especial pela frequência do diagnóstico de transtornos psíquicos entre as causas de afastamento no trabalho. Este aspecto merece aprofundamento e análise. As licenças traumatológicas que representaram 19% do total de dias ficaram em segundo lugar, se comparado ao total de professores que procuraram tratamento de saúde no período investigado. A maior parte destes problemas é produzida no ambiente de trabalho, conforme os laudos analisados com diagnósticos de dor lombar, tendinite, lesões nos membros superiores, ritmo de trabalho penoso, processos alérgicos, respiratórios, além, das doenças psicossomáticas.

Ainda, neste âmbito, efetua-se a relação entre os dados das licenças traumatológicas e psiquiátricas com o fator de carga horária desempenhada pelos professores, as quais durante os cinco anos pesquisados predominaram a carga horária de 40 horas semanais com 82,70% mediante as outras cargas. A relação destes fatores está relacionada às condições de trabalho destes profissionais, dentre as quais se pode citar o elevado número de alunos, pertinentes exigências e responsabilidades derivadas das novas tecnologias e o avanço social, a violência, a indisciplina, entre outros. Todos estes elementos, juntamente com a pressão psicológica no trabalho, desencadeiam tensões e sensação de não alcance das metas propostas. Neste âmbito educacional, o excesso e acúmulo de tarefas direcionam para o esgotamento mental e físico, ou seja, Codo (1999) refere-se à instalação e cristalização do *burnout*. A exaustão profissional percebida pelas licenças de tratamento pode estar relacionada à carga horária exercida pelos docentes. Neste sentido, Jesus (2007) enfoca que a função docente exige relações interpessoais intensas e que podem ocasionar sintomas que traduzem exaustão profissional, ou seja, o profissional dedica-se em atividades, mas não recebe o reconhecimento do seu empenho e esforço, com isso, sente-se incapaz mediante tais exigências, o que pode provocar exaustão emocional, despersonalização e falta de realização pessoal.

Outra fonte de licenças, nos períodos letivos estudados, além dos três diagnósticos, acima citados, foram as afecções ginecológicas no ano de 2003, utilizadas por 6 professores que perfizeram 360 dias de afastamento; no período de 2004, as doenças respiratórias representaram 240 dias de ausências através de 7 licenças; em 2005 as doenças otorrinolaringológicas com 3 diagnósticos totalizaram 1.140 dias; no ano de 2006 as doenças ginecológicas voltaram a ter representatividade através de 7 licenças que geraram 195 dias de

afastamentos; em 2007 os dias de ausências para tratamento utilizados em convalescença perfizeram 270 dias através de 8 licenças.

É importante, também, ressaltar que um dado relevante neste processo de adoecimento são alguns diagnósticos considerados pela perícia médica como doentes crônicos (tratamento médico permanente) de determinadas patologias, mediante tais diagnósticos, são destinados a exercer tarefas administrativas, ausentando-se, assim, da sala de aula. Estes afastamentos do exercício da sala de aula para setor administrativo foi significativo no ano letivo de 2006 e 2007, evidenciando uma fuga do ato pedagógico ou podendo representar um pedido de ajuda frente à situação de sofrimento laboral. Evidenciou-se também que outros profissionais da educação foram afastados para tratamento de saúde prolongado, os quais exigiram um período de convalescença de doenças relacionadas ao câncer de língua, útero, membros inferiores, garganta, entre outros.

Os dados coletados são relevantes e permitem afirmar que como resultante ao mal-estar docente está o absentismo trabalhista, esta é uma reação para se resolver os fatores relacionados à saúde dos docentes. Tais fatores, caracterizadas pelas patologias determinaram as ausências do docente do exercício pedagógico, as quais apresentam, conforme Esteve (1999), um aspecto negativo de rebaixar a qualidade do processo ensino/aprendizagem, mas ao mesmo tempo serve como mecanismo de defesa utilizado pelo professor para aliviar a tensão oriunda do trabalho.

Nesta dinâmica do adoecimento, observa-se a necessidade de estratégias de intervenção adequadas para tratamento destes profissionais acometidos de transtornos mentais. Outro fator aventado neste contexto trata-se do trabalho em equipe no âmbito pedagógico, com objetivo de compartilhamento dos sucessos e problemas, sendo uma das formas mais adequada de lidar com o mal-estar profissional.

Ainda, no que se refere ao contexto escolar, à imagem do professor deve ser vista pela comunidade escolar e por ele mesmo como um sujeito que deseja se realizar profissionalmente, não apenas, visto como um instrumento individual e técnico de transmissão de conhecimentos. O trabalho em equipe diminui o isolamento do ato pedagógico, traz um suporte social, propiciando uma convergência nas estratégias utilizadas para solução de problemas no processo ensino/aprendizagem. Neste sentido, a cooperação entre os docentes, conforme Jesus (2007, p.62), “pode ser uma caminho (ou obstáculo, se existir) para o bem-estar docente e para a inovação e qualidade do ensino”.

Na ótica de Nóvoa (1995), o trabalho de cooperação entre os professores ao contexto sociopolítico não requer apenas mudanças entre os docentes, mas, urge alterar o contexto que

ele desempenha suas atividades. Para Jesus (2007), a solução das situações de mal-estar perpassa pela melhoria do contexto social e das condições de trabalho dos docentes.

No que se refere à variável gênero, os dados coletados e analisados nos permitiram identificar que dos participantes o maior número de sujeitos acometidos de algum mal estar docente são do sexo feminino, ou seja, 81,19% sobre 18,81% dos docentes masculinos. Vale ressaltar que nos anos de 2005 a 2006 ocorreu um aumento significativo no número de professores femininos afastados, ou seja, 52%; no período letivo de 2005, o universo total era de 52 professores, dentre estes, 36 eram mulheres. No ano de 2006 houve um aumento de 50 mulheres no total de 94 professores. Este predomínio é também abordado por Esteve (1999) que observou em seus estudos sobre o mal-estar docente que as mulheres são mais afetadas do que os homens. Codo (2002) salienta que atualmente a profissão docente encontra-se em processo de desfeminização devido ao egresso de homens nas atividades do magistério. Segundo Rudd e Wiseman (*apud* ESTEVE 1999), as mulheres são mais afetadas por problemas ocorridos em sala de aula, por outro lado, os homens sentem-se mais acometidos pelo contexto em que exercem a docência.

Diante dos dados da pesquisa de Esteve (1999), divergimos dos apontamentos deste autor, pois, a presente dissertação evidenciou que os homens também apresentaram fatores de mal-estar docente relacionados a doenças do exercício do magistério em sala de aula.

Em relação ao nível de ensino onde estes profissionais atuam e foram acometidos de mal-estar, identificou-se uma manutenção das prevalências das licenças ao longo dos cinco anos investigados, isto é, no ensino Fundamental (43,24%) e Médio/Fundamental (41,05%). No entanto, no ensino Médio/Fundamental pode estar ocultando prevalências, por somar estes dois níveis de ensino num mesmo fator, pois na secretaria de educação não foi encontrado as fichas funcionais com dados separados para contabilizar a real situação.

Outro fator que pode estar relacionado ao mal-estar se refere à formação dos profissionais da educação. Identificaram-se, nos dados analisados, que 49,91% dos profissionais que se afastaram para tratamento de saúde possuem pós-graduação, evidenciando que quanto mais esclarecidos, maior a noção de percepção do mundo que os cercam. Infelizmente, os docentes não conseguem elaborar tais conflitos e acabam adoecendo, sendo em sua maioria de 85,35% com vínculo efetivo. O vínculo de trabalho efetivo oferece um plano de saúde pago pelos próprios professores, entretanto, aqueles contratos (43,11%) por tempo de serviço limitado não gozam do mesmo direito.

No que se refere à faixa de idade verificou-se que a maior prevalência de adoecimento destes profissionais está na faixa de idade dos 42 anos, sendo que, apresentou variações entre os 21 e os 55 anos.

Quanto ao tempo médio de exercício na função docente, os profissionais mais afetados pelas licenças, situam-se na média geral de 17 anos, mas, ao longo dos cinco anos investigados registraram-se variações entre 4 e 31 anos.

O instrumento de pesquisa (Anexo 01) adaptado em relação ao proposto por Esteve (1999) permitiu a identificação de inúmeras variáveis que podem causar o mal-estar entre os professores. Além disso, nos permitiu contrapor os dados coletados por este autor no contexto europeu com os do contexto dos professores brasileiros, e com as indagações do referido autor sobre a situação dos professores brasileiros e, suas condições laborais inferiores aos professores europeus. Após os resultados desta pesquisa podemos inferir, mediante a amostra investigada, que os professores brasileiros sofrem do mal-estar na mesma proporção que os europeus, comparando alguns resultados das pesquisas.

Os encaminhamentos são necessários e urgentes objetivando a qualidade de vida destes profissionais que utilizam inúmeros elementos físicos e inter-relações psíquicas para desempenhar suas atividades laborais. No entanto, a preocupação volta-se também para aqueles professores que padecem de algum tipo de mal-estar no exercício de suas atividades, mas, ainda não manifestaram algum tipo de patologia. Nesse sentido, apontaremos alguns encaminhamentos para se evitar a instalação do mal-estar docente na formação inicial e permanente do profissional da educação, bem como, o papel da psicologia e propostas de saúde mental para o bem-estar dos professores.

5.1 ENCAMINHAMENTOS PARA EVITAR O MAL-ESTAR DOCENTE

Quando diagnosticada a presença do mal-estar docente no contexto pedagógico e os fatores que o produzem, é possível propor alguns encaminhamentos que evitem a manifestação desse mal-estar e impliquem, desta forma, no exercício da função pedagógica e/ou administrativa.

Na perspectiva de Esteve (1999), evidenciam-se dois enfoques diferentes na apresentação de possibilidades de solução. Em primeiro lugar, é necessário haver uma abordagem preventiva, esta medida se verifica, principalmente, em virtude das brechas constatadas na formação inicial dos professores para que reconstruam novos enfoques e incorporem novas abordagens de formação, para evitar as consequências negativas divulgadas

em vários estudos sobre o mal-estar. Diante das mudanças do papel do professor, devido às modificações e exigências no contexto social e nas relações interpessoais, urge a necessidade de reconstruir o período de formação inicial, buscando uma adequação aos novos problemas do ensino. Caso contrário, se não houver enfoques preventivos, a tendência é de aumento de professores desconcertados e frustrados frente ao início do exercício de sua função.

No segundo enfoque, o referido autor propõe articular uma estrutura de ajuda para os professores em exercício, visando uma convergência e evitando contradições na postura profissional docente, ou seja, contextualizando seu conhecimento com as atividades pedagógicas desenvolvidas em sala de aula. Neste sentido Esteve (1999, p.118) propõe que “[...] os professores em exercício podem assimilar as transformações produzidas em sala de aula, conseqüentemente, seu estilo e o papel que vão desempenhar”.

5.1.1 Estratégias para evitar o Mal-Estar docente no processo de formação inicial

No processo de formação inicial, os estudos de Esteve (1999) propuseram a articulação de três grandes linhas em relação ao trabalho profissional docente, a saber: a) a seleção de mecanismos para seleção inicial do professorado. Amparado em diversos estudos aponta a importância desta seleção inicial dos futuros professores, não apenas em suas capacidades intelectuais, mas também em critérios motivacionais e de personalidade, como prevenção ao ingresso à profissão docente de personalidades frágeis, desejosas de compensar sua debilidade, entre outros. Esta seleção se justifica, pelos riscos que os indivíduos podem sofrer frente às dificuldades crescentes da profissão docente e também pelos danos psicológicos que podem multiplicar-se entre os alunos e professores (ESTEVE, 1999).

b) Outra linha do processo de formação inicial situa-se na substituição dos enfoques normativos por enfoques descritivos. O enfoque normativo tem embasamento na formação inicial do docente desde o surgimento do conceito de formação inicial, bem como, orientam os programas de formação docente orientados por um modelo de professor eficaz e bom. Tal modelo de bom professor, constituído em normas, estabelece as tarefas e as abordagens da formação docente, repassam ao futuro professor o que deve fazer, pensar e evitar para desempenhar uma boa atuação do ensino do modelo proposto.

Os enfoques normativos pressupõem que o professor é o único responsável pela eficácia docente, pois se estabelece uma relação direta entre personalidade do professor o êxito no magistério. Caso, contrário, o professor não serve, porque não é um bom profissional.

O professor com formação baseada em enfoques normativos apresenta uma tendência a se culpar com os enfrentamentos da realidade do cotidiano pedagógico, devido sua personalidade apresentar limitações e não fechar com o perfil ou modelo de professor idealizado, com o qual se identificou durante o tempo de formação inicial. Diante destes aspectos, o professor pode entrar numa crise de identidade profissional (MOSQUEIRA; STÖBUS 1999, p.126).

A utilização dos enfoques descritivos, levando-se em conta o sucesso do magistério, ainda, depende da atuação correta do professor que responda a uma série de condições implicadas na interação professor/aluno. Neste caso, os professores iniciantes enfrentam as primeiras dificuldades e fracassos, questionando sua atuação, mas não questionam desde o início a si mesmo.

Na perspectiva do modelo descritivo quando o professor constata um fracasso, começa a corrigir sua atuação e vai à busca de conhecimentos para auxiliar no processo de ensino, com objetivo de encontrar uma solução para situações que não tem domínio.

Os estudos de Mosqueira; Stöbus (2003) destacam a importância da formação continuada dos docentes e o abandono dos enfoques normativos de formação por enfoques descritivos, ou seja, preparar-se para o real e não para estabelecer falsos ideais, abandonando a ambiguidade pedagógica e busca de um papel inovador pelo conhecimento. Ainda, enfatizam a adequação dos conteúdos da formação inicial à realidade pedagógica, almejando uma educação continuada contextualizada e interessante, ressaltando o saber da realidade cultural para uma boa adequação desta mudança.

c) O último enfoque na formação inicial do profissional docente proposto por Esteve (1999) se refere: 1) a adequação dos conteúdos da formação inicial à realidade prática do magistério, dos quais implicam a identificação de si mesmo por parte do professor, incluindo a identificação dos estilos pedagógicos que o professor iniciante é capaz de utilizar na dinâmica de sala de aula e as reações que produz em seus alunos. Ainda, o conhecimento e a aceitação de aperfeiçoamento dos estilos de ensino adotados pelo professor, buscando novos ou reconstruindo os já existentes para reduzir as distorções na dinâmica de sala de aula; 2) problemas de indisciplina em sala de aula são considerados um dos prioritários pelos professores iniciantes. Nestas dimensões conflitivas, os estudos de Merazzi (1983) afirmam que “Aprender a viver os conflitos é uma tarefa da formação dos educadores”. De fato, os conflitos no magistério são reais e exigem uma formação para o enfrentamento e aceitação de sua existência. Esteve (1999, p.137); enfatiza três problemas derivados das atividades de ensino e aprendizagem, advindos da falta de aprofundamento nas situações práticas que

permeiam a psicologia da aprendizagem e a didática. Isto pode ocorrer nos seguintes problemas típicos dos professores iniciantes:

Dificuldades para adaptar os conteúdos do aprendizado a crianças com níveis diferentes e uma motivação e capacidade de abstração heterogênea; dificuldades para flexibilizar o aprendizado, utilizando metodologias e recursos complementares; dificuldades para identificar os objetivos adequados à idade e nível escolar dos alunos, abandonando os textos e o discurso acadêmico, até conseguir uma reordenação dos conteúdos e dos materiais, hierarquizada em função de critérios de aprendizagem dos alunos; dificuldades para integrar elementos de motivação pertencentes ao âmbito de interesse reais de seus alunos; dificuldades para atender particularidades específicas de crianças problemáticas no âmbito de conduta ou da aprendizagem; dificuldades para organizar seu próprio trabalho como professores de forma produtiva, sem acumular esforço desnecessário ou um ritmo de atividade esgotante, que em si mesmo produz ansiedade; dificuldades de contato com os pais dos alunos e com os próprios colegas demonstrando; em parte por falta de segurança em si mesma e, além disso, resistências em reconhecer que têm problemas no magistério [...] (ESTEVE, 1999, p.138).

Os aspectos relacionados pelo referido autor podem servir de orientação aos programas de formação de professores como prevenção das principais fontes de tensão que acometem os docentes iniciantes na ótica dos fatores que implicam diretamente sobre a ação do professor em sala de aula.

5.1.2 Estratégias para evitar o Mal-Estar Docente no Processo de Formação Continuada

Em relação às estratégias para evitar o mal-estar docente no processo de formação permanente desse profissional, após a superação do choque com realidade pedagógica, inicia-se a possibilidade de autorrealização na função do magistério. Esteve (1999, p.141) apresenta os indicadores de Vonk (1983) no plano de atuação em sala de aula:

1) confiança de que tenham escolhido um trabalho adequado; 2) familiaridade com conteúdo das matérias; 3) captação da dinâmica da maior parte dos grupos; 4) compreensão de que diferentes grupos devem ser tratados de forma diferente; 5) capacidade de apreciar as reações dos alunos; [...] no plano do contexto social do ensino, os principais indicadores seriam: 1) o sentimento de ser aceito pelos colegas; 2) o sentimento de ser aceito pelos alunos e seu papel de professor; 3) sua adaptação na escola como estrutura social.

Para que os aspectos acima citados aconteçam, Esteve (1999) aponta a importância da comunicação como veículo para caminho da autorrealização do professor, sendo um meio de catarse e compartilhamento de suas dificuldades, limitações e troca de ideias com os demais colegas e com outros agentes do contexto escolar. No entanto, a comunicação pode aparecer como obstáculo que impede a autorrealização no magistério. Neste caso, o isolamento surge

como característica significativa nos professores seriamente afetados pelo mal-estar docente. Este isolamento demonstra um mecanismo de defesa utilizado pelos professores para defender a identidade profissional idealizada, como ocultação de qualquer aspecto de sua prática docente que podem revelar suas limitações. Por isso, muitos docentes fogem do diálogo dos seus problemas em sala de aula e evitam uma comprovação de sua atuação como profissional. A negação dos problemas não auxilia em nada para solução dos mesmos, além disso, desencadeia uma nova fonte de tensão o receio de ser desmascarado.

Neste sentido, Esteve (1999, p. 142) enfatiza que “o isolamento leva a acumulação de problemas sem resolvê-los e favorece a aparição de outro dos obstáculos mais importantes, a autorrealização do professor: a inibição e a rotina.”

A perspectiva de uma formação contínua se justifica pela necessidade de revisão dos conteúdos curriculares para adaptá-los aos novos conhecimentos, questionamentos das concepções de educação mediante um mundo em constante mudança, incluindo novos paradigmas. O magistério pode converter-se numa mesmice, na qual o professor repete, ano após ano, os mesmos conteúdos adquiridos na formação inicial. Vale lembrar que a autorrealização do professor pressupõe, especificamente, a inovação educativa considerando a comunicação neste processo.

A formação docente permanente necessita de uma constante disponibilidade de uma rede de comunicação ampla, a qual não se cerceia somente no âmbito dos conteúdos acadêmicos, mas, inclui os problemas metodológicos, organização escolar, pessoais, sociais, que sistematicamente se integram às situações do magistério. A inovação educativa acontece através do trabalho em grupos, embora o professor trabalhe individualmente, seria interessante o compartilhamento com os demais colegas sobre seus sucessos e fracassos, na busca constante de melhores métodos, objetivos e conteúdos (ESTEVE, 1999; JESUS, 2007).

5.2 PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO À SAÚDE MENTAL DOS DOCENTES

Este estudo de certa forma descreveu e relacionou as dimensões psicossociais da saúde dos professores, os quais requerem o olhar da Psicologia da Saúde e Social para estabelecer algumas estratégias e intervenções biopsicossociais relevantes, mediante o quadro de saúde mental apresentadas pelos docentes.

Sendo assim, propomos a Gerência Educacional reconhecer e aceitar a intervenção da Saúde Mental como algo pertencente à instituição, não apenas ao professor ligado ao sistema externo particular de saúde. Essa proposta de promoção de saúde visa o bem-estar

psicossocial destes profissionais, inclusive uma saúde mental mesmo na ausência dos transtornos.

Igualmente, a atenção psicossocial pode constituir estratégias para promoção de saúde dos professores e neste sentido pode-se citar:

- a) o desenvolvimento de estratégias de intervenção da adaptação do docente em relação à saúde/doença;
- b) proporcionar políticas no contexto escolar que promovam a proteção à saúde, pode-se exemplificar: a organização da carga horária do professor, sem que, desencadeie a fragmentação do seu trabalho, como a proposta de dedicação exclusiva em discussão no Senado Federal;
- c) orientação sobre os fatores de risco que a profissão apresenta e de proteção da saúde destes profissionais no desempenho de suas atividades educacionais;
- d) propiciar um sistema de apoio psicossocial com programas focados à saúde mental e promoção da mesma dos docentes, onde os professores possam verbalizar e elaborar seus dilemas (dor, angústias, doenças, decepções, frustrações, entre outros) e conflitos, para que não fujam de si mesmos por meio do afastamento para tratamento de saúde.
- e) promover estratégias de coping que possam ser utilizadas na prática pedagógica, proporcionando aos professores a encontrar soluções para situações cotidianas do processo ensino/aprendizagem.

No entanto, utilizam-se os termos de Jesus; Mosqueira; Stöbus (2005) que consideram o mal-estar docente um fenômeno complexo, não havendo uma receita pronta e acabada para solução dos problemas dos professores.

Mas, através deste estudo sugerem-se algumas, dentre inúmeras, sugestões de intervenções para promoção, prevenção, melhoramento, manutenção e tratamento da saúde mental do docente, buscando um alívio em seu padecimento e visando o seu bem-estar.

Acreditamos que proporcionar este espaço de saúde mental com parceira interdisciplinar torna-se fundamental para o início do processo do bem-estar dos docentes.

5.3 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

A pesquisa da realidade do mal estar docente contou com alguns impedimentos. Dentre estes, pode-se citar o consentimento de espaço para se obter dados fidedignos sobre a realidade deste assunto.

Outra limitação situa-se no nível de busca sobre o tema, seria a dificuldade de referenciais bibliográficos no Brasil, grande parte das obras é internacional, escritas em língua estrangeira, ocasionando um transtorno para aquisição das mesmas.

5.4 DIRECIONAMENTO PARA NOVAS PESQUISAS

O trabalho de investigação realizado procurou integrar várias abordagens para elaborar uma análise dos fatores que produzem o mal-estar no contexto pedagógico. As possibilidades de identificação da possível relação entre esses fatores e o mal-estar docente encontram-se em um estágio avançado, considerando principalmente os dias perdidos em licenças, termo utilizado por Esteve (1999), onde todo o cenário escolar sai perdendo. As pesquisas têm muito ainda que avançar sob uma ótica multidisciplinar para que se conheçam de fato os fatores que promovem o adoecimento dos professores e sua relação com fatores ocupacionais, demográficos, reformas educativas e contexto escolar.

O presente estudo pretendeu destacar a implicação da dinâmica escolar no fenômeno mal-estar e sua relação nas questões pessoais dos profissionais da educação. Foi possível identificar e descrever certa relação entre as variáveis. Evidenciou-se que o contexto de trabalho docente proporciona fatores desencadeadores do mal-estar laboral desta categoria profissional, observado pelos efeitos constatados através das patologias e dias de afastamentos para tratamento das mesmas, demonstradas através dos dados significativos e as conclusões da análise documental.

A partir do estudo realizado surgiram outros questionamentos que integrados podem tornar-se objeto de futuros estudos, tais como:

- Qual a real dimensão dos efeitos do fenômeno mal-estar docente no desempenho das atividades pedagógicas?
- Em que medida a formação de professores pode contribuir na diminuição das manifestações do mal-estar?
- Qual é a relação entre variáveis de personalidade, ocupacionais e sociais e o mal-estar docente?

Estes são alguns questionamentos fundamentais que podem surgir ao se pretender aprofundar o conhecimento sobre esta categoria profissional e seu padecimento laboral, não somente na Rede de Ensino Pública. Mas, urge a necessidade de novos saberes para a construção de uma educação que olhe o professor e suas condições de trabalho como peças fundamentais para que o processo de ensino-aprendizagem aconteça adequadamente.

Este estudo não a tem intenção de findar este tema tão complexo como o mal-estar no trabalho docente que abrange diversos aspectos fundamentais e a revisão de alguns autores que tem olhar clínico sobre o assunto. Mantém-se a esperança de que outros estudos despertem o interesse pela temática, para propor modelos preventivos e formas de evitar o mal-estar e quiçá propostas de política públicas, que sejam adequadas para um bom desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

O estudo se finda no mesmo ponto que iniciou com olhares para o contexto social em que se realiza o exercício docente e as condições de trabalho dos mesmos na dinâmica escolar; considerados como o cerne do mal-estar docente.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Tânia, Maria *et al.* Mal-Estar Docente: **A avaliação de condições de trabalho e saúde em uma instituição.** Revista Baiana de Saúde Pública, Salvador, v.29,n1,p.6-21.jan./jun. 2005.
- ARAÚJO, *et al.* Estresse ocupacional e saúde: contribuições do Modelo Demanda-Controle. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.8, n.3, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br> Acessado em 30.08.2007.
- ALARCÃO, I. **Escola reflexiva e nova racionalidade.** Porto Alegre: Artmed, 2001.
- ANDRÉ, Marli E. D. A. A Pesquisa no Cotidiano Escolar. In: FAZENDA, Ivani (org.) **Metodologia da Pesquisa Educacional.** São Paulo: Cortez, 1996.
- ANDRÉ, Marli E. D.A. e LUDKE, Menga e **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas.** São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1986.
- ANTONIAZZI *et al.* **O conceito de coping: uma revisão teórica.** Estudos em Psicologia, Natal, vol.3 n.2, jul/dez.1998. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acessado em 13.08.2007.
- AIRÈS, PHILIPPE. História social da criança e da família. 2 edição. Rio de Janeiro: LTC,1981.
- ASSUNÇÃO A. A. Saúde e Condições de trabalho nas escolas públicas. In:Andrade D. (org). **Reformas Educacionais na América Latina e os Trabalhadores Docentes.** Belo Horizonte: Autêntica; 2003. p.87.102.
- ANTONIAZZI *et al.* **O conceito de coping: uma revisão teórica.** Estudos em Psicologia, Natal, vol.3 n.2, jul/dez.1998. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acessado em 13.08.2007.
- BAUMAN, Zygmunt. **O Mal-estar da pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1998.
- BERTOLOTE, José Manoel. **Glossário de termos de psiquiatria e saúde mental da CID-10 e seus derivados.** Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1997.
- CAPRA, Fritjof. O ponto de mutação. São Paulo: Editora Cultrix, 2003.
- CHAUÍ, Marilena, **Ideologia neoliberal e universidade.** In: OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia (org.) **Os sentidos da democracia.** Petrópolis: Vozes, 1999. p.27 – 51.
- CHAVES S.S.; FONSECA, N.P.; **Trabalho docente: que aspectos sócio-demográficos e ocupacionais predizem o bem-estar subjetivo?**, PSICO, Porto Alegre, PUCRS, v.37,n.1,p.75-81, jan./abr. 2006. Disponível em < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/>>. Acessado em 20.06.2007.

CAVACO, M. Helena. Ofício do professor: o tempo e as mudanças. In: NÓVOA, Antonio (org). **Vidas de professores**. Lisboa: Editora Porto, 1992.

CODO, Wanderley (Coord.). **Educação: carinho e trabalho**. *Burnout*, a síndrome da desistência do educador que pode levar a falência da educação. 3 ed. Petrópolis:Vozes, 2002.

COSTA, M.C. V. **Trabalho docente e profissionalismo**. Uma análise sobre gênero, classe e profissionalismo no trabalho de professores e professores de classes populares. Porto Alegre: Sulina, 1995.

CUNHA, Maria Isabel da Cunha. Formação de professores e currículo no ensino superior: reflexão sobre o campo político-epistemológico. In: MORAES, Maria Célia; PACHECO, José Augusto; EVANGELISTYA, Olinda (orgs). **Formação de professores perspectivas educacionais e curriculares**. Portugal: Porto Editora, 2003.

CRUZ, Ângela, Dantas *et al* . **Psicologia da Saúde Atuando na Comunidade**. CienteFico. Ano IV, V-I, Salvador, janeiro-junho/2004.

CRUZ, R.M.; LEMOS, J.C.; **Atividade Docente, condições de trabalho e processo de saúde**, Revista Motrivência. Ano XVII, nº24, junho/2005,p.60-79.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Editora Cortez- Oboré; 1992.

_____, Christophe. Psicodinâmica do trabalho. **Contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer sofrimento e trabalho**. São Paulo: Atlas, 1994.

DELCOR, N.S. **Condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino em Vitória da Conquista**. Dissertação de Mestrado. Salvador, Bahia: 121p. Universidade Federal da Bahia;2003.

DURLI, Zenilde. **O projeto de formação de professores delineado nas reformas educacionais dos anos de 1990**. In: DURLI, Zenilde. O processo de construção das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia: concepção em disputa. Florianópolis, 2007, 225 f. Tese (Doutorado em Educação), Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina.

ESTEVE, João Manuel . **O mal –estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores**. São Paulo: Editora EDUSC; 1999.

_____. Mudanças sociais e função docente. In: NÓVOA, Antonio (Org.) **Profissão Professor**. 2ªed. Porto: Porto Editora Ltda, 1995.

FRANCO, M. L. B. Porque o conflito entre tendências metodológicas. In: **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.66,p.75-80,agosto de 1988.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. Novas políticas de formação: da concepção negada à concepção consentida. In: BARBOSA (ORG.) **Trajetórias e perspectivas da formação de educadores**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

FONTOURA, Maria Madalena. **Fico ou vou-me embora?** In: NÓVOA, Antonio (Org.) Profissão Professor. 2ªed. Porto: Porto Editora Ltda, 1998.

GATTI, Bernadete. **A construção da pesquisa no Brasil**. Brasília: Ed. Plano, 2002.
_____. Estudos quantitativos em educação. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.30, n.1, p.11-30, jan./abr.,2004.

GASPARINI, M.S. et al. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v.31, n.2, Agos.2005. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acessado em 28.03.2007.

GOMES, Romeu. A Análise de Dados em Pesquisa Qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília S. (Org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Pretrópolis: Editora Vozes, 2001.

GOMES, Luciana . Trabalho multifacetado de professores/(as)a saúde entre limites. Dissertação Mestrado em Saúde Pública. **Escola Nacional de Saúde Pública, FIOCRUZ**, Rio de Janeiro, 2002.123p. Disponível < <http://portaldesicict.fiocruz.br/transf.php>. > Acessado 04.05.2007.

JESUS, Saul., MOSQUEIRA., Juan., STÖBUS., Claus. Impacto da formação contínua no bem-estar de professores. PUC/RS, 2005. Disponível < http://www.fedap.es/IberPsicologia/iberpsi10/congreso_lisboa/jesus2/jesus2.htm.> Acessado 15.08.2009.

JESUS, Saul N. **Bem-Estar dos Professores – Estratégias para Realização e Desenvolvimento Profissional**. Porto: Editora Porto Ltda, 1998.

_____, Saul N. **A motivação para a profissão docente**. Contributo para clarificação de situações de mal-estar e para fundnamentação de estratégias de formação de professores. Aveiro: Editora Estante, 1996.

_____, Saul N., PEREIRA, A. M. **Estudo das estratégias de “coping utilizadas pelos professores**. Actas do 5º Seminário A Componente de Psicologia na Fromação de Professores e Outros Agentes. Educativos, Universidade de Evora, p.253-268, 1994.

_____, Saul N., **Psicologia da saúde e Bem-Estar. Mudanças**; 14(2): 126-135, jul-dez.2006. Disponível< <http://search.bvsalud.org/regional/index.php>> Acessado 05.08.2009.

_____, Saul N., **O Professor sem stress: realização profissional e bem-estar docente**. Porto Alegre.: Ed. Mediação, 2007.

HUBERMAN, Michel. O ciclo de vida profissional dos professores. In NÓVOA, Antonio (org). **Vidas de Professores**. 2 ed. Porto: Porto Editora, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . Sintese dos indicadores sociais. Brasil, 2008. Disponível <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acessado em 13.07.2008.

CODO, W. ; LANE, T.M.; **Psicologia Social: O homem em movimento**. São Paulo. Brasiliense, 1998.

LAPO;F.R.:Bueno B. **Os professores, desencantamento com a profissão e abandono do magistério**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, nº 118, p.85-88, março de 2003.

LOPES, Amélia. Motivação e Mal-estar docente. IV Colóquio de Ciências da Educação Os professores: Identidades (re) construídas”, **Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias**. Lisboa, 14 e 14 de março. Disponível <<http://www.fpce.up.pt/ciie/invs/amelia.htm>> Acessado em 06.04.2007.

LEMOS, J. C. **Cargas psíquicas no trabalho e processo de saúde em professores universitários**. Florianópolis, 2001. Tese Doutorado em Engenharia de Produção – Programa de Mestrado de Pós Graduação em Engenharia de Produção . Universidade Federal de Santa Catarina.

KIENEN;N.;BOTOMÉ, S.P. Docência patológica existe? Interação em Psicologia. Disponível em:< <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/psicologia/article/viewFile/3217/2579>> Acessado em 30.05.2008.

MARIANO, S. Maria;MUNIZ P. Helder. Trabalho docente e saúde: o caso dos professores de segunda-fase do ensino fundamental. **Estudos e pesquisas em psicologia**, UERJ, ano 6, n.1, 2006. Disponível em: < <http://www.revispsi.uerj.br> > Acessado em 30.10.2007.

MARTINEZ D. Estudos do Trabalho Docente. In: Oliveira D. A (org). **Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p.75-85.

MELEIRO, A. M. A. da S. “**O stress do professor**”, In: M. LIPP (org) O stress do professor , Campinas: Papirus, 2002.

MENDES, L. M. **Condições de Trabalho e saúde docente**. Universidade Federal de Pernambuco. VI Seminário da Redestrado – Regulação Educaional e Trabalho Docente . Rio de Janeiro, 2006, Disponível em WWW.fae.ufmg.br/estrado/cd_viseminario/trabalhos/eixo_tematico_2. Acessado em 10.05.2007.

MINAYO (Org.) **Pesquisa Social – Teoria, método e criatividade**, 19 ed.Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Inicadores Demográficos e Educacionais**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php>. Acessado em 15.07.2007.

MIRANDA, M.G. O professor pesquisado e a sua pretensão de resolver a relação entre teoria e prática na formação de professores. In: ANDRÉ, M. **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. São Paulos: Ed. Papirus, 2002.

MOSQUEIRA, Juan J.M., STÖBAUS, Claus D. O mal-estar na docência: causas e consequências. Educação – PUCRS, ano XIX, n.31,O.139-156, 1996.

NOAL, Ingrid Kork. **Referências sobre o mal-estar docente no contexto escolar.** Revista Pedagógica – UNOCHAPCÒ. n.14, ano 6, jan/jun, p. 26-38., 2005

NÓVOA, Antonio. **Os professores e sua formação.** 2.Ed.Lisboa:Dom Quixote, 1995.

_____. (Org.) **Profissão professor.** 2 ed. Porto: Porto Editora, 1995.

_____. (Org) **Vidas de professores.** 2 ed. Porto: Porto Editora Ltda, 1992.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As reformas educacionais e suas repercussões sobre o trabalho docente. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (org.). **Reformas Educacionais na América Latina e os Trabalhadores Docentes.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____, Dalila Andrade. **A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização.** Ed. Soc., Set/Dez.2002, vol.25, nº89.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, Wikipédia – **Artigos.** Disponível em <http://pt.wikipedia.org>. Acessado em 15.07.2007.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE GENEBRA (Coord.), **Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10: Descrições clínicas e diretrizes diagnósticas.** Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1993. Tradutor Dorgival Caetano.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **A condição dos professores: recomendação internacional de 1966, um instrumento para melhoria da condição dos professores.** Genebra:OIT/UNESCO, 1984.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **As condições de trabalho do pessoal docente.** Genebra, 1981. Disponível <http://www.oitbrasil.org.br/info/publ.php> Acessado em 30.08.2007.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Mais trabalho decente para o educador,** Brasil, 2008. Disponível , http://www.ilo.org.br/news/nov/ler_nov.php >.Acessado em 08.08.2008.

PIMENTA, Selma Garrido, Professor Reflexivo: construindo uma crítica. In:PIMENTA, Selma Garrido e GHEDIN, Evandro (orgs) **Professor reflexivo no Brasil-gênese e crítica de um conceito.** 2.ed.São Paulo: Cortez, 2002.

SACRISTÁN, José Gimeno. Consciência e acção sobre a prática como libertação profissional dos professores. In: NÓVOA, Antonio (org). **Profissão Professor.** Porto Editora, 1995.

SANTOS, B. Gideon. As estratégias de fuga e enfrentamento frente às adversidades do trabalho docente. **Comunicação e Pesquisa.** Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ, ano 6, n.1, 2006. Disponível <http://www.revispsi.uerj.br>. Acessado em 24.05.2007.

SOUZA, F.O.C.;NAUJORKS, M.I.; O professor de medicina da UFSM no contexto do mal-estar docente. **Revista Brasileira de Educação Médica:** v.29,n.1,p 34-40, jan./abr./,2006. Disponível em <http://www.abem-edcmed.org.br> . Acessado em 05.06.2007.

TARDIFF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Docente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TREVISOL, Vitor Joviles, **Como elaborar um artigo científico**. Orientações metodológicas a partir das novas normas da ABNT. 2 ed. Joaçaba: Editora UNOESC, 2001.

SIQUEIRA, M. J.T.; FERREIRA, E. S. Saúde das professoras das séries iniciais; o que o gênero tem a ver com isso? **Psicologia, ciência e profissão**, v.23,n.3,p.76-83, 2003. Disponível <http://www.scielo.br/pdf>. Acessado em 15.06.2007.

UNESCO. **O Perfil dos Professores Brasileiros: O que fazem, o que pensam, o que almejam**-/ Pesquisa Nacional Unesco. – São Paulo: Moderna, 2004.

UNESCO, Dados referentes a 2002. Disponível em < <http://stats.uis.unesco.org> > Acessado em 29.07.2007.

UNESCO. Instituto de Estatística da UNESCO. **Uma visão dentro das escolas primárias**. Brasília, 2008. Disponível http://www.brasilia.unesco.org/areas/educacao/relatorio_EscolasPrimarias.> Acessado em 08.06.2008.

ZACCHI, Marlucy Silveira Souza. Professores (as): trabalho, vida e saúde. 2004. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação) **Universidade Federal de Santa Catarina**, UFSC, Florianópolis. Disponível: <http://www.tede.ufsc.br/teses/PEED0445.pdf>. Acessado em 30.08.2007.

ANEXOS

Anexo 2- Parecer



Universidade do Oeste de Santa Catarina

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP/UNOESC/HUST

PARECER CONSUBSTANCIADO

De acordo com a Resolução CNS 196/96-VII.13.b

<i>Data do Recebimento:</i> 15/04/2008	<i>Processo/Parecer nº:</i> 028/2008
<i>Solicitante:</i> Janete Aparecida Rodrigues	<i>CPF:</i> 622.363.779-91
<i>Instituição de Origem:</i> Unoesc de Joaçaba – Mestrado em Educação.	
<i>Título do Projeto:</i> O mal-estar docente: o contexto escolar e a saúde do professor.	
<input type="checkbox"/>	<i>Primeira apresentação do projeto para avaliação do CEP</i>
<input checked="" type="checkbox"/>	<i>Reapresentação de um projeto já avaliado pelo CEP</i>
<input type="checkbox"/>	<i>Extensão de um projeto já avaliado e aprovado pelo CEP</i>
<input type="checkbox"/>	<i>Emenda de um projeto já avaliado e aprovado pelo CEP</i>
<input checked="" type="checkbox"/>	Aprovado
	Aprovado com recomendações: o CEP considera o protocolo aceitável, porém sugere algumas modificações a fim de adequá-lo satisfatoriamente.
	Com pendências: o CEP considera o protocolo como aceitável, porém identifica determinados problemas no protocolo, no formulário do consentimento livre e esclarecido ou em ambos, e recomenda uma revisão específica ou solicita uma modificação ou informação relevante que deverá ser atendida em sessenta dias.
	Retirado: transcorrido o prazo determinado pelo CEP para as correções ou adaptações necessárias, o protocolo permanece pendente.
	Não aprovado
	Aprovado e encaminhado à CONEP
<i>Data da Emissão do Parecer:</i>	07/05/2008

Processo/Parecer nº: 028/2008.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)